

ÍNDICE GERAL

Y

I.	INTRODUÇÃO.....	13
	Nota prévia.....	13
	Enquadramento macroeconómico.....	13
	Principais resultados.....	14
II.	ATIVIDADES.....	19
	Coesão e Ação Social.....	20
	Economia e Desenvolvimento Social.....	24
	Inovação.....	34
	Cultura.....	37
	Urbanismo e habitação.....	44
	Educação.....	47
	Juventude e Novas Gerações.....	52
	Turismo.....	55
	Segurança.....	57
	Desporto e animação.....	60
	Mobilidade.....	64
	Ambiente e Qualidade de Vida.....	70
	Governância da Câmara.....	80
III.	RELATÓRIO FINANCEIRO.....	96
	ANÁLISE ORÇAMENTAL.....	96
	1. Principais destaques.....	96
	2. Equilíbrio orçamental.....	97
	3. Análise da despesa.....	99
	4. Análise da receita.....	117
	5. Movimentos de tesouraria.....	123
	SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA	125
	6. Análise do Balanço.....	125
	7. Análise da Demonstração de Resultados.....	128
	8. Endividamento.....	131
	9. Proposta de aplicação de resultados.....	132

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

ÍNDICE DE QUADROS

Q. 1 - Despesas por objetivos.....	19
Q. 2 – Indicadores.....	96
Q. 3 - Regras orçamentais de equilíbrio.....	97
Q. 4 - Modificações ao orçamento segundo a natureza.....	99
Q. 5 - Modificações ao orçamento por classificação orgânica e serviço responsável.....	101
Q. 6 - Despesa por classificação económica.....	102
Q. 7 - Despesa por classificação orgânica e serviço responsável.....	104
Q. 8 - Evolução da despesa paga.....	105
Q. 9 - Evolução das despesas com pessoal.....	106
Q. 10 - Estrutura das transferências e subsídios.....	107
Q. 11 - Transferências por finalidade (excluindo Freguesias e Empresas Municipais).....	108
Q. 12 - Evolução das despesas de investimento total.....	110
Q. 13 - Fontes de financiamento do investimento global do Município do Porto.....	111
Q. 14 - Execução do Plano Plurianual de Investimentos.....	112
Q. 15 - Evolução da dívida bancária.....	114
Q. 16 - Despesas das Grandes Opções do Plano por objetivos estratégicos.....	115
Q. 17 - Alteração e origem do acréscimo da dotação.....	117
Q. 18 - Receita orçada, liquidada e cobrada por classificação económica.....	118
Q. 19 - Evolução da receita global cobrada.....	120
Q. 20 - Evolução da estrutura da receita fiscal.....	121
Q. 21 - Resumo da conta de gerência.....	124
Q. 22 – Balanço sintético.....	125
Q. 23 – Indicadores económico-financeiros.....	127
Q. 24 – Demonstração dos resultados por natureza.....	129
Q. 25 – Limite da dívida total.....	131

ÍNDICE DE FIGURAS

F. 1 - Dívida líquida de curto prazo.....	15
F. 2 - Coesão e Ação Social.....	20
F. 3 – Inovação.....	34
F. 4 - Ambiente e qualidade de vida.....	70
F. 5 - Governância da Câmara.....	80
F. 6 - Evolução da poupança corrente.....	98
F. 7 - Evolução do saldo global efetivo.....	99
F. 8 - Evolução das receitas cobradas.....	121
F. 9 - Evolução dos pagamentos e recebimentos orçamentais.....	124

ACRÓNIMOS

AEC's – Atividades de Enriquecimento Curricular

AIIA - Abordagens Integradas para a Inclusão Ativa

AMP – Área Metropolitana do Porto

API – Application Programming Interface

APOR - Agência para a Modernização do Porto, S.A

ARU – Áreas de reabilitação Urbana

ATP – Associação de Turismo do Porto

BSB – Batalhão de Sapadores de Bombeiros

CCD – Centro Cultural e Desportivo dos Trabalhadores da Câmara Municipal do Porto

CCP – Código de Contratação Pública

CDUP – Centro de Desporto da Universidade do Porto

CEB - Ciclo do Ensino Básico

CED - Captura-Esterilização-Devolução

CGI – Centro de Gestão Integrada

CLS - Contrato Local de Segurança

CMP - Câmara Municipal do Porto

CPCJ - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

CRUARB – CH - Comissariado para a Renovação Urbana da Área Ribeira-Barredo/Centro Histórico

EB – Escola Básica

EM – Empresa Municipal

EMAAC - Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas

ERSAR - Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos

ETAR – Estação de Tratamento de Águas Residuais

FAP – Federação Académica do Porto

FDZHP - Fundação para o Desenvolvimento da Zona Histórica do Porto

FIMP – Festival Internacional de Marionetas

FITEI – Festival Internacional de Teatro de Expressão Ibérica

GM – Gabinete do Município

GO Porto - Gestão e Obras do Porto, E.M.

GOP – Grandes Opções do Plano

IHRU – Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana

IMI – Imposto Municipal sobre os Imóveis

IMT- Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis

IoT - Internet of Things

IPSS - Instituição Particular de Solidariedade Social

IRS – Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares

IUC – Imposto Único de Circulação

JI – Jardim de Infância

LIPOR – Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto

LOE – Lei do Orçamento do Estado

OP – Operação Património

PAR – Plano das Atividades mais Relevantes

PDM – Plano Diretor Municipal

PIH – Porto Innovation Hub

PMP – Polícia Municipal do Porto

POCAL – Plano oficial de Contabilidade das Autarquias Locais

POSEUR - Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos

PPI – Plano Plurianual de Investimentos

SEI – Sociedade, Escola e Investigação

SIADAP - Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública

SIG – Sistemas de Informação Geográfica

SMAV - Serviço Municipal de Apoio ao Voluntariado

SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana

STCP – Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, SA

UE – União Europeia

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UPTEC - Parque de Ciência e Tecnologia da U. Porto

Nota do Presidente

Quando em finais de 2013 a cidade começou a ser governada com base num modelo político independente, elegeu três eixos de atuação: a coesão social, a economia e emprego e a cultura. Tudo, sustentado no princípio das Contas à Moda do Porto.

A execução desta política nos primeiros quatro anos resultou, em finais de 2017, no reforço da confiança política dos portuenses na gestão que vínhamos fazendo. Essa confiança dada em sede eleitoral permitiu-nos encarar um novo mandato, desta vez, sem depender de acordos de governação e do contributo executivo de partidos políticos.

2018 é, por isso, o primeiro ano em que temos oportunidade, através deste relatório oficial e que é apresentado ao Executivo e à Assembleia Municipal, de escrutinar na plenitude esta nova solução governativa, totalmente independente, pese embora contando sempre com o que os partidos políticos representados na Câmara e na Assembleia Municipal vão produzindo de opinião e propostas.

Sobre a participação da oposição na governação da cidade, é justo reconhecer que a maioria absoluta conquistada no Executivo não conduziu a uma política isenta de diálogo e de espírito democrático. O estatuto da oposição, que desde sempre vinha sendo cumprido na sua mínima extensão legal, passou a ter um carácter mais executivo e transparente, através de uma consulta efetiva aos partidos da oposição no âmbito da construção do orçamento municipal.

Mas, o bom acolhimento das propostas da oposição, não nos deve inibir de assumir na plenitude as soluções políticas que foram sendo tomadas em 2018 e que se refletem, já, no relatório do primeiro ano de exercício deste mandato.

Desde logo, começando pelo princípio basilar da nossa governação, as Contas à Moda do Porto estão de ótima saúde. Em toda a sua extensão. A dimensão contabilística oferece indicadores históricos quanto a taxas de execução, níveis de endividamento, capacidade de endividamento, dívida de curto prazo, prazo de pagamento a fornecedores e, sobretudo, valores de investimento.

Este quadro, de extraordinária saúde financeira de todo o universo camarário, o que incluiu as empresas municipais, reflete a vontade do Executivo Municipal de respeitar a receita, obtida em larga medida pelas contribuições dos portuenses, através dos seus impostos. Mas conta também, pela primeira vez, com um contributo extra e direto, agora deixado na cidade pelos turistas que agora deixam no Porto um contributo significativo para minimizar a pegada.

Na verdade, o turismo e a economia que chegam à cidade, também muito através de investimentos em negócios de base tecnológica, são e eram já, contribuintes líquidos para o Município. Mas não havia, de facto, um contributo direto dos que passam de forma efémera pela cidade e usufruíam de serviços sem para eles deixarem o justo pagamento.

A taxa turística, bem como a receita oriunda de impostos e taxas que continuam em alta graças ao investimento que está a ser feito em matéria de requalificação urbana, permitiram continuar a curva ascendente do orçamento municipal. E é esse crescimento da receita total que tem permitido, em simultâneo, aumentar o investimento na qualidade de vida dos portuenses e baixar radicalmente o endividamento, produzindo, no fundo, uma quase inexistente dependência da banca, o que representa liberdade.

Não se confunda, contudo, o aumento da receita fiscal com o crescimento do esforço fiscal individual dos portuenses. Ao contrário, esse incremento de recursos municipais foi feito às custas do crescimento da economia e apesar do alívio fiscal das contribuições dos residentes. Veja-se como o Município do Porto conseguiu, nos últimos anos, reduzir de forma significativa a taxa de IMI, contribuindo dessa forma para a contenção dos preços nesta área sensível. Para 2019 foi mesmo possível, através de um novo instrumento fiscal permitido pela Lei do Orçamento de Estado, baixar este imposto para níveis históricos e abaixo mesmo dos 0,3% para residentes, algo que até agora nunca tinha acontecido.

O orçamento dos portuenses ganha também dimensão com medidas que representam investimento municipal e que apenas são possíveis graças às boas contas. Refiro-me, por exemplo, à redução do preço da água ou à redução tarifária dos transportes, onde o Município também investe.

E foi, pois, num contexto de crescimento do orçamento total e de aumento da receita que o Município do Porto conseguiu, em 2018, melhorar o nível de vida dos portuenses e, simultaneamente, terminar o exercício com uma taxa de execução de despesa acima dos 80%, neste caso, de 84,2%, o que representa o mais alto valor dos últimos anos e, seguramente, um dos mais altos de municípios portugueses de grande dimensão. No entanto, o orçamento na sua globalidade foi comprometido em 92,3%, onde se incluem 12,5 milhões de euros de compromissos com exercícios de direitos de preferência, pelo que, não fossem os diversos constrangimentos, nomeadamente com o Tribunal de Contas, aquela taxa de execução poderia ter sido ainda mais expressiva.

Não deixa de ser grato referir, que o elevado investimento realizado Município do Porto em 2018 não aconteceu por qualquer conveniência de ciclo eleitoral. Ao contrário, regista-se no arranque de um novo mandato.

As Contas à Moda do Porto estão, por isso, completamente cumpridas, refletindo a devolução de rendimento aos portuenses, mais investimento nos residentes, menor endividamento e dependência do Município e respeito pelos fornecedores e pela economia.

Mas as Contas à Moda do Porto têm que ter outra leitura mais fina e programática. Desde logo, o investimento privado que tem sido possível atrair para a cidade, mas também a forma como a autarquia conseguiu aproveitar uma conjuntura nacional e europeia mais favorável, têm um reflexo que nem sempre é valorizado. O Porto, apresentava há cinco anos um problema social e estrutural preocupante: o do desemprego. Este tema atira a nossa análise para um dos eixos fundamentais da nossa governação: o da coesão social.

A coesão social obtém-se atuando em três variáveis. Uma delas, a primordial, tem tudo a ver com a economia. A criação de oportunidades de emprego, não apenas qualificado mas também não qualificado, é o principal fator de desenvolvimento humano. Ora, a aposta na economia, num mix de turismo e sector tecnológico, permitiu à cidade criar nos últimos três anos postos de trabalho nessas duas dimensões do emprego. Os números do IEFP refletem por isso um crescimento do emprego em mais de 40% no Porto nos últimos três anos.

Cumprindo o desígnio de contribuir para a criação de oportunidades de trabalho aos portuenses, o Município do Porto tem também olhado de forma atenta e acelerada para as suas políticas mais assistencialistas. Refiro-me à disponibilização de habitação social de qualidade a cerca de 13% da população, o que excede em mais do dobro os objetivos nacionais e a média de 2% existente no país.

Mas refiro-me também ao programa de emergência social que apoia a renda, até 75%, dos que ainda não conseguiram uma habitação social ou que caíram temporariamente numa situação de necessidade. Mas refiro-me também ao programa de apoio aos cidadãos sem abrigo, e que tem permitido à Câmara do Porto ser apontada como exemplo no desígnio nacional de erradicar o fenómeno.

Se olharmos aos números expressos abaixo e se deles expurgarmos o que são custos com a governância da Câmara, percebemos que mais de 40% do investimento municipal é feito na coesão social, habitação e urbanismo, parcelas que superam o ambiente e a mobilidade, que completam os setores que mais consomem recursos e, assim, refletem as apostas municipais.

Economia, Coesão Social e Cultura. Este último eixo voltou a ser, em 2018, o cimento de todos os outros, pois através dele a economia e a coesão – também territorial – consolidam-se de uma forma mais rápida e integrada.

Claro que 2018 deveria ter sido já um ano de execução de novos projetos nesta área, mas a visão que o Tribunal de Contas tem tido acerca da empresa municipal, mas também de

equipamentos como o Matadouro, têm atrasado investimentos e soluções mais ágeis do ponto de vista administrativo.

Ainda assim, o Município do Porto prosseguiu em 2018 o seu programa cultural, onde se destaca a importância do Teatro Municipal do Porto, o projeto de desenvolvimento de museus e o Cultura em Expansão.

A execução e sucesso deste e de outros projetos, além da sua dimensão cultural e social, têm a virtude de demonstrar que não é a cultura que degrada as contas públicas e a economia. Bem ao contrário, se hoje vemos um crescente interesse de investidores pela cidade e se verificamos que companhias aéreas como a Emirates, United Airlines ou Turkish Airlines se interessam pela cidade e iniciam operações diárias históricas no Aeroporto Francisco Sá Carneiro, muito se deve também à oferta cultural que a região hoje oferece.

2018 foi, pois, um extraordinário ano de consolidação de políticas, contando com uma componente de continuidade do desenvolvimento dos três eixos de governação enunciados em 2013. Mas foi também o ano de arranque para novas políticas de sustentabilidade que enunciámos em 2017.

O relatório aqui presente reflete já, por exemplo, a internalização dos serviços de recolha e limpeza, depois de um longo período de concessões que herdámos. A solução encontrada, de criação de uma empresa municipal que cumprisse na íntegra a operação de recolha, depois de uma normal fase de adaptação e transição, revela-se hoje já bem mais económica e mais eficiente. Os investimentos que têm vindo a ser feitos nesta área reduzem a dependência municipal relativamente a terceiros e permitem-nos apostar em soluções cada vez mais avançadas e cada vez mais orientadas para a reciclagem.

Também na área da habitação, outro eixo da sustentabilidade, 2018 foi um ano de arranque para novas políticas e paradigmas. O sucesso obtido no pedido de devolução do Quartel de Monte Pedral e os estudos já executados em 2018 para o projeto de Monte da Bela, conjugados com as apostas feitas na delimitação de novas áreas de reabilitação urbana na zona oriental da cidade, em concreto em Campanhã, permitir-nos-ão lançar brevemente a construção de dois grandes projetos de habitação com renda acessível, destinada à classe média.

O interesse pela cidade, do qual resulta já que esteja estancada a sangria de habitantes registada desde os finais dos anos 70 do século passado, provoca, naturalmente, uma maior pressão sobre os preços da habitação. Mas, ainda assim, os valores em prática no Porto não são de modo a criar o alarme social que, com alguma demagogia, tem sido promovido artificialmente. Se atentarmos à comparação com Lisboa e mesmo algumas cidades limítrofes da capital, percebemos que o Porto é bem mais acessível e que nem nas

freguesias do Centro Histórico os números são sequer comparáveis à média de toda a cidade de Lisboa.

Ainda assim, reconhece-se que os salários em Portugal são ainda demasiado baixos para os valores praticados pelo mercado do arrendamento, cujo enquadramento macroeconómico e legislativo desfavorece. Daí a necessidade destas novas políticas de habitação já não destinadas às classes mais desfavorecidas, mas para colmatar a falha de mercado efetivamente existente nas classes média e média-baixa.

Sem prejuízo da leitura atenta dos números e quadros abaixo, resume-se, pois este relatório como uma prestação de contas que reflete cumprimento rigoroso e quase integral de um programa político sufragado. Sem desvios negativos e sem ambiguidades.

Aumentaram-se as taxas de execução (a taxa de execução da Domus Social ficou acima dos 92%); cresceu o investimento naquilo que mais interessa; amortizaram-se antecipadamente mais de 20 milhões de euros em empréstimos bancários, reduzindo-se a dívida bancária em quase 60%; reduziram-se os custos com aquisição de serviços em mais de 10 milhões de euros.

O Município do Porto sai de 2018 mais capaz do que nunca de cumprir o seu programa político. Com boas contas e programas bem estruturados para o futuro. Assim a burocracia do Estado, a morosidade dos intermináveis processos e as sucessivas aprovações por parte de poderes intermédios de um Estado demasiado centralista os deixem executar na sua plenitude no futuro próximo e no presente mandato.

Rui Moreira

I. INTRODUÇÃO

Nota prévia

Em cumprimento do disposto no n.º 13 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, apresenta-se o presente Relatório, relativo ao ano de 2018, que procura ser clarificador quanto às origens das receitas e despesas do Município do Porto, bem como relativamente à sua situação económica e financeira.

Conforme estabelecido pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, os documentos de prestação de contas consolidadas podem ser aprovados em momento diferente das contas individuais do município, isto é, até junho do ano seguinte àquele a que respeitam as referidas contas.

Enquadramento macroeconómico

Em 2018, e de acordo com a estimativa preliminar¹, o Produto Interno Bruto (PIB) da União Europeia (EU) e da Área do Euro (AE) desacelerou, respetivamente, para 1,4% e 1,2% em termos homólogos reais, o que revela uma diminuição do sentimento económico tanto para a EU como para a AE.

No final de 2018, o Banco Central Europeu decidiu manter a taxa de juro principal da zona euro em 0%, o valor mais baixo desde março de 2016, prevendo-se a sua manutenção.

Em Portugal, a previsão do Instituto Nacional de Estatística, para o 4.º trimestre de 2018, aponta para que o PIB tenha um crescimento homólogo real de 1,7% (menos 0,4 p.p. que no trimestre precedente), variação que resultará de uma diminuição do contributo da procura externa líquida. No total do ano, o crescimento fixou-se em 2,1% (0,7 p.p. inferior ao registado em 2017). De igual forma, o consumo privado cresceu 2,5%, acelerando 0,2 p.p. face a 2017.¹

A taxa de desemprego relativa a 2018 fixou-se em 7%, menos 1,9 p.p. do que em 2017, com o emprego a crescer 2,3%¹.

A taxa de inflação média anual foi de 1,0%² registando uma redução face a 2017, ano em que se fixou em 1,4%, e o défice orçamental deverá situar-se em 0,5%, uma redução significativa em relação ao ano anterior³.

¹ Boletim Mensal de Economia Portuguesa, n.º 02, fevereiro 2019

² INE – Índice de Preços no Consumidor – dezembro de 2018

³ INE – Procedimentos dos Défices Excessivos – 1.ª notificação 2019, de 26-03-2019

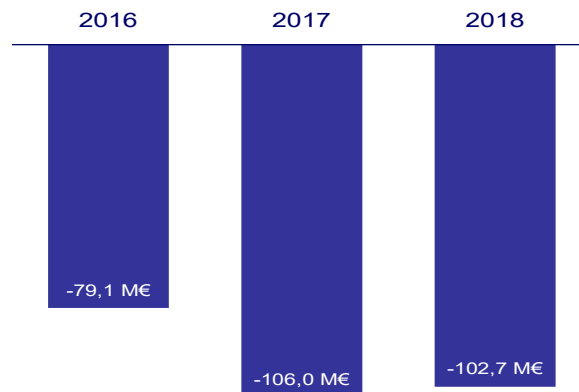
Principais resultados

Em 2018, o Município do Porto apresenta resultados positivos, evidenciando o reforço da consolidação do equilíbrio financeiro alcançado nos últimos anos.

Em termos sintéticos destaca-se:

- Uma taxa de execução do orçamento da receita, em termos de cobrança, de 115,8%.
- Uma taxa de execução do orçamento da despesa de 84,2%.
- O acréscimo da receita total de 12%, cerca de 33,6 milhões de euros, face a 2017. As receitas fiscais aumentam 25,1% (31,7 milhões de euros) por força do acréscimo verificado nos impostos diretos, sobretudo no IMT (mais 17,3 milhões de euros), nos impostos indiretos, nomeadamente nos loteamentos e obras (mais 5,5 milhões de euros) e nas taxas, multas e outras penalidades em resultado do recebimento de 8,2 milhões de euros da taxa municipal turística.
- A amortização antecipada de empréstimos bancários, no valor de 21,3 milhões de euros.
- A redução do peso das despesas com pessoal no total da despesa, de 34,3% para 30,7%.
- O decréscimo das despesas com aquisições de bens e serviços de 10,7 milhões de euros (-19,7%).
- O acréscimo dos investimentos, quer das empresas municipais Domus Social, EM e GO Porto, EM, quer do Município, onde se incluem as aquisições de edifícios no âmbito do exercício dos direitos de preferência, o que representou um aumento de 17,7 milhões de euros (+42,1%).
- A redução da dívida bancária de médio e longo prazo em 59,2% (18,5 milhões de euros).
- Um prazo médio de pagamento a fornecedores de 4 dias.
- O reforço da capacidade de endividamento.
- O endividamento líquido a curto prazo que apresenta um valor negativo de 102,7 milhões de euros.

F. 1 - Dívida Líquida de curto prazo



A dívida líquida de curto prazo, analisada numa ótica orçamental, continuou a registar valores negativos. Em dezembro de 2018, os créditos do Município do Porto para com terceiros superaram o valor da dívida bruta, o que, adicionado das disponibilidades, permite a verificação de uma dívida líquida negativa de 102,7 milhões de euros. Para além das disponibilidades de tesouraria, o Município tem mais a receber (18,1 milhões de euros) do que a pagar (1,2 milhões de euros).

Na ótica patrimonial destaca-se o resultado líquido do exercício de 35,9 milhões de euros.

II. ATIVIDADES

Em 2018, a atividade do Município do Porto manteve-se fiel às premissas e prioridades do orçamento aprovado para o ano, cujos objetivos estratégicos assentaram no programa autárquico para o mandato 2017-2021, tendo o controlo da dívida global, bem como a seletividade da despesa municipal, continuado a ser os vetores centrais do orçamento municipal, a par com o desenvolvimento social, económico e cultural. Neste ciclo político, as prioridades agregaram-se em 13 objetivos estratégicos transversais ao município, que se passam a analisar, relativamente ao ano económico em apreço.

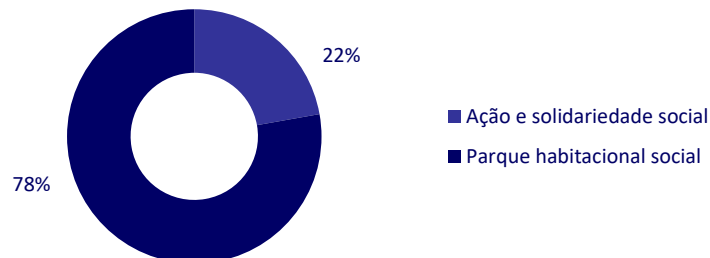
Q. 1 - Despesas por objetivos

Objetivo	Orçamento	Pago		Taxa de Execução
	€	€	%	%
Coesão e Ação Social	25.070.719	21.964.533	9,6%	87,6%
Economia e Desenvolvimento Social	4.559.190	3.268.724	1,4%	71,7%
Inovação	1.418.671	844.281	0,4%	59,5%
Cultura	7.727.006	6.240.106	2,7%	80,8%
Urbanismo e Habitação	37.572.231	23.641.185	10,4%	62,9%
Educação	7.344.031	5.984.745	2,6%	81,5%
Juventude e Novas Gerações	210.687	77.091	0,0%	36,6%
Turismo	1.234.056	1.223.771	0,5%	99,2%
Segurança	7.677.518	6.426.168	2,8%	83,7%
Desporto e Animação	5.763.122	5.336.254	2,3%	92,6%
Mobilidade	16.668.544	12.964.155	5,7%	77,8%
Ambiente e Qualidade de Vida	21.016.635	18.172.921	8,0%	86,5%
Governância da Câmara	134.703.258	121.881.266	53,5%	90,5%
Total	270.965.668	228.025.199	100,0%	84,2%

As Grandes Opções do Plano (GOP) incorporam estes objetivos que, por sua vez, se desdobram em programas, projetos e ações das intervenções setoriais. As GOP agregam as despesas do Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e as despesas do Plano das Atividades mais Relevantes (PAR).

Coesão e Ação Social

F. 2 - Coesão e Ação Social



A Coesão e Ação Social, entendida como um conjunto de políticas que se operacionalizaram e concretizaram em diversas intervenções, foi um dos mais importantes vetores estratégicos das políticas públicas municipais, tendo sido aplicados 22 milhões de euros, dos quais 17,1 milhões de euros no **Parque habitacional social** e o remanescente (4,9 milhões de euros) na Ação e solidariedade social.

À Domus Social, EM compete-lhe assegurar a operacionalização da política de habitação, nomeadamente a habitação pública, e contribuir para o desenvolvimento económico, a coesão social e a sustentabilidade urbana.

Assim, para a prossecução dos objetivos enunciados destacam-se os trabalhos que fundamentam muitas das atuais políticas de habitação de interesse social, que constituem pilares fundamentais para a prossecução de políticas públicas municipais sustentáveis.

Entre outras, mereceu especial atenção o alargamento do espectro da cobertura da habitação pública a populações que atualmente não encontram uma resposta adequada por parte do mercado público e privado de habitação.

Tal preocupação encontra-se já refletida na abertura do leque de intervenções do clássico mercado de arrendamento público em bairros de habitação social municipal para outros modelos de provisão de habitação com a utilização do *stock* (devoluto e ocupado) de imóveis designados por casas do Património, do ex-CRUARB-CH e da ex-FDZHP na denominada Operação Património (OP).

Deu-se, também, continuidade ao programa para as ilhas municipais existentes, através da empreitada da ilha do Bonjardim, 655 e a execução do projeto para a ilha de Cortes. Após esta etapa original, a implementação plena do programa esteve muito dependente da publicação do documento governamental designado por Nova Geração de Políticas de

Habitação, publicado sob a forma de uma Resolução do Conselho de Ministros n.º 50-A/2018, de 2 de Maio, e dos instrumentos legais conexos, o que condicionou e condicionará o desenvolvimento daquele programa nomeadamente com a necessidade do Município elaborar uma Estratégia Local de Habitação, cujos trabalhos iniciaram.

Refira-se, também, que a intervenção no espaço público dos bairros do Parque de Habitação Pública Municipal, tal como consagrado na última revisão estatutária, ganhou um novo impulso e relevo (com as intervenções programadas no Cerco do Porto e Falcão e a decorrer em São João de Deus) prevendo-se que se constitua nos próximos anos como uma das áreas que deverá merecer uma particular atenção pela manifesta obsolescência que o atual espaço público destes bairros apresenta.

A gestão, manutenção e conservação dos imóveis do Parque de Habitação Pública Municipal constituído por cerca de 13.000 fogos e onde residem aproximadamente 30.000 pessoas (565 edifícios com 12.617 fogos, acrescido de 260 edifícios com 560 fogos relativos às Casas do Património, do ex-CRUARB-CH e da ex-FDZHP), é assegurada pela empresa municipal Domus Social, EM, que procurou garantir a sua ocupação e correta utilização.

Neste âmbito, continuou a ter grande significado a política de investimento na reabilitação do “envelope” dos edifícios do referido parque (entendida como grande reabilitação) e que compreende, de forma sucinta, a reabilitação de coberturas, fachadas e empenas, vãos envidraçados, áreas de circulação comum, bem como das redes de infraestruturas prediais.

Em 2018, foram concluídas as intervenções em Bom Pastor (7 e 10); Carvalhido (G, H e J a O); Falcão (1 a 4, 6 a 9); Mouteira (5 a 9; 11 e 12); Ramalde; São João de Deus (reabilitação - Fase 1), Viso (entradas 1 a 4, entradas 9 a 16) e a ilha do Bonjardim, 655. Encontravam-se, em 2018, em execução as seguintes empreitadas: Agrupamento Habitacional do Falcão (entradas A1, A2, B1 a B8 e C); Bom Pastor (1 a 6; 8 a 9); Campinas (15 a 24 e 25 a 31); Carvalhido (A a F); Cerco do Porto (4, 11, 12, 14, 15, 18, 23, 25, 27, 28 e 29); Monte da Bela; Mouteira (1 a 4) e Pereiró.

No corrente ano, concluiu-se a elaboração do projeto de reabilitação do Cerco do Porto (1 a 3, 5 a 10, 16, 17, 19, 20, 30 a 33), Fernão de Magalhães e Regado bem como da Ilha de Cortes e concluiu-se, também, o projeto de construção nova da Maceda. Encontravam-se em elaboração os projetos de reabilitação do: Bom Sucesso; Condominhas; Falcão (10 a 15); Fernão de Magalhães e Pasteleira.

Foram concluídos os projetos relativos a Rainha D.^a Leonor (Agrupamento Habitacional) estando em fase de contratação de empreitada a 1.^a Fase do projeto mencionado.

No domínio ainda da manutenção mas agora de natureza reativa foram efetuadas todas as rotinas de inspeção/manutenção de diversos elementos fontes de manutenção,

principalmente de coberturas, bem como de uma forma sistemática e regular dos diversos equipamentos e instalações eletromecânicas.

Deu-se continuidade à elaboração do projeto das intervenções no espaço público do: Bom Pastor, Cerco do Porto e Vale Formoso tendo-se concluído o do Falcão. Encontra-se em execução a intervenção no espaço público de São João de Deus (este sob responsabilidade das Águas do Porto, EM).

Para além das ações de intervenção no clássico Parque de Habitação Pública Municipal é particularmente relevante, e sintomático, de uma abertura do leque de intervenção daquele tipo de provisão de habitação, as ações de grande reabilitação de edifícios no Centro Histórico (as já referidas OP).

Encontram-se em execução as seguintes empreitadas de reabilitação: OP 1 (Rua da Arménia, 73/75); OP 4 (Rua de Azevedo de Albuquerque, 70/76); OP 3 (Rua Cimo de Muro, 18); OP 7 (Rua Dom Hugo, 8/10); OP 3 (Rua Infante D. Henrique, 103/107); OP 5 (Rua da Reboleira, 13); OP 5 (Rua da Reboleira, 29); OP 5 (Rua da Reboleira, 42); OP 2 (Rua de Trás, 9 / Rua dos Caldeireiros, 64) e OP 2 (Rua de Trás, 123).

O projeto relativo à OP 6 (Rua Tomás Gonzaga, 16 a 38) encontra-se concluído.

Durante o ano de 2018 foram, ainda, lançadas diversas empreitadas com vista à reabilitação do interior de casas devolutas tendo sido executadas 330 habitações, entregues à Direção de Gestão do Parque Habitacional (DGPH). Deste total, 21 habitações são referentes às Casas do Património. O investimento ascendeu a cerca de 2,6 milhões de euros. Encontravam-se ainda, em 2018, em processo de reabilitação interior 93 fogos.

Ainda no âmbito da política habitacional no Município promoveu-se a coesão social, tentando minimizar-se as situações de pobreza e exclusão. Relevantes segmentos da população encontram-se em situação de pobreza, com deficientes condições de habitação e com manifesta incapacidade para recurso ao mercado normal de arrendamento privado. Em 2018, foram instruídas 1.112 candidaturas a habitação social e atribuídas 220 casas a famílias carenciadas. No mesmo período foram realizadas 83 transferências, sobretudo por razões de saúde e mobilidade.

No âmbito da **Ação e solidariedade social** destacam-se as transferências para as Juntas de Freguesia com 3,4 milhões de euros para os contratos de delegação de competências e, neste ano, a transferência de 35 mil euros destinados aos processos administrativos de implementação do Orçamento Colaborativo, um projeto que visa estabelecer dinâmicas participativas entre o Município do Porto, as freguesias e a população da cidade na prossecução de ações que promovam a sustentabilidade e o reforço da colaboração em

rede para além das relações de proximidade com as diversas entidades a que os grupos de cidadãos se dedicam.

Na intervenção social, e com o Programa Porto Solidário – Fundo de Emergência Social, na vertente do apoio à habitação, foi aprovada, em 2018, a 5.^a edição, com uma dotação global de 1,1 milhões de euros, para apoiar pessoas e famílias em situação de grave dificuldade financeira, na sua obrigação de pagamento de renda ou prestação bancária relativa a habitação. Estão a ser beneficiadas, nesta edição, 450 famílias, com um apoio concedido por 12 meses, em função do valor da renda e do rendimento mensal bruto do agregado familiar. O encargo médio mensal com a habitação situa-se em 277,53 euros e o apoio médio mensal concedido é de 179,18 euros.

Foram ainda executadas outras intervenções que se enquadram no âmbito da Solidariedade Social, numa série de equipamentos, essencialmente de beneficiação ou reabilitação de edifícios, entre eles: Centro Infantil Nova Aurora, Cruz Vermelha Portuguesa e Sport Comércio e Salgueiros.

Ao longo de 2018 impôs-se a necessidade de adequação da gestão às exigências de uma nova política de habitação, que deve atender às dimensões da economia urbana, da coesão social e da sustentabilidade económica e social. Deu-se assim continuidade às políticas ativas no sentido de melhorar a qualidade de vida das pessoas e implementaram-se outras ações que visam promover uma verdadeira inclusão social dos municípios.

É o caso do projeto solidário Porto Importa-se, considerado como uma resposta aos problemas dos moradores idosos, fomentando as potencialidades locais e as redes solidárias locais, aproveitando eficazmente os recursos da empresa municipal, sem deixar de fora os afetos. Também as Residências Partilhadas para Seniores foram dinamizadas para servir de alternativa à precoce institucionalização em lares de idosos e, simultaneamente, combater o seu isolamento.

O programa de automanutenção “Casa Como Nova” permitiu aos inquilinos municipais a aquisição dos materiais mais correntes de construção civil (tintas, portas interiores e pavimentos) a preços substancialmente inferiores aos do mercado.

No âmbito do Projeto Condomus, mais de 80% de entradas estão organizadas, valorizando-se, assim, a participação ativa dos inquilinos municipais ao nível, essencialmente, da preservação dos espaços comuns.

Foi ainda desenvolvido o Programa AIIA – Abordagens Integradas para a Inclusão Ativa, com o apoio do Norte 2020, que contempla o desenvolvimento e execução de um conjunto de atividades destinadas a promover a inclusão social de comunidades desfavorecidas,

através de ações inovadoras e experimentais, com o objetivo de reduzir a pobreza, a exclusão social e o desemprego.

Igual destaque merece a dinamização do Contrato Local de Segurança, que visa a redução das vulnerabilidades sociais, a prevenção da delinquência juvenil e a eliminação dos fatores criminógenos. O CLS Porto abrange duas zonas territoriais identificadas com contextos de risco, designadamente o Cerco do Porto, e os bairros da Pasteleira, Dr. Nuno Pinheiro Torres e a Pasteleira (Agrupamento Habitacional).

As crianças e jovens vítimas de desproteção mantiveram um lugar de destaque pautado pelo trabalho implementado pelas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, onde o município tem igualmente um papel ativo. Para além de disponibilizar instalações, apoio técnico, logístico e administrativo, preside a uma das Comissões. Estas Comissões visam a promoção dos direitos e a proteção das crianças e dos jovens em perigo, centrando o seu trabalho na família, de forma a garantir o bem-estar e o seu desenvolvimento integral.

De destacar que a CPCJ Porto Central e CPCJ Porto Oriental transferiram-se para novas instalações, em edifício requalificado para o efeito, em Paranhos. As instalações da CPCJ Porto Ocidental, no Bonfim, tiveram intervenção de melhoramento ao nível do edificado.

Economia e Desenvolvimento Social

No objetivo Economia e Desenvolvimento Social, um dos vetores centrais do orçamento municipal, não pelo montante expresso em termos orçamentais mas por constituir um dos grandes eixos estratégicos para a Cidade, foram considerados os programas **Mercator**, **Dinamismo económico** e **Desenvolvimento social**, onde foram executados 3,3 milhões de euros.

No âmbito do Programa **Mercator**, e através da GO Porto, EM, iniciou-se a empreitada de Restauro e Modernização do Mercado do Bolhão, com uma execução de cerca de 1,9 milhões de euros. Foi concluído o projeto e procedeu-se ao concurso público da empreitada referente ao Túnel de ligação da rua Ateneu Comercial do Porto à rua Alexandre Braga.

Ainda através desta empresa municipal iniciou-se a gestão e exploração do Mercado Temporário do Bolhão que abriu as suas portas ao público no dia 2 de maio, albergando os 64 comerciantes e 9 inquilinos do antigo Mercado do Bolhão, e tendo, até ao final do ano, registado 1.524.071 entradas.

No que se refere à gestão operacional do Mercado Temporário do Bolhão, foi efetuada a contratação e a operacionalização de um serviço integrado ao nível da vigilância, limpeza, manutenção técnica dos equipamentos e sistemas, gestão dos resíduos produzidos e da

fiscalização da atividade desenvolvida pelos comerciantes e da importância do cumprimento da regulamentação em vigor no quotidiano diário do mercado, para além da atividade higio-sanitária, permitindo a consciencialização de cada comerciante para a segurança alimentar e inerente obrigatoriedade legal.

No âmbito da promoção deste Mercado Temporário destacam-se as campanhas Sábados no Mercado (Chef no Bolhão, Sábados em família, Bolhão em festa, Sábados à conversa e Torneio de xadrez), as campanhas sazonais de Natal, Páscoa, Verão, S. João, S. Martinho, entre outras, com parcerias locais no sentido de promover os produtos alusivos a cada época do ano, a dinamização do mercado e das suas campanhas através das redes sociais e todas as componentes multimédia e digital, as campanhas de rua com a realização de *spots* promocionais para transmissão em meios de comunicação social, parcerias específicas com entidades de cariz social, continuação da campanha promocional de brindes, decoração de Natal e melhoria de imagem e espaço de um dos corredores da zona de inquilinos, bem como da zona de esplanada relativa à restauração.

Ainda integrado no programa Mercator, e na sequência do trabalho iniciado em 2016, o Município do Porto, reconhecendo a importância da revitalização do comércio local e tradicional para a Cidade, deu continuidade à implementação de políticas dirigidas ao apoio a esta atividade económica, pelo seu relevante papel no plano cultural e de valorização do património histórico e das vivências tradicionais da cidade.

Em 2018 reconheceu 29 estabelecimentos comerciais e uma entidade de interesse histórico, cultural ou social local, e em outubro, o Regulamento Porto de Tradição foi enviado para a Direção Geral do Património Cultural, com vista à sua aprovação e entrada em vigor.

No domínio do **Dinamismo económico** continuou a implementação de uma estratégia de promoção do comércio de rua na cidade com medidas e iniciativas dirigidas à revitalização sustentável, qualificação e melhoria da visibilidade do comércio da Cidade.

Com o intuito de divulgar e promover o comércio tradicional e local, concretizou-se uma plataforma *web* e *uma app*, designada de “Shop in Porto”, que permitirá um duplo desiderato: ao Município mapear o comércio da cidade e aos residentes ou visitantes da cidade obter uma caracterização diária e atualizada do comércio na cidade. Essa plataforma possibilita ao comerciante registado dar visibilidade ao seu negócio, apresentando e promovendo o seu espaço comercial. A apresentação pública onde foi dada a conhecer, em todas as suas vertentes e funcionalidades, através do lançamento e apresentação exclusiva para comerciantes, ocorreu em outubro, e contou com a presença de 130 comerciantes da cidade. Posteriormente foram realizadas seis ações de divulgação e promoção da mesma, juntos dos comerciantes com uma adesão de 50 participantes.

Reconhecida a importância do papel primordial que o Município pode ter na promoção de uma oferta qualificada, eficiente e eficaz por parte dos comerciantes, face às exigências do setor, e pretendendo-se que estes desenvolvam significativamente a sua relação com o público, sintam que fazem parte integrante da promoção da marca Porto., procurem tornar os seus negócios mais competitivos, e apostem numa gestão que promova a modernização e o desenvolvimento da sua atividade comercial, foi levado a cabo um plano de formação. Ao longo de 2018 aumentou-se o número de formações para 35, tendo participado nas mesmas 669 formandos. A temática da formação incidiu, entre outros, nas línguas estrangeiras, atendimento ao público, vitrinismo e visual *merchandising*, *marketing* digital e ferramentas informáticas, empreendedorismo e criatividade, gestão, gestão comercial e incentivos à modernização, competências pessoais e profissionais e regulamento geral de proteção de dados.

Como consequência da formação, realizou-se o primeiro evento PORTO.COM, com a presença de 51 participantes, que surge da vontade de reconhecer o impacto desta intervenção, e também da sua importância no desenvolvimento de uma comunidade que agrega formandos/comerciantes, formadores e o Município do Porto.

Constatando as exigências do setor comercial tornou-se fundamental dar continuidade ao projeto de Consultoria de Negócio: Check-up do seu Negócio, que disponibiliza aos comerciantes um acompanhamento personalizado e à medida, para que possam analisar a sua estratégia e impulsionar o seu negócio. Este projeto teve uma duração de 6 meses, nas áreas de vitrinismo, atendimento ao público, gestão de negócio e gestão do cliente. Em 2018 foram 12 os negócios comerciais que participaram neste projeto.

Com o objetivo de promover algumas zonas comerciais da cidade e de tornar o comércio de rua mais apelativo para o público nacional e internacional, foi implementada a 2ª edição do projeto Lojas na Rua, que contou com ações de animação de rua nas zonas/ruas comerciais e procurou diferenciar a forma como o comerciante capta a atenção e o interesse do público. Com o apoio de profissionais especializados na área do vitrinismo foi realizada uma transposição apelativa do estabelecimento comercial para o exterior, promovendo os produtos e serviços dos estabelecimentos comerciais que aderiram ao projeto. As duas iniciativas das Lojas na Rua decorreram nos dias 3 de novembro - Rua de Passos Manuel, Praça dos Poveiros e Rua de Santo Ildefonso - e 17 de novembro - na Rua da Sr.^a da Luz, e contaram com a participação de 121 estabelecimentos comerciais.

Associados aos eventos da Cidade e integradas em épocas festivas ou marcantes para o público e para os comerciantes, os Concursos (montras e *slogans*) estimularam mais uma vez, as manifestações artísticas, o premiar o espírito criativo e de iniciativa dos

comerciantes, mas também promover o reconhecimento dos seus estabelecimentos e espaços abertos ao público em geral. Com estas iniciativas criaram-se momentos de efetivo envolvimento do comércio de Rua, sendo notório o impacto que tiveram junto daqueles que usufruem e visitam a cidade, bem como junto dos órgãos de comunicação social.

Com o objetivo de dar visibilidade e destaque ao comércio local e tradicional da cidade foram distribuídos materiais promocionais temáticos, e que têm como ponto de partida a marca Porto: papel de embrulho, fitas e sacos de papel alusivos à época natalícia, autocolantes (dia da mãe, dia do pai, dia dos namorados, Páscoa,...) e leques para o verão. Os comerciantes aderiram a esta iniciativa e foram registados 1.186 levantamentos.

No âmbito da Dinamização económica e atração do investimento, a InvestPorto reforçou a sua atuação junto de investidores e empresas, procurando contribuir para a criação de um ecossistema mais dinâmico, inovador e competitivo. Em 2018 foram apoiadas 208 empresas, 88 das quais apresentaram novas intenções de investimento, representando na sua maioria novos projetos por parte de investidores não estabelecidos.

Uma parte significativa de projetos apoiados (62%) são de âmbito internacional. O setor das tecnologias de informação e do *real estate* continua a liderar a captação de investimento, verificando-se igualmente uma tendência para um aumento de projetos de *business services*, com especial enfoque nos serviços partilhados de maior valor acrescentado, turismo, energia e mobilidade, consultoria, saúde e ciências da vida.

A percentagem de projetos internacionais manteve a tendência crescente entre 2017 e 2018, passando de 55% para 62%. A França, o Reino Unido, a Alemanha e os Estados Unidos da América, lideraram a carteira de investimentos apoiados. Também muito relevante foi a grande diversidade dos países de origem do investimento, provenientes em 2018 de 31 países distintos, o que refletiu o crescente reconhecimento internacional do Porto, pelo seu ecossistema empreendedor e competitivo, o contexto tecnológico e, sobretudo, pelo talento dos seus recursos.

Dos projetos de investimento acompanhados em 2018, foram instalados 18 novos projetos e 162 encontram-se em fase de implementação ou negociação. De salientar que o volume de projetos de investimento em fase implementação ou negociação subiu 50% face ao final de 2017, representando novos investimentos, mas também projetos de expansão de empresas já estabelecidas em setores de atividade que potenciam o crescimento do PIB da região, as exportações e a criação de emprego.

Ao longo de 2018, os serviços de apoio ao investimento visaram responder às necessidades identificadas nas diferentes etapas do processo de captação de investimento, privilegiando o

apoio à localização empresarial, informação e *business intelligence*, agilização de processos de licenciamento e a articulação institucional.

Considerando a tipologia de serviços prestados, a localização empresarial foi aquela que mais se destacou e suscitou maior procura por parte de investidores e empresas, representando 60% dos pedidos de apoio, logo seguida dos serviços de *business intelligence*, que abrangeram cerca de 39% dos pedidos, sendo um dos apoios de maior relevo e suporte à tomada decisão e validação de novos investimentos.

No apoio à localização empresarial, foram apresentadas 518 propostas de localização a potenciais investidores, com a identificação de espaços disponíveis (escritórios, armazéns, unidades fabris, terrenos) para a instalação de empresas, tendo por base os critérios e as necessidades definidas pelo investidor. A procura de espaços empresariais mostra o investimento crescente de empresas de serviços partilhados e do setor tecnológico, na sua maioria empresas internacionais e empresas estabelecidas com projetos de expansão. Relativamente à dimensão, a procura por espaços de escritório reflete um maior interesse por espaços com áreas entre os 1.000 e os 4.000 m² (47%) e, mais recentemente, por espaços de escritórios até 1.000 m² (44%), mais modernos e flexíveis, tecnologicamente avançados e adaptados a uma nova cultura mais orientada para as pessoas.

Ainda no domínio da atividade de captação de investimento, foram produzidos 125 documentos (face a 95 em 2017), na sua maioria informação à medida das necessidades dos investidores, com informação relevante sobre a dinâmica económica e as vantagens competitivas da cidade, custos, recursos humanos e competências, mercado laboral, ecossistema empreendedor, incentivos, projetos estratégicos e outros temas relevantes.

A atuação no apoio ao processo de licenciamento de atividades económicas, através do serviço de Via Verde de apoio ao investidor, contribuiu para acelerar o processo de investimento e facilitar a concretização de novos investimentos. Foram acompanhados, em articulação com os diversos serviços municipais, mais de 25 processos de licenciamento.

Em 2018 foi também apresentada uma nova proposta, de valor mais centrada na prestação de serviços de maior valor acrescentado para investidores e empresas, passando a disponibilizar-se serviços de *aftercare* e de gestão de talento.

Os serviços de *aftercare* tiveram como foco as necessidades de investidores e empresas estabelecidas, atuando na consolidação do investimento e apoio à facilitação do crescimento e desenvolvimento das empresas estabelecidas, e desenvolveram-se através do estabelecimento de uma relação de proximidade, na criação de *networking* com investidores e empresas acompanhadas pela InvestPorto, bem como com as entidades e

instituições relevantes para a prossecução da estratégia definida., tendo abrangido no seu ano de arranque mais de 27 entidades.

Os serviços de gestão de talento tiveram uma intervenção ativa na dinamização da *pool* de talento da cidade, designadamente através da promoção de iniciativas de captação e retenção de talento, especificamente direcionadas para a atração de investimento e fixação de empresas. Neste domínio, será de destacar a realização de Talent Peer Groups (que envolveram a participação de 46 empresas e entidades representativas da procura e da oferta de talento na Região do Porto-Norte, nos mais diversos setores de atividade) e o desenvolvimento da Plataforma Porto for Talent, um instrumento que apoiou investidores e empresas no processo de captação e gestão de talento, amplamente promovido em diversos eventos setoriais, conferências e feiras de emprego, com principal destaque para a presença na Feira de Internacional de Emprego Universitário (FINDE.U).

No âmbito da Agenda Urbana da UE, será de realçar a participação na Parceria Europeia Jobs and Skills in the Local Economy. Neste domínio, destacou-se a posição do Município na definição de políticas europeias com relevância no desenvolvimento da economia local, a participação em diversas reuniões de âmbito internacional e o contributo ativo no desenvolvimento do Plano de Ação subjacente à estratégia europeia relacionada com a temática Jobs and Skills.

Durante o ano de 2018, destaca-se ainda a participação no projeto In Focus do programa europeu *URBACT*, centrado no desenvolvimento de um Plano de Ação para a especialização inteligente nas cidades em articulação com a região, que envolveu o Município e a participação de *stakeholders* relevantes, na coprodução e definição das principais ações. As atividades operacionais do projeto foram encerradas com a realização do evento de disseminação e apresentação do Plano de Ação Local. A participação neste projeto contribuiu para uma maior projeção internacional do Porto e permitiu a troca de experiências e a aprendizagem mútua com outras cidades europeias.

De referir ainda que a participação em diversas iniciativas de *networking*, eventos e missões internacionais, contribuíram para consolidar o posicionamento do Porto no radar das grandes operações de investimento internacional. Salienta-se a participação em 4 missões internacionais e a organização e participação ativa em mais de 83 iniciativas de *networking* e eventos, 41% das quais direcionadas à captação de investimento internacional.

No programa de **Desenvolvimento social** e no âmbito da intervenção social junto dos públicos mais vulneráveis, nomeadamente a população idosa, foi dada continuidade ao programa Aconchego, com aumento dos seus aderentes, e ao programa Porto Amigo, com diversas intervenções para melhorar a acessibilidade no interior das suas habitações. Foram

implementados dois novos projetos: Quem sou eu? e O Porto é Lindo! Roteiros Turísticos + 65, onde através da expressão artística e visitas guiadas a vários espaços emblemáticos da Cidade se pretendeu estimular a participação dos seniores em atividades que contribuem para um envelhecimento ativo e saudável. Nestas atividades foram contemplados 1.705 seniores. Foi ainda comemorado o Dia Metropolitano dos Avós, que contou com a participação de 900 seniores.

Deu-se continuidade ao projeto Acolher, de integração de novos inquilinos dos bairros sociais que visa melhorar a integração das famílias nos conjuntos habitacionais municipais, elevando a sua qualidade de vida. Em 2018 foram realizadas 19 ações de formação.

As atividades especialmente vocacionadas para as crianças e jovens continuaram a merecer um relevante investimento, através da dinamização do projeto Missão Férias, em parceria com a Porto Lazer. A iniciativa Portugal numa Bancada, desenvolvida em parceria com a Federação Portuguesa de Futebol, permitiu que 158 jovens institucionalizados em Lares de Infância e Juventude participassem em três jogos de futebol da seleção nacional portuguesa. O projeto Música para Todos foi alargado a mais uma turma e a Orquestra Juvenil da Bonjónia continuou a sua atividade, tendo realizado oito apresentações públicas.

No seguimento do processo de recrutamento para o exercício do cargo de juiz social para o biénio de 2017-2019, foi realizado o I Curso de Formação em Juiz Social, que contou com a participação de 50 juízes sociais.

A população com necessidades específicas de funcionalidade, incapacidade e saúde continuou a usufruir do projeto Golfe para Todos, dinamizado na Quinta de Bonjónia. O Gabinete de Inclusão que efetua um serviço de proximidade no atendimento, informação e mediação para pessoas com deficiência, realizou 73 atendimentos.

Foi efetuada uma candidatura para a implementação de um Projeto de Mediadores Municipais e Interculturais, visando promover a criação de equipas de mediadores interculturais e de intervenção municipal dirigida à integração das comunidades migrantes e das comunidades ciganas. Foi ainda aprovada outra candidatura ao Alto Comissariado para as Migrações I.P para a elaboração do Plano Local para a Integração das Comunidades Ciganas.

No âmbito da estratégia municipal de apoio às pessoas em situação de sem abrigo, continuou a ser dinamizado o Restaurante Solidário, na zona da Batalha, que permitiu oferecer refeições com maior qualidade e dignidade e serviu 73.000 jantares em 2018. Com o trabalho realizado pela equipa de rua multidisciplinar, constituída e financiada pelo Município, foi possível reforçar o trabalho de acompanhamento a esta população. O Centro de Acolhimento Temporário Joaquim Urbano integrou 52 pessoas que se encontravam em

situação de sem-abrigo e o alojamento de longa duração, destinado a pessoas em processo de autonomização, manteve o seu funcionamento, tendo permitido a autonomização definitiva de 8 beneficiários. No âmbito da Nova Estratégia Nacional para as Pessoas em Situação de Sem-Abrigo 2017-2021, a coordenação do Núcleo de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo do Porto (NPISA Porto) passou a ser assumida pelo Município. O NPISA Porto integra cerca de 61 entidades públicas e privadas e em 2018 foi elaborado o Plano de Ação NPISA Porto 2018-2019.

A Rede Social no Município do Porto continuou a ser dinamizada com base numa estratégia assente em princípios de integração, de articulação, de subsidiariedade, de inovação e de parceria, mantendo-se a coordenação e suporte técnico do Núcleo Executivo (composto por 7 entidades parceiras) e do Conselho Local de Ação Social (composto por 255 instituições).

No domínio do Conselho Local de Ação Social do Porto (CLASP), deu-se continuidade ao trabalho de atualização do Diagnóstico Social do Município e de elaboração do Plano de Desenvolvimento Social 2019-2021, decorrente de uma articulação com outros instrumentos de planificação local e/ou regional e de financiamento. Iniciaram-se os trabalhos de criação do observatório social e do roteiro de respostas sociais.

Na cooperação interinstitucional foram apoiadas mais de 100 instituições da Rede Social do Porto e dinamizadas cerca de 20 ações de sensibilização para a população sénior, no âmbito dos riscos urbanos. Dinamizou-se a Plataforma Digital da Rede Social do Porto, que contou com a adesão de mais de 200 instituições. Esta plataforma tem como objetivo ativar um sistema partilhado de informação, em particular de divulgação de projetos/ iniciativas em curso ou em desenvolvimento, estando disponível da Rede e para a Rede.

No que diz respeito à promoção do voluntariado procedeu-se à otimização das oportunidades de voluntariado, abrangendo mais de 100 entidades inscritas e mais de 600 voluntários inscritos na plataforma digital SMAV (Serviço Municipal de Apoio ao Voluntariado). Iniciou-se o planeamento para a reestruturação do SMAV, adaptando-a à nova Estrutura Municipal de Voluntariado a criar em articulação com o programa Intermunicipal VOAHR- Voluntariado para uma Ação Humanitária de Referência.

No âmbito da capacitação das organizações promotoras de voluntariado, técnicos e voluntários, e futuros voluntários foram realizadas 5 ações de formação que abrangeram cerca de 85 participantes, contribuindo para melhorar a qualidade do trabalho na componente da gestão do voluntariado e as competências técnicas e cívicas dos voluntários.

No que concerne ao reconhecimento e partilha de boas práticas dos agentes do voluntariado, foi promovido o Fórum Mudanças e Desafios no Voluntariado, que contou com mais de 100 participantes.

Deu-se continuidade à elaboração do Plano Municipal de Prevenção e Combate à Violência de Género e Doméstica do Porto – 2019/20.

Foi realizada a XV edição da Arca de Natal, na Estação de S. Bento, que contou com a presença de 27 instituições e com mais de 6.000 visitantes.

Relativamente à promoção da empregabilidade, a Cidades das Profissões realizou 756 processos de consultoria de percursos profissionais, 133 *workshops* (nos quais se inclui os *workshops* de agenda, CdP Parceiros, Prova dos 9, Assessment Day, RH Talks e Career Summit) e 13 Clubs, em que participaram 2.746 pessoas.

As iniciativas MASTER.SPITCH, Speed Recruitment, Business Break, Recruta@CdP e GEPE – Grupo de Entreaajuda na Procura de Emprego contaram com um total de 865 participantes. Foram realizados 995 atendimentos à distância e registados 1.152 acessos no espaço multimédia. Em estreita parceria com as entidades de ensino e formação, a Cidade das Profissões realizou 66 atividades, em que participaram 4.930 alunos e ex-alunos.

O Gabinete de Inserção Profissional registou 1.493 pessoas nas suas ações de informação sobre as medidas ativas e oportunidades de emprego e formação, programas comunitários de apoio à mobilidade no emprego ou na formação.

Em 2018, o Centro de Inovação Social do Porto apoiou 13 projetos de empreendedorismo e inovação social.

No âmbito das atividades diretamente ligadas às políticas de promoção da saúde, deu-se continuidade ao planeamento e dinamização de um conjunto de atividades dirigidas, essencialmente, à melhoria da qualidade de vida da população, através da promoção de estilos de vida saudáveis e do reforço (e consolidação) das iniciativas no domínio da saúde.

Deu-se continuidade à elaboração do Plano Municipal de Saúde (PMS), tendo sido dinamizados mais dois Fóruns Participativos do PMS, dedicados aos eixos estratégicos Alimentação Equilibrada e Consumos. Ainda neste contexto, foram realizadas as II Jornadas Municipais de Saúde cuja temática foi centrada no PMS do Porto, onde se comunicaram os principais desenvolvimentos e próximos passos a dar na produção deste instrumento diretor na área das políticas de saúde da cidade.

No âmbito do Projeto Municipal de Promoção de Literacia em Saúde, dinamizaram-se várias atividades, dirigidas a grupos e subgrupos, destacando-se: os *workshops* de promoção da utilização da área do cidadão do portal do SNS, dirigidos à população adulta e dinamizados ao longo do ano na Biblioteca Municipal Almeida Garrett; as Sessões de Educação Alimentar, dirigidas a Encarregados de Educação de educandos frequentadores da Piscina Municipal de Cartes; a iniciativa Porto A(o)mar, um conjunto de atividades ludo pedagógicas

e de prática de atividade física promotoras de uma boa saúde cardiovascular, dirigidas a crianças, adultos e famílias, que decorreram em maio no Largo do Molhe; bem como a continuidade da iniciativa Porto sem Diabetes, iniciada em 2017.

No que respeita às ações de promoção da saúde dinamizaram-se, designadamente: uma ação de Capacitação de Cuidadores Informais, que visa a capacitação de cuidadores informais para a oferta de serviços de proximidade comunitários, e seis Oficinas de Saúde, dirigidas à população adulta residente em territórios vulneráveis da cidade, cujos objetivos passam pela promoção da literacia em saúde, particularmente na adoção de estilos de vida saudáveis, no adequado acesso aos serviços de saúde e na efetivação de medidas no sentido de uma adequada gestão doméstica e comunitária.

No sentido de conhecer a fundo os padrões de acesso aos alimentos de cidadãos residentes em zonas economicamente mais frágeis da cidade, iniciou-se o Mapeamento do Ambiente Alimentar do Porto (MAAP) que pretende auxiliar o desenvolvimento, implementação e avaliação de políticas na área da promoção da saúde através da identificação das zonas que apresentam maior risco de inacessibilidade a alimentos saudáveis. O levantamento de dados iniciou-se pelas zonas economicamente mais frágeis da cidade e foi concluído o mapeamento das três zonas identificadas no Projeto Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU) e sua envolvência.

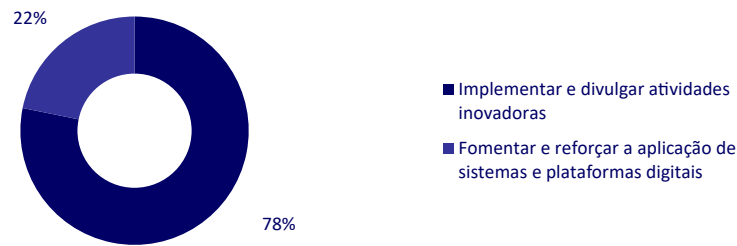
Enquanto Fast Track City (cidade na Via Rápida para Acabar com a Epidemia VIH), o Município reuniu um conjunto de entidades/partes interessadas, no sentido da criação do Consórcio do Porto, que reuniu em plenário duas vezes, para elaboração participada da Estratégia Integrada para o Porto, com vista ao cumprimento das metas 90-90-90 até ao final de 2020.

Foi concluída a empreitada do novo edifício da Unidade de Saúde de Ramalde.

No âmbito da participação na Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis, o Município do Porto viu aprovada a sua adesão formal a esta Rede, tendo participado na Assembleia Intermunicipal realizada em Lagoa-Açores (outubro), onde subscreveu a Declaração de Lagoa, no sentido do compromisso global de um Município Saudável.

Inovação

F. 3 – Inovação



Na Inovação, que inclui os programas Implementar e divulgar atividades inovadoras e Fomentar e reforçar a aplicação de sistemas e plataformas digitais, foram aplicados 844,3 mil euros.

Através do programa **Implementar e divulgar atividades inovadoras** a atividade foi coordenada pela Associação Porto Digital e organizada em três grandes áreas: apoio ao empreendedorismo, inovação urbana e co-criação de serviços, e ainda, a área de plataforma urbana e serviços digitais.

Na componente de apoio ao empreendedorismo deu-se continuidade ao desenvolvimento das atividades da estratégia ScaleUp Porto, com vista à promoção do crescimento sustentável do ecossistema de empreendedorismo. Neste sentido foram promovidas e apoiadas iniciativas de consolidação da comunidade de empreendedores, atividades de capacitação do ecossistema, e ainda, atividades de internacionalização e criação de redes. Como exemplos apresenta-se a atividade âncora Semana Start&Scale, que reuniu em 3 edições mais de 5.000 participantes, ou ainda a Convocatória Aberta ScaleUp Porto, que recebeu em 2018 um número recorde de 57 candidaturas, das quais foram selecionadas 8 atividades que envolveram mais de 5.600 participantes. Em 2018 foi ainda organizada a segunda edição do evento Smart Capital, que reuniu dezenas de investidores internacionais, e no qual foi apresentada a primeira edição do Toolkit de investimento em StartUps do Porto, desenvolvido para comunicar e promover o ecossistema junto deste público estratégico. Na componente de internacionalização e criação de redes, foi consolidada a participação na rede SCALE, a rede europeia de cidades que possuem estratégias de referência na área de empreendedorismo. Nesta componente, destaca-se a organização de uma missão internacional de cooperação com a cidade de Pereira, na Colômbia, na qual participaram empresas da cidade. Esta iniciativa foi organizada com o apoio do programa Europeu para a Cooperação Urbana Internacional (EU - IUC International Urban Cooperation) e contou ainda com a participação de equipas técnicas do município, que se encontram a explorar oportunidades de partilha de conhecimento. O Porto esteve também presente na Smart Seoul Conference para o lançamento da rede internacional GDIA - Global Digital Innovation Alliance – que integrou como membro fundador.

Como reconhecimento da atividade desenvolvida neste campo, a cidade do Porto recebeu nos World Excellence Awards o galardão de The Best Start-up Friendly City of Europe, que significa que é a cidade europeia mais amiga das Startups. Esta distinção representou mais um reconhecimento externo do empenho do Município no desenvolvimento de uma estratégia altamente inovadora para o apoio ao processo de criação e acompanhamento das *startups* com vista ao seu crescimento sustentado.

No âmbito da Inovação Urbana, foi dada continuidade ao programa de promoção e fortalecimento do ecossistema de inovação enquanto instrumento de Transformação da Cidade, através da iniciativa Porto Innovation Hub (PIH), lançada em 2016. Como resultado da primeira fase desta iniciativa, e com apoio da equipa de Inovação e Design de Serviços da Associação Porto Digital, foram identificadas mais de 300 sugestões e ideias com o objetivo de propor a criação de novos cenários e oportunidades de inovação à escala urbana, contribuindo para a cultura de inovação da cidade e incentivando o cidadão a assumir o papel de motor de inovação. Deste processo resultou um conjunto de 8 propostas de projetos com potencial de implementação de curto, médio e longo prazo na cidade, a serem executados por equipas multidisciplinares do Município. No âmbito desta iniciativa, foi dado início à construção do novo espaço do Porto Innovation Hub, na zona central da cidade, com uma área aproximada de 1.000m². Este novo espaço do PIH pretende funcionar como o polo central de dinamização e experimentação da cidade, reunindo todos os agentes de inovação e envolvendo, cada vez mais, o cidadão no processo de evolução e melhoria contínua, apelando assim a uma participação cívica mais ativa.

Durante o ano de 2018, foram iniciados projetos de inovação urbana focados na componente de inovação organizacional e no *design* de serviços como modelo aberto e colaborativo, sustentado pela cocriação. Destas iniciativas, destaca-se o projeto desenvolvido para desenho da nova plataforma para a gestão de ocorrências, e ainda, o projeto de redesenho do Largo 3 de Fevereiro, efetuado em cooperação com a União de Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde.

Dando seguimento à estratégia de consolidação da componente tecnológica da cidade, nomeadamente no que se refere à agregação, processamento e disponibilização de dados da cidade, e ainda, à disponibilização de serviços digitais de acesso público, como é exemplo a rede Wi-Fi de acesso gratuito, foi feito um forte investimento no desenvolvimento de uma plataforma urbana, bem como na atualização tecnológica, melhoria de desempenho e expansão da rede Wi-Fi. O desenvolvimento da Plataforma Urbana da cidade do Porto está a ser coordenado pela Associação Porto Digital em articulação com o projeto SynchroniCity (<https://synchronicity-iot.eu>), que é um projeto financiado pela Comissão Europeia para a área das plataformas urbanas e Internet das Coisas (IoT – Internet of

Things), e que envolve um investimento global de cerca de 20 milhões de euros por parte do consórcio. No contexto deste projeto, foi realizada uma convocatória aberta, com 3 milhões de euros de financiamento, que visa apoiar o desenvolvimento de soluções inovadoras para a cidade baseadas em IoT, com ligação à plataforma SynchroniCity e que recebeu mais de 130 candidaturas de toda a Europa, tendo como resultado a realização de 5 pilotos na cidade do Porto, nas áreas da mobilidade, energia, gestão de resíduos e ambiente, com data prevista de início em março de 2019.

Na vertente protocolar, destacam-se as visitas de Suas Excelências o Presidente da República, o Primeiro-Ministro, o Presidente da República Federal da Alemanha, e de Suas Majestades os Reis dos Belgas, e ainda a atividade desenvolvida com a visita do ex-Presidente dos EUA, Barack Obama.

Na vertente internacional a Cidade consolidou o seu papel de parceiro de peso junto de outras instituições. Fruto deste trabalho, o Município foi convidado a participar em diversos eventos, tendo sido escolhidos, pela sua importância e relevância, o Urban Future Global Conference, em Viena, o Moscow Urban Forum, em Moscovo, e o Diálogo de Política Regional, em Lima, no Peru.

Paralelamente desenvolveram-se importantes contactos com inúmeras cidades parceiras, como Macau, Shanghai, Pequim, Bangkok, Bordéus, Mindelo, em Cabo Verde, entre muitas outras, que estão a permitir posicionar o Porto num patamar de elevada consideração.

Para além deste trabalho bilateral, continuou a desenvolver-se o trabalho em rede, nomeadamente no Eixo Atlântico e na Associação Ibérica de Municípios Ribeirinhos do Douro, e nas Eurocities, com participação ativa em vários dos grupos de trabalho.

No âmbito do programa **Fomentar e reforçar a aplicação de sistemas e plataformas digitais**, e em finais de 2018, deu-se início à segunda fase do Centro de Gestão Integrada (CGI) do Município do Porto. O CGI passou a constituir o centro de coordenação dos processos de operação nas áreas da mobilidade, segurança, bombeiros, proteção civil e ambiente, trazendo assim novas valências e entidades a um projeto que vem sendo desenvolvido desde 2015.

Com a nova linha organizacional, e com o objetivo de potenciar uma gestão integrada e transversal no sentido de desenvolver uma maior capacidade de resposta do município nas intervenções multidisciplinares, pretende-se a subsidiariedade, a equidistância e a preservação da identidade das unidades orgânicas que integram o CGI, num contexto de estreita articulação e coordenação.

Cultura

No objetivo da Cultura integra-se o programa **Dinamização da arte, cultura e ciência** no montante de 6,2 milhões de euros.

No âmbito da dinamização da cultura foi assegurada a implementação da estratégia cultural para a cidade, através de uma intervenção integrada e transversal, com os diversos agentes culturais da cidade, nacionais e internacionais.

Através da atuação dos serviços municipais de Bibliotecas, Arquivos, Museus, Património Cultural, Galeria, Teatros e Ação Cultural e Científica, foi desenvolvida uma programação intensa, inclusiva e diversificada, cruzando a valorização do património e o estímulo à criação contemporânea, assumindo-se estas vertentes como um relevante fator de coesão social e de regeneração urbana, dinamizador da economia, da qualidade de vida e do bem-estar das populações.

A dinamização da cultura implica a gestão e regular funcionamento de uma considerável rede de equipamentos municipais de vocação cultural e abertos ao público (16 espaços).

Através da GO Porto EM, prosseguiu o projeto de requalificação do Cinema Batalha, do Abrigo dos Pequenininos (futuro espaço das Reservas Municipais) e do Reservatório (futuro Museu de História da Cidade) e continuam em execução as empreitadas de Requalificação dos Caminhos do Romântico, do Museu do Vinho do Porto e do Espaço Entre Quintas (serviços educativos). Futuramente prevê-se ainda a realocação do Banco de Materiais na zona da Sé (proximidade do Arqueossítio), a musealização do Rio da Vila (Centro Histórico) e a criação de uma Fonoteca Municipal com um acervo de 35 mil vinis (em Campanhã).

Manteve-se e intensificou-se a prestação de serviço público de continuidade através da recolha, preservação, valorização e disseminação patrimonial, por entre as múltiplas frentes de acesso às coleções municipais – monografias, periódicos, documentos, coleções fotográficas, de pintura, têxtil, artes decorativas, moedas, joalheria e outras formas de arte. Para ativação deste acesso ao património material e imaterial a maioria dos equipamentos estiveram em funcionamento e abertos ao público em horários alargados, como foi o caso das atividades regulares de serviço aos leitores, na Biblioteca Pública Municipal do Porto e na Biblioteca Municipal Almeida Garrett, no Arquivo Histórico e na sua Biblioteca de Assuntos Portuenses, quer presencialmente, quer através dos diversos catálogos em linha (290 mil acessos individuais). Na oferta museológica, encontram-se abertos ao público os diversos polos do Museu da Cidade, com uma identidade gráfica renovada e uniforme e uma programação comum, que começou a ser objeto de divulgação conjunta pela primeira vez. Através da implementação de um projeto de requalificação de três museus (candidatura financiada pelo Norte 2020), e depois da reabertura da Casa-Museu Guerra Junqueiro e da

requalificação da Casa-Museu Marta Ortigão Sampaio, com as respetivas melhorias ao nível de entrada e acessibilidades, em 2018 foi reinaugurado o Museu Romântico, com um discurso totalmente renovado e novas obras em exposição permanente. Os três museus tiveram ainda direito à edição de catálogos / guias das coleções gratuitos.

No âmbito da execução da candidatura Valorização dos Caminhos de Santiago – Caminho Português da Costa, que o Município do Porto integra com outros nove municípios para um conjunto de ações comuns, foi concluída a empreitada da reabilitação da Capela de Nossa Senhora das Verdades, aberta ao público desde março de 2018 e que nos primeiros dois meses já registava 5.500 visitantes.

Destaca-se a ação do Teatro Municipal do Porto - Rivoli e Campo Alegre, que consolidou a sua atuação como equipamento cultural de referência das artes performativas através de uma vasta programação, com projetos locais, nacionais e internacionais como Tales Frey, Brett Bailey, Matilde Monnier e Alan Pauls, Raimundo Hoghe, Max e René, e criadores nacionais e locais como André Braga e Cláudia Figueiredo, Martim Pedroso, Patrícia Portela, Catarina Real e Ângelo Cid Neto, Vitor Fontes e Maria Melo Falcão, Cláudia Dias e outros, parte dos quais no âmbito do festivais acolhidos no teatro, como o FITEI ou o FIMP.

Mantiveram-se as apresentações regulares no âmbito dos Palcos Instáveis e as residências artísticas de longa e de curta duração no Teatro do Campo Alegre. Importa salientar a realização da terceira edição do Festival DDD – Dias Da Dança, que decorreu em associação com outros dois municípios da Frente Atlântica - Matosinhos e Vila Nova de Gaia. O Teatro Municipal do Porto é também o espaço para ver cinema (Multiplex 2018, IndieJúnior Allianz, Fantasporto, 11.ª Festa do Cinema Italiano, Queer Porto 4, Festa do Cinema Francês, KISMIF 2018, SOS Racismo: MICAR, Festival Porto/Post/Doc, ...), para ouvir música (Understage, Novos Talentos, Concerts4Good, Festival Porta Jazz, ...), proporcionando uma atividade plural, diversa e para todas as faixas etárias. Ao longo do ano, realizaram-se mais de 543 iniciativas, distribuídas por mais de 1.729 sessões, fruídas por, aproximadamente, 120.000 pessoas.

Mas não só nos teatros se apresentam artes performativas. O programa da 5.ª Edição do Cultura em Expansão continuou a levar a arte e a cultura a locais da cidade onde o seu acesso está mais condicionado, pela primeira vez cobrindo todas as freguesias. Apresentaram-se projetos interdisciplinares e participativos a um público itinerante, a bairros sociais e locais periféricos, contribuindo para a coesão social e a regeneração urbana, eliminando barreiras e encurtando distâncias culturais, sem conceder na qualidade artística dos projetos. Ao todo, foram cerca de meia centena de sessões, com nomes como António Pinho Vargas, Katalin Déer, Carlos Lobo, Dinis Santos, Orquestra Jazz do Porto, Teatro

Experimental do Porto, Teatro de Ferro, Visões Úteis, Circolando, Oupa!, Rui Veloso, Leonor Teles, etc. O programa desta edição, ao longo de 2018, deu mais ênfase ao trabalho de oficina e laboratório que se expandiu pelo território da cidade e, também, na diversidade de práticas artísticas, incluindo – pela primeira vez – projetos nas áreas da literatura e do circo. A criação musical continuou a ser uma prioridade programática e procurou consolidar projetos e equipas, bem como, desenvolver novas parcerias com o envolvimento de uma orquestra comunitária e de um rancho folclórico do Porto. A realização cinematográfica marcou presença através do olhar de um nome fundamental do novo cinema português e os projetos de processo criativo, acompanhados com grupos de residentes, estenderam-se desde Aldoar até ao Bonfim. O projeto OUPA!, após três anos consecutivos de oficinas e concertos, consolidou os resultados e estimulou a colaboração entre os grupos de Lordelo, Ramalde e Cerco. Dedicou o ano de 2018 à criação, gravação e edição de um álbum comum, onde figuraram temas originais, desenvolvidos no último triénio, assim como temas inéditos; no que concerne à vertente musical o projeto Fala-me ao Ouvido deu a conhecer um outro lado da música com concertos comentados onde os músicos pontuaram as suas performances com breves momentos explicativos sobre as obras que interpretaram. De Satie a Zeca Afonso, o espectro musical deste miniciclo permitiu aos músicos e compositores partilhar com o público detalhes habitualmente escondidos, tais como histórias das obras ou propostas artísticas; o novo ciclo Viagens levou vários projetos de longa duração a percorrer as sete freguesias do Porto, com o seu programa de atividades itinerantes desde o cinema insuflável, conferência, objetoteca, galeria portátil e um contentor/simulacro que empreendeu uma viagem transoceânica; O Palco é a Cidade englobou as artes performativas, através de quatro produções teatrais, onde se reforçaram os projetos com atores amadores, ou em fase de formação, e a própria comunidade.

O festival internacional de pensamento Fórum do Futuro versou, em 2018, o tema ÁGORA CLUB, sobre a manifestação da Antiguidade na cultura contemporânea, propondo compor um espaço público de encontro, troca e negociação (de identidades, práticas e linguagens) e, simultaneamente, de análise das Ágoras nos nossos dias. A 5.^a edição teve lugar entre 4 e 10 de novembro, com um intenso programa em que se debateu a Antiguidade, entendida como uma temporalidade recorrente, a partir da qual a estética e a prática ética ressurgem em diferentes períodos da História, envolvendo múltiplos territórios, culturas, classes, histórias e corpos. Partindo de vários contributos nos campos da literatura, política, arquitetura, astronomia, filosofia e artes visuais, no Fórum refletiu-se acerca do alcance desta temporalidade, questionando-a nas suas dimensões sociais, económicas e culturais. O evento acolheu oradores provenientes das mais diversas áreas do conhecimento, designadamente: Ali Cherri, Guan Xiao, Nadya Tolokonnikova (Pussy Riot), Trajal Harrell,

Slavs And Tatars, Maurizio Lazzarato, Michel Mayor, Vinzenz Brinkmann, Hans Ulrich Gumbrecht, Jörg Scheller, Martha Kirszenbaum, Alexandra Pirici, Toyo Ito, Walid Raad, Martin Crimp, Marina Warner, Beatriz Colomina, Shumon Basar, Mary Reid Kelley & Patrick Kelley, Christian Boltanski, Margaret Atwood, Kapwani Kiwanga, Astra Taylor, Paul B. Preciado, Harrison Birtwistle, Charlotte Higgins, Brooke Holmes, André Aciman, Eva Franch e Pankaj Mishra. Cerca de 7.000 pessoas assistiram às 28 sessões.

A Feira do Livro do Porto realizou-se nos renovados Jardins do Palácio de Cristal e contou com uma forte adesão de editores, livreiros, alfarrabistas, associações e promotores de projetos inovadores em torno do livro. Ao longo da Avenida das Tílias, os 130 pavilhões do certame foram ocupados por 13 entidades institucionais, 70 editoras, 17 livrarias, 7 distribuidores e 23 alfarrabistas. A edição da Feira do Livro ofereceu um novo projeto Cabine de Escalas que disponibilizou um espaço mediador viabilizando o encontro do público com catorze editoras de pequena escala. Esta edição homenageou José Mário Branco e proporcionou um alargado conjunto de oportunidades culturais e de animação, desde conversas com autores consagrados até subidas em balão de ar quente, passando por concertos de jazz e *workshops* infantis, bem como por 8 debates, 4 sessões de *spoken word*, 3 exposições, um ciclo de cinema com 5 filmes, um curso breve de literatura com 10 lições e sessões especiais. De salientar ainda a exposição Porto Sentido de Fora, que exibiu uma vasta coleção de livros e guias de viagem estrangeiros sobre a cidade do Porto, e o projeto Escritor em Residência, com o lançamento de um conto inédito por Bernardo Carvalho. Esta vasta oferta levou a que passassem pelo evento mais de 300 mil visitantes.

A Galeria Municipal do Porto reforçou a dimensão de espaço aberto a novos modelos expositivos, enquanto lugar de interdisciplinaridade artística e de janelas abertas para os debates contemporâneos. A programação contou com 5 exposições, onde marcaram presença, aproximadamente, 110.000 visitantes. A exposição “10 000 anos depois entre Vénus e Marte”, iniciada em 2017, prolongou-se até fevereiro de 2018, com obras oriundas da coleção Cachola, e a Galeria Municipal apresentou-a pela primeira vez na cidade do Porto com a curadoria de João Laia. Esta coleção é composta por mais de seiscentas e cinquenta obras de mais de uma centena de artistas; a temporada de 2018 abriu com “Germinal” que reuniu 60 trabalhos, da coleção do escultor Pedro Cabrita Reis, construída durante 30 anos, com curadoria de Pedro Gadanho e Ana Anacleto, sendo de salientar que esta exposição rumou, depois, para o MAAT, em Lisboa; “Prémio Paulo Cunha e Silva”, criado em 2015 em homenagem ao antigo vereador da cultura, dirigido a artistas com menos de 40 anos que não tenham tido mais do que uma exposição individual de alcance internacional. Integrou as obras dos seis finalistas da primeira edição do prémio: Christine Sun Kim, Jonathas de Andrade, June Crespo, Mariana Caló e Francisco Queimadela,

Naufus Ramirez Figueiroa e Olga Balema; “O Ontem Morreu Hoje, O Hoje Morre Amanhã”, projeto expositivo sobre práticas sociais em clubes e bares, enquanto espaços de fuga e falência iminente dos sistemas sociais diurnos, da artista Carla Filipe que reuniu obras de diversos artistas locais e internacionais que exploraram formas de experienciar a noite, nomeadamente a intersecção entre música e imagem; “Musonautas, Visões & Avarias: 1960-2010: 5 décadas de inquietação musical no Porto”, abordou a onda vanguardista e de liberdade sonora da cidade, da música erudita à de intervenção, do punk ao hip-hop e eletrónica, o programador e editor de música Paulo Vinhas foi responsável pelo mapeamento desta exposição; “Curveball Memory - Musa Paradisíaca”, projeto inédito de Eduardo Guerra e Miguel Ferrão, que explora o território da cidade, numa reflexão sobre a prática discursiva para “auscultação do desejo das coisas”, na mezzanine da galeria, em que cada lugar, cada pessoa, ou cada coisa, surge de forma distinta, através de objetos, textos, sons e imagens; “Transantiquity”, comissariada por Guilherme Blanc e Filipa Oliveira, constituiu uma ponte direta com o Fórum do Futuro, que explorou a relação entre o legado da antiguidade e a prática artística de um conjunto de artistas contemporâneos.

No que concerne ao projeto museológico e expositivo para lá da Galeria Municipal, reforçou-se o programa de visitas, celebração de dias comemorativos e de efemérides, assim como exposições temporárias que pretendem melhorar a divulgação e conhecimento das coleções municipais, sempre em diálogo com a contemporaneidade. Merecem destaque: Prémio João de Almada, exposição realizada nos Paços do Concelho sobre a recuperação do património arquitetónico que se faz na cidade, que distinguiram a Casa da Boavista, o Teatro do Bolhão e a Universidade Católica do Porto; “Cancioneiro de Natal”, que decorreu na Biblioteca Municipal Almeida Garrett, composta por 12 cartazes com poemas alusivos à época natalícia; “Fotografar Virgínia Woolf, fotografias de Nuno Moreira” que decorreu na Biblioteca Municipal Almeida Garrett, com base no livro “A Casa Assombrada”, pretendeu não só criar uma versão fotográfica dos cenários descritos na obra, mas captar também a personalidade da autora e a composição das suas personagens; “Nu Umbigo” da escultora portuense Isabel Dores, exposição patente na Sala Aberta do Palacete dos Viscondes de Balsemão, passou pela instalação de cerca de 100 umbigos nas paredes do espaço; “Encontros” que decorreu na Casa Museu Guerra Junqueiro, com obras plásticas do polémico Prémio Nobel da Literatura alemão Günter Grass (1927-2015), no âmbito da celebração dos 90 anos do seu nascimento, contou com a presença dos chefes de Estado português e alemão, e teve curadoria de Hilke Ohsoling; mostra “Os livros”, que decorreu na Biblioteca Municipal Almeida Garrett, no âmbito das Jornadas: “Desimaginar o Mundo – Manuel António Pina, 2018”, que tiveram início em 18 de novembro de 2018, data em que se celebrou o 75.º aniversário do nascimento de Manuel António Pina, autor de uma das mais consistentes e

imaginativas obras da literatura em língua portuguesa; “Conheço as suas raízes: nos 90 anos de Fernando Guimarães”, que decorreu na Biblioteca Municipal de Almeida Garrett, no ano em que celebra 90 anos o Município do Porto presta uma homenagem ao autor e à sua obra; "Lojas do Porto - História e Identidade", a decorrer na Casa do Infante, realça o papel do comércio na cidade, ao longo do tempo. Relembra-se lojas tradicionais – algumas já desaparecidas, outras ainda existentes – partindo de documentos, imagens e objetos do Município, aos quais se juntam, ainda, objetos de alguns estabelecimentos.

Visitantes a exposições, participantes de atividades de serviço educativo (como visitas guiadas e oficinas) nos espaços museológicos municipais foram cerca de 400.000.

O desafio de (re)descoberta do património material e imaterial da cidade realizou-se, pelo quinto ano consecutivo, com consolidado êxito. Os ciclos intitulados Um Objeto e Seus Discursos Por Semana, nesta edição, permitiram entrar em museus, bibliotecas e praças, mas também em associações, restaurante e barcos, cemitérios, laboratórios ou jardins e hospitais. Debateram-se objetos museológicos e, simultaneamente, ideias, valores e sabores; cruzaram-se convidados dos quadrantes sociais e dos saberes mais diversos. Em 29 sessões, participaram quase 3.000 pessoas, 86 convidados e moderadores.

De descoberta ou redescoberta, também, se fizeram os Percursos Culturais propostos em 2018. Os técnicos municipais partem de locais diversos, mais ou menos conhecidos, desvendando objetos, documentos, ruas e espaços e revisitando múltiplas histórias reais, mas também alguns mitos. Com uma programação trimestral e temática, realizaram-se 33 percursos dedicados à cidade, homens, espaços e construções, nos quais participaram cerca de 670 pessoas.

Em representação do Município, o Pelouro da Cultura manteve a interlocução com a UNESCO e demais entidades oficiais, assumindo a função de “gestor do sítio” classificado – Centro Histórico do Porto - e integrando a Rede de Património Mundial de Portugal bem como outras redes internacionais, que visam a promoção e salvaguarda deste bem inscrito na lista património mundial. De salientar neste âmbito a aprovação e o desenvolvimento do projeto financiado AtlaS.WH - Património no Espaço Atlântico: Sustentabilidade dos Sítios Urbanos Património Mundial, resultante de uma parceria entre Bordéus, Santiago de Compostela, Edimburgo e Florença, e liderada pelo Porto que pretende potenciar a reflexão e análise conjunta com vista à concretização dos novos Planos de Gestão e de Sustentabilidade para cada Sítio, que passa pela implementação de uma metodologia comum e por um modelo integrado de gestão e monitorização, sob o princípio do desenvolvimento sustentável, com vista a contribuir para a manutenção da identidade urbana de cada Sítio.

Com o propósito de promover o conhecimento sobre o crescimento da malha urbana da cidade, lançou-se o projeto Cartas Históricas Interativas do Porto, ou CHIP, uma colaboração entre o Património Cultural, o Arquivo Histórico, os Sistemas de Informação e o Urbanismo, para a visualização em linha de documentos históricos da cidade do Porto suportados numa base SIG tendo na sua fase inicial disponibilizado cartografia baseada na Planta Topográfica da Cidade do Porto, 1892 de Teles Ferreira.

O Município associou-se às Jornadas Europeias do Património, subordinadas ao tema “Saber” Partilhar Memórias Turismo e o Património, com um programa que incluiu a realização de atividades em espaços municipais, e deu continuidade à tradicional atribuição dos prémios para as melhores cascatas sanjoaninas e para os melhores presépios, mediante concurso implementado para o efeito.

A área de património cultural assegurou de forma continuada os serviços de documentação e informação administrativa nas áreas de arquitetura e arqueologia, promovendo a salvaguarda do património de importância para a cidade e sua história, exercício de direito de preferência, tendo mantido o seu envolvimento na revisão do Plano Diretor Municipal (valores patrimoniais, arqueológicos e edificados).

Em 2018 deu-se continuidade à divulgação das residências artísticas existentes na cidade do Porto, a plataforma InResidencePorto, que sistematiza ofertas de espaços de trabalho para artistas nacionais e internacionais: Mala Voadora, Maus Hábitos, Espaço Mira, Sonoscopia, Rua do Sol e Circolando. Pretende-se, desta forma, criar condições para que os artistas se ancorem no Porto e possam descobrir o que a cidade tem para oferecer.

O ano de 2018 foi de continuidade para o programa Criatório, com vista à atribuição de 16 bolsas de apoio a projetos de criação artística, cada um no valor de 15 mil euros, distribuídos por quatro modalidades: artes visuais e curadoria; artes performativas e programação; composição, programação e performance musical; literatura, investigação e pensamento crítico. Este programa recebeu 183 candidaturas, tendo sido admitidas 176, das quais o júri selecionou as 16 apoiadas. Lançou-se neste ano o programa de apoio à internacionalização cultural Shuttle, com seleção de candidaturas apostadas em promover a arte e os artistas portuenses no estrangeiro. Ainda no âmbito da plataforma Plaka, foi lançado um novo programa de aquisições, com o propósito de reforçar a coleção municipal com obras de arte contemporânea, tendo sido adquiridas dez obras. A plataforma Pláka, que reúne estes diversos projetos sobre arte contemporânea e as práticas artísticas, ganhou ainda um *website* dedicado e um projeto de formação, Coletivos Pláka, que reúne grupos de reflexão e produção de pensamento, coordenados por tutores que programam cursos dedicados a temáticas específicas, realizados em julho, outubro, novembro e dezembro.

Foi dada continuidade à Agenda para o Cinema Independente, que organiza, mapeia e divulga as sessões de cinema que acontecem fora do circuito comercial. Com o objetivo de garantir uma sólida oferta cinematográfica na cidade, e numa clara estratégia de apoio à exibição de cinema nas salas da baixa, promoveu-se o TRIPASS, um cartão que dá acesso privilegiado ao circuito de cinema na Baixa do Porto com descontos e outros benefícios nas salas Trindade, Teatro Municipal do Porto - Rivoli / Campo Alegre e Passos Manuel.

Urbanismo e habitação

O objetivo do Urbanismo e habitação integra o programa denominado **Reabilitação urbana, planeamento e gestão urbanística** onde foram executados 23,6 milhões de euros.

No domínio do planeamento territorial, a atividade centrou-se, em grande medida, no projeto de revisão do PDM, tendo-se concluído a etapa de caracterização e diagnóstico e começado a desenvolver as componentes da estratégia e modelo territorial. O desenvolvimento de uma infraestrutura de informação geográfica de apoio ao desenvolvimento do plano - mas também às etapas subsequentes da sua monitorização e avaliação - representou uma aposta fundamental ao nível da afetação dos recursos humanos.

Procedeu-se à elaboração de propostas de delimitação de Áreas de Reabilitação Urbana (ARU), nomeadamente ARU de Massarelos, ARU da Lapa, ARU do Bonfim e ARU da Baixa, aprovadas pela Assembleia Municipal, e foram ainda iniciados os trabalhos de desenvolvimento da Operação de Reabilitação Urbana da Corujeira e do Masterplan Territorial para a Zona Oriental do Porto, com apoio de consultorias externas.

Ao nível dos grupos de trabalho externos, destacam-se a participação nas Comissões de Acompanhamento do POC Caminha-Espinho e da Revisão do Plano Diretor Municipal de Matosinhos, bem como no projeto internacional URBINAT e no grupo de trabalho interno sobre Mobilidade Elétrica.

No âmbito da informação geográfica, uma das vertentes chave da atividade diz respeito à estruturação de uma base de dados para gestão da cartografia de grande escala e à manutenção do portal GUIA.

Assegurou-se a manutenção da rede de apoio topográfico e foram ainda desenvolvidas as bases conceptuais e metodológicas para o desenvolvimento de um sistema de pré-cadastro geométrico da propriedade.

Em termos da gestão urbanística, foram sujeitos a controlo prévio 4.744 processos de operações urbanísticas, dos quais cerca de 39% respeitam a processos de licenciamento, cerca de 15% a pedidos de autorização de utilização e emissão do alvará respetivo e cerca

de 6% a pedidos de informação prévia. Os restantes respeitam essencialmente a emissão de certidões.

De entre os procedimentos de atividades económicas, destacam-se os 4.131 registos associados a alojamento local com a realização de 1.953 vistorias.

Foram proferidos 5.772 despachos de decisão final, dos quais, cerca de 74% se traduzem em decisões favoráveis.

Em relação ao espaço público, foram registados 7.469 processos e tiveram decisão final 7.415 processos (tramitados e decididos 403 processos de anos anteriores).

A média mensal de novos processos, em 2018, foi de 622, mais 95 processos por mês do que em 2017, e a média mensal de processos com decisão final foi de 617.

Em 2018 manteve-se o crescimento do número de processos de Ocupação do Espaço Público e de Subsolo que se vem verificando desde 2016 com especial significado para os processos de Ocupação do Espaço Público que passaram de 2.375 em 2016, para 2.722 em 2017 e para 3.583 em 2018. Este acréscimo traduz-se em mais 32% de processos em 2018 por comparação a 2017 e representa em média 299 novos processos por mês.

Em 2018 foi criado um portal de georreferenciação dos processos de ocupação do espaço público e de utilização do espaço público com publicidade, tendo terminado o ano com 99% dos processos de ocupação do espaço público por motivo de obras e de ocupação do subsolo com infraestruturas georreferenciados (cerca de 5.000 registos).

A georreferenciação dos processos possibilita a apreciação e a tomada de decisão com maior rigor, permitindo detetar os antecedentes, as ocupações simultâneas para o mesmo local e as condicionantes legais aplicáveis para cada processo. Permite, também, a cada momento, saber qual a ocupação efetiva do espaço público com elevada fiabilidade.

No ano de 2018 deu-se ainda início à execução do Programa Rua Direita, que reabilitará 88 arruamentos da malha fina da cidade até ao final do corrente mandato, e que constitui um dos maiores programas de intervenção no espaço público alguma vez lançado no Porto. Foram lançados e terminados pela GO Porto os concursos com vista à contratação das equipas projetistas dos lotes 1 a 5, e lançados os concursos para a escolha dos projetistas dos lotes 6 a 13.

Como alavanca para inverter a tendência demográfica, contribuir para o equilíbrio social da cidade e aumentar a competitividade, iniciou-se em 2016 o exercício dos direitos de preferência do município sobre prédios situados no centro histórico do Porto.

Em 2018, e através do Departamento Municipal de Património, foram analisados 2.713 pedidos, tendo sido exercido o direito de preferência sobre 40 imóveis. Destes 40 imóveis,

sobre os quais se exerceu o direito de preferência, registaram-se 15 desistências por parte dos vendedores, ou seja 37,5%.

Neste período foram celebradas 6 escrituras, sendo que 5 correspondem ao exercício do direito de preferência do próprio ano, e 1 resulta de um direito de preferência exercido no final de 2017.

No âmbito da Reabilitação urbana, planeamento e gestão urbanística e através da GO Porto, EM, destaca-se a realização das empreitadas de Estabilização de Escarpa na Avenida Dom Afonso Henriques e Consolidação do Edificado da Fábrica da Corticeira - Fase 1 e conclui-se a empreitada de Consolidação das Fontainhas - Secção 5.1 e 3.2. Deu-se ainda início à empreitada de Consolidação do Edificado da Fábrica da Corticeira - Fase 2.

O programa de Reabilitação urbana, planeamento e gestão urbanística é ainda assegurado em articulação com a Porto Vivo, Sociedade de Reabilitação Urbana.

Em 2018, destacou-se o Programa de Realojamento Definitivo do Morro da Sé gerando uma ação continuada de projetos de execução, lançamento e contratualização de empreitadas, e acompanhamento e assistência técnica da obra. Deu-se continuidade à empreitada de reabilitação da Operação C, e aguardam-se as condições necessárias para iniciar as Operações D e I do mesmo Programa, havendo uma forte expectativa de as realizar em parceria com privados, proprietários de edifícios confinantes com o edificado da Sociedade.

O Projeto 2nd Chance - waking up the sleeping giants, cofinanciado pelo Programa URBACT III, foi desenvolvido e concluído pela Porto Vivo, SRU, tendo sido realizadas diversas atividades na Área de Intervenção de Santa Clara, nomeadamente a realização de *flyers* de apresentação, sinaléticas e painéis informativos do projeto, a criação de um concurso de fotografia, e o início da realização de um vídeo sobre Santa Clara e o Projeto 2nd Chance com filmagens de entrevistas aos moradores, para além de uma forte aproximação aos residentes e a investidores e putativos investidores.

Tendo em conta a avocação de competências relativas aos instrumentos de execução de operações de reabilitação urbana que o Município do Porto havia delegado na Porto Vivo, SRU aquando da delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico do Porto, a partir do 2.º trimestre de 2018, a Sociedade ficou limitada à emissão de licenciamentos apenas para as áreas com Documento Estratégico aprovado. Desse modo, e no que concerne à dinâmica de reabilitação do território, foram emitidos, em 2018, 100 alvarás de obra e 54 alvarás de utilização, e rececionados 1.383 requerimentos e 237 processos.

Educação

O Município do Porto, no quadro das suas atribuições e competências e atento aos pressupostos de defesa da escola pública, consagrados constitucionalmente e na Lei de Bases do Sistema Educativo, definiu a Educação como uma das principais prioridades de intervenção. O seu envolvimento no processo educativo vai para além da mera execução das políticas normativas da territorialização educativa, promovendo e desenvolvendo um conjunto de iniciativas, atividades e projetos que favorecem as dinâmicas emergentes de uma verdadeira política educativa local.

Em 2018 foram aplicados 6 milhões de euros no programa **Promover e Fomentar a Educação**.

Neste ano, iniciou-se o processo de reorganização da Oferta Educativa do Município, a par da reflexão estratégica sobre o Projeto Educativo Municipal. A Carta Educativa, instrumento de planeamento e gestão de nível concelhio, encontra-se atualizada.

O Município reforçou a sua representação nos Conselhos Gerais dos Agrupamentos de Escolas e de Escolas não agrupadas, bem como nos Conselhos Consultivos de algumas Escolas Profissionais.

Ao nível da participação e do envolvimento dos diversos agentes educativos o Conselho Municipal de Educação do Porto, órgão de coordenação e consulta para os assuntos de educação, reuniu com regularidade, quer a comissão permanente, quer o plenário.

Reforçou-se a educação pré-escolar com a abertura de uma sala na EB S. João da Foz, totalizando 85 turmas curriculares da rede pública, frequentadas por 1.905 crianças. Dinamizaram-se as Atividades de Animação e Apoio à Família que decorrem após o término da componente letiva e até às 17h30, de oferta gratuita, incluindo lanche e os projetos Crescer com a Música e o O Judo Transforma.

Um dos eixos de ação para o 1º ciclo do ensino básico definidos pelo Município é o investimento nas Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC), como um importante instrumento de política educativa, orientado para a promoção da igualdade de oportunidades, a redução de assimetrias sociais e o sucesso escolar. Em 2018 o programa registou uma taxa de frequência na ordem dos 73% (4.470 alunos), oferecendo atividades obrigatórias (Inglês e Atividade Física e Desportiva, que inclui natação para os alunos do 4º ano) e atividades opcionais (Ensino da Música; Expressão Plástica; Expressão Dramática; Dança e TIC), lecionadas por 246 professores. Aos 558 alunos da Atividade de Natação foi distribuído o respetivo kit. No âmbito da componente de apoio à família deu-se, igualmente, continuidade ao programa Escola a Tempo Inteiro, em 20 escolas do 1ºCEB, qualificando a resposta e adequando os horários de funcionamento às necessidades da família.

No âmbito da ação social escolar, destaca-se o fornecimento de 1.099.899 refeições aos alunos das escolas básicas do 1º ciclo e dos jardins-de-infância da rede pública, num investimento de 1,7 milhões de euros. A iniciativa Escola Solidária garantiu a abertura das cantinas escolares nas pausas letivas da Páscoa e do Natal, para proporcionar uma refeição completa a todas as crianças com idades compreendidas entre os 3 e os 10 anos.

Manteve-se o programa Regime de Fruta Escolar, complementado com a medida municipal de fornecimento de lanche escolar diário. Foram fornecidos 1.346.123 lanches escolares, num investimento de 242,3 mil euros.

Como medida de complemento à ação social escolar aos 1.615 alunos do 1º ano foi oferecido um kit escolar constituído por materiais didáticos básicos e uma lancheira.

Reordenar a rede escolar e reforçar o investimento na reabilitação/requalificação dos edifícios escolares, humanizando-os e adequando-os às novas realidades do ensino e da aprendizagem e de abertura à comunidade, constitui um eixo de ação prioritário, através do programa Escola Viva. Foi efetuada a empreitada de grande requalificação do edifício da EB das Flores e foram alvo de intervenções/beneficiações as escolas: EB da Fontinha, EB da Lomba, EB da Alegria e EB das Condominhas.

Procedeu-se à renovação/apetrechamento de algumas escolas com mobiliário ergonómico e equipamento informático e à renovação dos equipamentos de cantina em diversas escolas.

Deu-se continuidade ao Programa Municipal de Educação Para o Risco, através do envolvimento de diversas unidades orgânicas do Município e a concretização de vários projetos. No âmbito da Educação Rodoviária, a Caravana da Educação Rodoviária, destinada a alunos do 3º, 4º e 5º ano, envolvendo 883 alunos; o Concurso Segurança Para Todos envolveu 13 escolas e contou com a participação de 28 turmas; Desloco-me em Segurança mobilizou 589 crianças do 1º CEB. O Projeto Prevenir Para Proteger, em 48 escolas do 1º CEB, envolveu 8.427 alunos, em reuniões de preparação de cenário e em exercícios de simulacros de incêndio, testando-se, assim, a operacionalização do Plano de Segurança Interno e formando a estrutura interna de segurança das escolas em suporte básico de vida e primeira intervenção.

De entre muitas, destacam-se as ações: Ser Criança Com Segurança em 17 escolas do 1.º CEB (2.904 alunos); Bebe Água do Porto que visa o incentivo à ingestão diária de água, envolvendo cerca de 1.800 alunos das escolas dos 1º e 2º Ciclos e Zerodesperdício.come que envolveu 360 alunos e 40 sessões.

Com o objetivo de transmitir a mensagem da importância do consumo diário de fruta nas escolas realizou-se a iniciativa Encontro de Hinos da Fruta, na qual participaram 187 alunos.

Constitui ainda prioridade para o Município desenvolver programas, projetos e ações nas mais diversas áreas de âmbito social, cultural, desportivo, científico e pedagógico, de iniciativa autárquica ou em parceria, em articulação com os diversos serviços do município, as escolas, as universidades e outros agentes educativos.

As atividades de coadjuvação curricular do programa Porto de Crianças, dimensionado para três áreas: educação artística, com 18 projetos (190 turmas); educação científica, com dois projetos/atividades (41 turmas) e educação para a cidadania com dois projetos (94 turmas), abrangeram 9.766 crianças da educação pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico. Salienta-se o alargamento dos projetos de Filosofia com crianças a todas as turmas do 3º e do 4º ano, com 86 turmas participantes, e o projeto de Yoga (atividade físico-motora/cidadania), ampliado ao universo do 1º e do 2º ano (132 turmas).

O projeto Políticos por um dia promoveu debates entre turmas na Sala da Assembleia Municipal, com a presença do executivo. Abrangeu 8 turmas de JI e 1º ciclo e 168 alunos.

No âmbito do programa O Porto a Ler, assinala-se a atribuição de fundo documental às bibliotecas escolares e a participação de 536 alunos do 1º CEB em 3 oficinas de leitura na Fundação de Serralves. As Oficinas de Curta Duração, dinamizadas pela Árvore, envolveram 372 alunos dos 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico.

No que se refere aos Planos Integrados e Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar (PIICIE) o Município está a desenvolver um projeto, com o Programa de Promoção da Aprendizagem da Língua Portuguesa e apoio do Portugal 2020, com o objetivo elevar a promoção da leitura e a aprendizagem da língua portuguesa, em especial das crianças e jovens que evidenciam dificuldades, desde o pré-escolar até ao ensino secundário. Esta medida desenvolve-se em parceria com o Instituto Politécnico do Porto, o Centro de Investigação e Intervenção na Leitura (CiIL), os Agrupamentos de Escola, o Conservatório de Música do Porto, a Escola Secundária Filipa de Vilhena e a Escola Artística Soares dos Reis. Contempla uma ação potenciadora de sucesso na automatização da leitura, em crianças com 5 anos do jardim-de-infância e alunos do 1º ano. A estratégia é preventiva ao nível do JI, dotando as crianças de competências pré-leitoras. No 1º ano, a intervenção é precoce e focaliza-se nos alunos “em risco”. Uma outra ação é dirigida a alunos do 3º ciclo do ensino básico e do ensino secundário, em risco de insucesso escolar, complementar às atividades desenvolvidas nas escolas, sendo inovadora ao criar laboratórios de intervenção na língua materna, através de formatos e técnicas para que seja desenvolvida a capacidade da expressão escrita e oral. Serão abrangidos até 2020 cerca de 4.700 alunos.

O programa Porto de Futuro, que assenta em parcerias entre agrupamentos de escolas da cidade e o tecido empresarial local, tem permitido a partilha de boas práticas e a

transferência de conhecimento do mundo empresarial para as escolas, promovendo um conjunto articulado de projetos concebidos em torno de vetores de atuação estruturantes. Abrange todos os agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas da rede pública e todos os ciclos de ensino, e envolveu 10.538 pessoas, desde colaboradores de empresas a voluntários, alunos e professores. Por recurso a uma metodologia singular, que aproxima os alunos a atores muitas vezes afastados das escolas, como sejam os colaboradores das empresas parceiras, são desenvolvidos projetos de promoção do empreendedorismo, da cidadania e de capacitação da comunidade educativa.

A implementação de parcerias educativas, com entidades culturais da Cidade, otimizando os recursos da comunidade, na concretização de ações de difusão cultural e formativa nas artes, de suporte ao processo educativo, possibilitou a celebração de contratos com instituições da Cidade como a Fundação Casa da Música e a Cooperativa Árvore. Mas estas não esgotaram a rede de parcerias existente, que se estendeu a outras áreas como a educação para a cidadania, em conjunto com o Conselho Português para a Paz e Cooperação, para a saúde, com a Associação Mundo a Sorrir e com a Fundação de Ensino e Cultura Fernando Pessoa, e para a educação financeira, com a Fundação Dr. António Cupertino de Miranda.

O Porto de Conhecimento é um programa educativo de promoção de competências e de capacitação que visa alavancar o conhecimento e o nível de literacia científica da comunidade educacional. Foram desenvolvidos vários projetos e iniciativas educativas de promoção da ciência, da tecnologia e da investigação, destacando-se: o projeto Com Ciência que realizou 43 sessões, abrangendo 1.140 alunos; o projeto SEI – Sociedade, Escola e Investigação que, através de protocolos de cooperação, concretizou a formalização de 16 parcerias tripartidas entre o município, escolas públicas da cidade, instituições de ensino superior públicas e centros de investigação (16 escolas, 14 Instituições de Ensino Superior e 2 Centros de investigação). Ao longo do ano letivo foram concebidos e desenvolvidos pelos alunos, sob a supervisão dos professores e investigadores, 26 projetos de investigação; o projeto Aprender a Programar destinado a alunos do 2º e do 3º ciclo, foi implementado em 6 escolas, envolvendo 187 alunos; o projeto Práticas Pedagógicas, foi promovido pela primeira vez pelo Município do Porto em parceria com a Faculdade de Letras da Universidade do Porto. As Práticas Pedagógicas, neste primeiro ano, integraram projetos implementados e testados no âmbito do projeto SEI nas áreas da geografia e português, numa perspetiva de construção e reforço de redes educativas e contaram com a participação de 330 alunos de 5 estabelecimentos de ensino básico e secundário. No âmbito do projeto Bolsas de Estudo para o Ensino Superior, foram atribuídas 7 bolsas de estudo

para alunos, via 12º ano, de 4 estabelecimentos de ensino superior. Participaram na Mostra SEI cerca de 800 alunos.

O SIM Cidade é um programa municipal que envolve vários projetos transversais a todo o universo Câmara. São projetos do SIM Cidade: o projeto Mundo dos Sabores, que teve como tema, a alimentação saudável. Participaram no projeto 18 turmas de escolas públicas e privadas da cidade do Porto, num total de 388 alunos, e a sessão de encerramento, nas instalações do CCD/Porto, contou com a participação de 14 turmas; o projeto Nos Bastidores da Cidade envolveu 430 alunos (18 turmas) da educação pré-escolar da rede pública e privada do Porto e culminou com uma visita ao Município e o contacto com trabalhadores e membros do executivo; Entre gerações é um projeto que assenta no trabalho inter-geracional a partir das memórias e vivências dos participantes seniores e crianças do pré-escolar a propósito do TEMPO DE BRINCAR e contou com a presença de 87 participantes. O Projeto A Casa vai a Casa, desenvolvido em parceria com a Casa da Música e IPSS's, em torno da música, envolveu 47 crianças, 44 seniores e 9 técnicos. A sessão de encerramento teve o formato de um pequeno concerto, no Átrio da Casa do Infante; o projeto Crescer no século XXI consiste em promover a vivência e a relação da criança, com a família, com os colegas, com os professores e com a sociedade em geral. Destina-se às crianças dos jardins-de-infância e família.

No âmbito do programa Partilhar - prevenção e promoção dos direitos das crianças e jovens, que visa educar para os princípios da solidariedade, da cooperação e inclusão e da promoção dos direitos das crianças e jovens, e que envolve as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens e instituições da Rede Social, desenvolveram-se os projetos: CREARE, com enfoque na igualdade de género, na violência entre pares e na intimidade, no treino de competências sociais e pessoais, na gestão de conflitos e nos direitos humanos e das crianças; Mediação de Conflitos na Escola: Por uma convivência Cidadã que tem como objetivo desenvolver estratégias de prevenção da conflitualidade, indisciplina e violência escolar, promover o interesse da comunidade educativa pelas questões de resolução de conflitos, da justiça, da paz e encorajar para uma convivência cidadã, bem como potenciar na escola uma melhor cultura e clima social, envolveu cerca de 1.000 alunos, professores e funcionários e culminou com a formação de 23 alunos mediadores e 17 professores e com a abertura do gabinete de mediação na EB Maria Lamas.

O Laboratório Aberto tem por missão o ensino experimental das Ciências, desenvolvendo atividades de carácter experimental dirigidas aos vários ciclos de ensino, desde o pré-escolar ao ensino secundário. No âmbito da prestação de serviços, assumida com o Município, foram desenvolvidas sessões de atividades de ciência experimental, envolvendo 133 turmas de escolas públicas e privadas da cidade e grupos de educação não formal.

No Concurso Descobre Outra Cidade, inscreveram-se 92 alunos do ensino secundário e profissional, público e privado de 6 escolas, distribuídos por 26 grupos. Os alunos participantes foram convidados a realizar trabalhos subordinados ao tema Património Cultural e Turismo Sustentável do Porto, no âmbito do Ano Internacional do Turismo Sustentável para o Desenvolvimento. Ainda na área do património, a Educação participou ativamente, na qualidade de parceiro, no projeto O Meu Porto é Património Mundial, no âmbito do Plano de Gestão do Porto Património Mundial, com 20 turmas.

Realce-se, também, as 28 visitas guiadas aos Paços do Concelho, realizadas pela Direção Municipal de Educação para públicos de estabelecimentos de ensino locais, nacionais e internacionais e que envolveram 1.525 discentes e docentes.

No âmbito das Cidades Educadoras participou-se na respetiva Rede, quer no XV Congresso Internacional da Associação Internacional das Cidades Educadoras, onde se apresentou uma experiência de boas práticas, na modalidade de experiência em debate, e no contexto do trabalho desenvolvido pela Cidade das Profissões, dois jovens da cidade participaram no Congresso de Jovens. Ao nível da Rede Territorial Portuguesa, o Município do Porto tem vindo a publicar as suas boas práticas no Boletim da Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras. Também assinalou o Dia Internacional da Cidade Educadora.

Na sequência da adesão do Município do Porto ao Programa Cidades Amigas das Crianças, promovido pela UNICEF, que tem como propósito promover a reflexão e a aplicação da Convenção sobre os Direitos da Criança a nível local, foi dinamizado o Mecanismo de Coordenação e cumprido o Plano de Ação Local, baseado nos pilares do Programa da UNICEF (visão global da criança, participação, estratégia baseada nos direitos da criança e análise do impacto das políticas e medidas implementadas).

Juventude e Novas Gerações

Na área da Juventude e Novas Gerações e no âmbito do programa **Apoio e envolvimento da população jovem** com uma execução de 77,1 mil euros, a autarquia teve uma abordagem integrada e transversal no que diz respeito às políticas de juventude, que abrangem todas as dimensões da vida dos jovens e que devem ter as condições para que a cidade faça parte da sua identidade pessoal e comunitária, considerando o Porto na sua forma de crescer, viver, estudar, trabalhar, desenvolver os seus projetos e divertir-se.

Neste sentido, desenvolveram-se ações/iniciativas correspondentes ao plano estratégico delineado, atuando nas prioridades identificadas para a juventude: Diversidade Social e Territorialidade das Políticas e das Ações; Participação Cívica, Identidade e Cidadania;

Empregabilidade, Emprego e Transição para a Vida Adulta; Qualidade de Vida, Saúde e Bem-estar e Contextos e Fenómenos de exclusão social.

O Conselho Municipal de Juventude (CMJ) do Município do Porto, enquanto órgão consultivo, pretende contribuir para a aproximação do Município aos jovens. Não esgotando a sua atuação nas organizações partidárias, é um espaço onde o associativismo, nas suas diversas manifestações, pode participar ativamente no debate de políticas públicas de juventude, em áreas do emprego e formação profissional, habitação, transportes, educação e ensino superior, cultura, desporto, saúde e ação social, entre outras, que beneficiarão, em última instância, os jovens e a cidade.

Neste âmbito, promoveram-se, em 2018, três encontros: No Rivoli - Teatro Municipal do Porto para tomada de posse dos novos membros, aprovação do novo regulamento e do novo regimento interno, apresentação do plano anual de atividades e do orçamento; na Domus Social, EM para debate sobre Políticas da cidade de acesso à habitação; e, no Museu do Carro Elétrico para debater Políticas de desincentivo ao uso de transporte individual para a criação de uma cidade mais sustentável, os jovens como motor da mudança.

No que respeita à implementação de programas de receção, apoio, acompanhamento e monitorização dos jovens estudantes estrangeiros do ensino superior que estudam no Porto, reforçou-se o Porto Acolhe, desenvolvido para facilitar a integração dos estudantes na vida da cidade, complementando, assim as ações incrementadas pelas universidades no seu acolhimento. Este programa que prevê um conjunto de visitas ao Património Cultural e Histórico da cidade, aos projetos de Reabilitação Urbana, assim como o acesso ao ciclo de visitas a espaços municipais e não municipais (incluindo visita aos Paços do Concelho), envolveu aproximadamente 480 estudantes em 27 visitas.

Concretizou-se a 5ª edição do Porto de Partida com o objetivo de proporcionar aos jovens da cidade do Porto, em reconhecida situação de desvantagem social, a oportunidade de participarem em intercâmbios juvenis europeus, permitindo-lhes momentos de partilha e novas experiências, tendo em vista a aprendizagem não formal e a aquisição de competências transversais para valorização pessoal. Com a duração de cerca de 12 dias, apresentam programas muito variados e apelativos para os jovens, designadamente: performances teatrais, musicais, visitas culturais e muito convívio. Realizaram-se 4 intercâmbios com 19 participantes de variadas instituições da cidade.

No domínio da intervenção da Participação Cívica, Associativismo e Cidadania, o Município tem adotado e estimulado uma estratégia de proximidade com todos os jovens em geral, e

com os dirigentes associativos em particular, através da implementação do Plano Local de Capacitação de Jovens e Dirigentes Associativos - CAPACITA.TE.

Tendo como objetivo habilitar os jovens e dirigentes associativos no uso de ferramentas úteis para a aquisição e/ou reforço de competências para melhorar o desempenho na qualidade de líder associativo desenvolveu-se, em parceria com a FAJDP, com a FAP e com o apoio do IPDJ, um plano orientado de capacitação que abrange múltiplas áreas que refletem e respondem às necessidades identificadas pelos parceiros, onde se inclui a organização do Bootcamp, em Cascais, capital Europeia da Juventude 2018. Em 2018 foram realizadas 8 sessões formativas, com a participação de 80 formandos.

Ainda de caráter anual, promoveu-se a 4ª edição do programa Debate a Tua Cidade, em parceria com a Federação das Associações Juvenis do Distrito do Porto, Federação Académica do Porto e apoio do Instituto Português do Desporto e Juventude, que, sendo um processo participativo por excelência, é um espaço de reflexão, discussão e recomendação, em que os jovens são os protagonistas. Nesta edição, em que foi debatido o “Contexto de empregabilidade Jovem no Município do Porto e o Futuro de Trabalho no contexto da 4ª Revolução Industrial”, participaram 28 jovens, entre os quais, dirigentes associativos do ensino secundário e superior, representantes do Parlamento Jovem e jovens integrados em projetos comunitários, como o Programa Escolhas e o projeto FAP no Bairro.

No âmbito da promoção do empreendedorismo, participou-se na Mostra Nacional de Ciência, organizada anualmente pela Fundação da Juventude em coorganização com o Município do Porto e a Ciência Viva - Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica, e em parceria com a Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, Astrazeneca, Porto Editora, Lipor, Sumol+Compal, CNJ, Microsoft e Intel. Este evento constituiu-se como um espaço de criatividade científica e de partilha de boas práticas de investigação, demonstradas nos 100 projetos realizados por cerca de 300 jovens cientistas e orientados por cerca de 70 professores coordenadores.

Entre outras atividades e eventos promoveram-se ainda: o Dia do Associativismo Jovem que pretende reforçar a importância do associativismo como escola de cidadania participativa e veículo de aprendizagem social; um fim de semana dedicado à comemoração do Dia Internacional da Juventude; a Semana pelos Direitos da Juventude que decorreu em Barcelona e contou com a participação de 15 jovens portuenses entre os 150 participantes; a FAP no Bairro com o objetivo de dar oportunidades de enriquecimento a crianças de contextos desfavorecidos, tendo, neste Verão e em parceria com o CDUP, as crianças dos centros comunitários sido convidadas a participar no campo de férias de Verão; Receção aos estudantes da Universidade do Porto; Feira do Emprego Universitário; Alimentação mais

saudável, no Mercado Temporário do Bolhão; NOS Primavera Sound; Os Matuto, concerto promovido com a Embaixada dos E.U.A.; Encontro Nacional de Vereadores da Juventude; e Mesa redonda sobre políticas de juventude no âmbito do programa Cidadania Ativa.

Disponibilizou-se apoio técnico e logístico às iniciativas, eventos e projetos dinamizados pelas associações juvenis, de estudantes, federações, núcleos informais de jovens, entidades com responsabilidade em matéria de juventude, nomeadamente: Reitoria da Universidade do Porto, FAP, FNAJ, FAJDP, Erasmus Student Network, Inspiring Future – associação juvenil sem fins lucrativos, Associação de Estudantes da Faculdade de Ciências da Nutrição e Alimentação da Universidade do Porto, Associação de Estudantes da Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto, Associação de Estudantes da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto, entre outras.

Turismo

No Turismo através do programa **Dinamizar a oferta e consolidar o crescimento do turismo** foram executados 1,2 milhões de euros.

Em 2018, o Município continuou a assumir um papel regulador, dinamizador, agregador e facilitador no funcionamento do setor do Turismo na cidade, com especial enfoque nas questões da sustentabilidade, acessibilidades, criatividade, e projeção da marca Porto.

No âmbito da Porto Film Commission, cuja missão principal é a divulgação e promoção do Porto na área do cinema e do audiovisual, com o objetivo de potenciar o desenvolvimento económico da cidade incentivando a indústria dos audiovisuais, assistiu-se a um crescimento exponencial da procura da cidade do Porto como palco e cenário de projetos cinematográficos e do audiovisual. Tendo, em 2018, participado na European Film Market – Berlim Festival de Cinema e Festival de Cannes, através do envio de material e vídeo da cidade, e presencialmente na FOCUS – The Meeting Place for International Production, deu-se início à conceção de material de divulgação e promoção do destino Porto, enquanto destino para o setor audiovisual, e apoiaram-se 172 produções, com destaque para os programas de televisão, spots publicitários, produções de vídeo e longas-metragens.

Concluída a necessidade de divulgar projetos específicos junto de todos os que visitam e frequentam a Cidade, foram concretizadas seis propostas de Roteiros “Porto de Tradição” (alusivos às lojas históricas, em português e inglês), abrangendo 73 lojas históricas, distribuídas por toda a cidade.

Em 2018 iniciou-se o processo de definição do futuro Observatório de Turismo do Porto, cuja missão será a de conceber um sistema de informação, estudo, investigação e

monitorização da atividade turística e dos demais setores a ela associados, fornecendo assim um conhecimento com base em dados reais e em tempo (online) ao decisor político e gestores do Porto. Será, assim, um instrumento estratégico concebido pelo Município do Porto em parceria com os diversos agentes/atores da área do Turismo do Porto e outros organismos nacionais promotores. Com este projeto pretende-se monitorizar os fluxos turísticos na cidade, o perfil do turista, os potenciais mercados e segmentos turísticos, de forma a apoiar a decisão na adequação de estratégias para a cidade que visem melhorar a oferta turística, a criação de novas centralidades, a diminuição da massificação turística e a aposta no acolhimento e oferta turística de produtos turísticos estruturados e de qualidade, onde estão associadas a nossa identidade, a marca da cidade e o que ela representa.

À semelhança dos anos anteriores, manteve-se o contrato com a Associação de Turismo do Porto (ATP) para prestação dos serviços de acolhimento e comercialização nos postos de turismo e Ipoints oficiais do Porto e no portal oficial de turismo do Porto de modo a defender o papel dinamizador, agregador e facilitador do funcionamento do sector turístico do destino Porto e da sua região, e também fornecer dados para monitorizar, acompanhar a evolução do perfil e do comportamento do mercado turístico, posicionando o Município e a cidade do Porto como líder da região no domínio da estratégia, conhecimento e agente de mudança.

Ainda em articulação com a ATP, foi assegurada a representação do Município na Assembleia Geral das Great Wine Capitals, que teve lugar em Adelaide, na Austrália.

Ao longo do ano foi constante a resposta a inúmeros pedidos de apoio de material promocional para a concretização de Congressos e Seminários nacionais e internacionais, evidenciando o esforço que o Município empresta à promoção da Cidade. Foram apoiados 72 eventos/Entidades.

Em 2018 destaca-se a implementação da Taxa Municipal Turística do Porto que resultou da análise de indicadores de fluxos da atividade turística na Cidade e da necessidade de dar uma resposta eficaz para a redução da pegada turística de forma a manter o destino Porto sustentável, excelente para visitar, permanecer e viver. Tendo sido aprovado, a 12 de dezembro de 2017, o Regulamento da Taxa Municipal Turística, de 2 euros por dormida e por pessoa, até ao máximo de 14 euros (7 noites seguidas de estadia/pessoa), com entrada em vigor em 1 de março de 2018, e com algumas não sujeições, no pressuposto de que o Município do Porto está sensível e consciente da importância da coesão social, o valor cobrado neste primeiro ano de implementação foi de 8,2 milhões de euros.

No final de 2018 estavam registadas 3.270 entidades na plataforma da Taxa Municipal Turística, tendo atingido 92,9% dos empreendimentos registados na Base de Dados do Turismo de Portugal. Para se obter este resultado foram efetuados, no âmbito do

Departamento Municipal de Turismo e Comércio, mais de 700 atendimentos presenciais e de 6.000 por telefone, enviados mais de 16.000 e-mails, e recebidos mais de 6.000.

Relativamente aos projetos de relevância para a Cidade, evidencia-se ainda, pela inovação de reunir consensos entre 10 municípios que se candidataram a uma linha de apoio de financiamento, o projeto de promoção do Caminho Português da Costa – Caminho de Santiago, que tem início no Porto e para o qual foi já elaborado um *website* (10 Municípios, 1 caminho. O Caminho Português da Costa) e uma *app* (Um guia interativo para o seu *smartphone* que o acompanha ao longo do caminho).

A tendência positiva no crescimento do movimento turístico no Porto e conseqüentemente no dinamismo económico local e regional é visível pelo aumento da afluência aos Postos de Turismo, que atingiu os 634.779 visitantes e corresponde a um crescimento de 16,4% face ao ano anterior, pelo aumento para 35.865 turistas atendidos nos diversos canais de acolhimento não presencial a que corresponde um aumento de cerca 1,67%, e também pela taxa de satisfação dos turistas no atendimento não presencial que atingiu os 94,1%.

Abasteceu-se ainda o setor do turismo com 1.050.334 de exemplares de material promocional incluindo o mapa oficial e, a comercialização, nos postos de turismo, do Porto Card, foi superior a 574 mil euros. No âmbito do projeto Vamos Receber à Moda do Porto, formaram-se mais de 344 participantes e realizaram-se 12 ações. Apoiaram-se 38.169 pessoas com material turístico e 283 congressos e eventos profissionais, inseriram-se 3.950 conteúdos no Portal de Turismo, produziram-se 1.850.350 exemplares de material de informação e promoção turística e editaram-se 3 novos suportes de informação e divulgação turística.

Realizaram-se ações de formação a colaboradores da ATP e a Associados em dois idiomas.

Manteve-se a Presidência da Direção da Associação de Turismo do Porto.

Segurança

No programa **Segurança e securitismo dos cidadãos** foram executados 6,4 milhões de euros.

Tendo por base a missão do Batalhão de Sapadores Bombeiros (BSB) que aponta para a necessidade de garantir a proteção de pessoas, de bens e do ambiente, principalmente na área do Município do Porto, prevenindo dessa forma as situações que os ponham em perigo, ou limitando as suas conseqüências, minimizando os danos pessoais, de acordo com padrões de elevada qualidade e profissionalismo, por forma a constituir uma referência

nas áreas de prevenção e da prestação de socorro em Portugal, em 2018 foi dada continuidade à política de investimento em recursos humanos e materiais.

Relativamente aos recursos humanos, a entrada de 35 operacionais veio aumentar o efetivo operacional, para fazer face às necessidades de socorro do Município.

Houve continuidade no investimento da manutenção e renovação dos equipamentos de socorro, nomeadamente em incêndios urbanos, industriais e florestais, mergulho, salvamento e resgate em altura, desencarceramento, matérias perigosas, estruturas colapsadas e equipamentos de comunicação das redes SIRESP e ROB.

De forma a tornar o quartel do BSB uma instalação moderna e adequada à resposta de socorro à cidade do Porto, mantendo essa operacionalidade num padrão de excelência, continuaram a realizar-se diversas intervenções de manutenção/melhoramentos nas suas instalações, assim como na modernização das suas viaturas e equipamentos operacionais.

O Centro de Gestão Integrada (CGI), localizado no BSB, tem sido igualmente alvo de melhoria contínua, trazendo novas valências, transversais a várias Unidades Orgânicas do Município, Agentes de Proteção Civil e outras Entidades.

O BSB é, desde julho de 2012 e através de um protocolo entre a Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC) e o Município, a entidade do concelho do Porto responsável pela análise de projetos, elaboração de pareceres, vistorias e inspeções no âmbito da segurança contra incêndios.

O BSB participou em vários eventos da cidade com equipas de prevenção nas áreas de Combate a Incêndios, Mergulho e Pré-hospitalar.

Em 2018 registou-se um ligeiro acréscimo, em cerca de 2%, do número de saídas de socorro, relativamente ao ano transato, no entanto o tempo médio de resposta em incêndios urbanos (desde o alerta até à chegada ao local), diminuiu em 1 minuto em relação ao ano de 2017, sendo atualmente de 8 minutos dentro do Município do Porto.

A Polícia Municipal do Porto (PMP), de modo a aumentar a sua capacidade interventiva e eficiência, reforçou, no ano de 2018, o seu efetivo policial com 1 oficial e 40 agentes da Polícia de Segurança Pública e procedeu a 20 novas contratações de assistentes operacionais para garantir a vigilância e segurança às infraestruturas municipais.

Seguindo a linha orientadora de proximidade, visibilidade e celeridade na intervenção, a PMP reforçou a sua frota de motociclos incrementando uma resposta mais eficaz e eficiente, transmitindo maior segurança à cidade, aos munícipes e visitantes. Foi mantida a aposta em veículos não poluentes – viaturas elétricas e velocípedes sem motor – iniciada no ano

transato, por forma a dar continuidade ao objetivo da diminuição da pegada ecológica, resultante da atividade desenvolvida pela PMP.

No decorrer do ano de 2018 foi operacionalizado o novo parque de recolha de veículos rebocados na zona do Campo Alegre (Parque do Campo Alegre), permitindo uma intervenção de proximidade noutra área geográfica da cidade, resultando numa resposta mais produtiva da Divisão Municipal de Trânsito e, desta feita, garantindo melhores níveis de mobilidade e urbanidade a toda a cidade.

Ainda no âmbito da segurança rodoviária, a implementação do sistema aplicativo SCOT Back Office e Mobilidade (Sistema de Contraordenações de Trânsito), partilhado com a Autoridade de Segurança Rodoviária, veio facilitar e agilizar todo o processo de fiscalização e contraordenações de trânsito.

No que respeita a equipamentos de proteção individual, reforçou-se a sua aquisição, cimentando-se o compromisso com a segurança e conforto dos colaboradores da PMP na execução do trabalho diário, dando-se cumprimento aos padrões de qualidade, saúde e segurança legalmente exigidos.

No âmbito das infraestruturas, afetou-se a antiga Escola EB1 de Lordelo do Ouro, à gestão da PMP, para instalação da Divisão Municipal de Trânsito, que se encontra em instalações provisórias no centro da cidade, as quais já não dão uma resposta de qualidade e eficácia, tendo em linha de conta o aumento do efetivo ocorrido no presente ano.

Importa ainda referir que, em 2018, a Polícia Municipal participou ativamente no Contrato Local de Segurança do Porto, MAI Bairro, nas diversas ações de sensibilização de prevenção rodoviária do eixo prevenção da delinquência juvenil, que abrange os Bairros do Cerco, da Pasteleira e Pinheiro Torres, e deu início ao atendimento presencial nesses locais, de modo a haver uma maior proximidade entre o cidadão e o Município/Polícia. O policiamento comunitário continuará a ser uma forte aposta da Polícia Municipal.

A Proteção Civil com o objetivo de prevenir os riscos coletivos, atenuar os seus efeitos, socorrer as pessoas, proteger bens e valores de elevado interesse público e ainda apoiar a reposição da normalidade da vida das pessoas nas áreas do município eventualmente afetadas, prosseguiu a sua atividade no âmbito do levantamento, previsão, avaliação e prevenção de riscos, com vista ao planeamento e operacionalização dos respetivos planos, tendo adquirido um *drone* e reforçado a sua equipa com uma técnica adstrita à elaboração de cartografia de risco de movimentos de massa em taludes e escarpas.

Procedeu à análise permanente das vulnerabilidades municipais perante situações de risco, dando resposta a diferentes tipologias de ocorrências, tendo para o efeito obtido quatro motosserras e respetivos EPI's, camas de campanha, mesas e cadeiras.

Promoveu várias ações de sensibilização e avisos à população, visando a sua sensibilização em matéria de autoproteção e de colaboração com as autoridades. Neste âmbito, o Departamento Municipal de Proteção Civil representou ainda o Município internacionalmente promovendo a partilha e troca de experiência e de boas práticas.

No domínio do planeamento de soluções de emergência, elaborou para os eventos de nível municipal os respetivos Planos de Coordenação e ainda procedeu à distribuição e à atualização dos contactos dos Oficiais de Ligação das várias Entidades intervenientes no Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil do Porto.

Em alinhamento com os objetivos do Plano de Ação para a Vigilância e Controlo da Vespa velutina em Portugal, a Proteção Civil, com recurso a um apicultor, exterminou 136 ninhos.

Desporto e animação

No objetivo do Desporto e animação integra-se o programa **Incentivar e dinamizar o Desporto e animação da cidade**, onde foram executados 5,3 milhões de euros, na quase totalidade pela empresa municipal Porto Lazer, EM.

O desporto e a prática de atividade física constituem uma importante componente da vida quotidiana dos munícipes, com reflexos importantes e diretos na sua qualidade de vida, no seu desenvolvimento social e no seu bem-estar físico e psicológico.

Em resposta a esse desígnio, promoveu-se e fomentou-se a atividade desportiva regular, quer a nível *indoor*, com especial incidência nas infraestruturas desportivas municipais, quer a nível *outdoor*, através do desenvolvimento de programas regulares ao ar livre e o apoio à organização dos mais variados eventos desportivos no espaço público na cidade. Num caso e noutro, sempre com propostas dirigidas a todas as faixas etárias e adaptadas a cada momento e a cada espaço.

Anda Porto, Baixa em Forma, De Volta à Forma, Dias com Energia, No Porto a Vida é Longa, Orientação na Baixa ou Porto Antistress são alguns exemplos de programas dinamizados ao longo do ano para a promoção da atividade física regular, agregando um vasto e diversificado leque de modalidades.

Em linha com o plano de atividades, o Município promoveu este ano o alargamento e a descentralização de vários desses programas, levando-os a locais mais improváveis e fora das zonas de maior fluxo.

Mostrar as potencialidades destes espaços, dando-lhes nova vida e novas possibilidades de vivência, foram objetivos assumidos e concretizados, nomeadamente, através de iniciativas como o programa Dias com Energia que alargou neste verão o seu âmbito a oito novos

locais, passando a disponibilizar aulas em locais como o Parque de São Roque, a marginal da Foz, o Parque da Pasteleira, o Jardim de Arca d'Água, o Parque Oriental ou a Quinta do Covelo, atraindo cerca de 400 novos participantes.

Foram também introduzidas novas modalidades, como o yoga tibetano, S-Funcional, capoeira, body-balance, aeróbica e orientação urbana, a par das já habituais aulas de yoga, tai-chi e pilates – que no inverno se realizam no Pavilhão Fontes Pereira de Melo.

Também com o objetivo de promover a atividade física ao ar livre, a PortoLazer, EM promoveu, uma vez mais, o Estádio de Praia, junto ao Edifício Transparente, nos meses de julho e agosto. Ao longo de sete semanas, ali foram dinamizadas várias atividades e torneios desportivos, como o Circuito Europeu de Beach Rugby, três etapas do Circuito Regional de Andebol de Praia (que totalizaram mais de 1.100 participantes), a final do Campeonato Nacional de Gira Praia e, após longo hiato na cidade, também a final do Campeonato Nacional de Voleibol de Praia, em seniores masculinos e femininos.

Ao longo do ano, a cidade do Porto foi também palco de várias provas de atletismo que, na sua grande maioria, registaram um acréscimo significativo de participantes, com destaque para a Corrida do Dia do Pai, Corrida da Mulher, Volta a Paranhos, Meia Maratona do Porto, Maratona do Porto e Corrida de São Silvestre, sem esquecer as três etapas do Vitalis Kids Challenge, disputadas no Parque Desportivo de Ramalde, e a estreante Corrida do Dragão.

Numa cidade cada vez mais eclética, são ainda de destacar os apoios concedidos a eventos como o Torneio de Natação Adaptada, competição que juntou no Complexo de Piscinas de Campanhã, um total de 147 atletas, em representação de 22 clubes; o Meeting de Atletismo do Porto; o Porto & Matosinhos Wave Series, que além de acolher algumas das mais importantes competições nacionais nas modalidades de *surf*, *longboard*, *bodyboard*, *skimboard* e *stand up paddle* (SUP), juntou ainda uma vertente didática e solidária, com batismos de *surf* para crianças carenciadas e ações de *surf* adaptado para crianças com mobilidade reduzida; o Porto City Race, cuja sétima edição levou os participantes a percorrer os Caminhos do Romântico e o Centro Histórico da cidade; a primeira edição do Torneio Internacional de Ténis em Cadeira de Rodas; a Liga dos Campeões de Minigolfe; ou, ainda, a 19.^a edição do Porto Open, este ano com um incremento do prémio monetário, passando a distribuir 50 mil dólares equitativamente pelas provas feminina e masculina.

Merecem ainda particular destaque, pelo seu impacto e dimensão internacional, a organização de eventos como o Porto Extreme XL, este ano com o bônus de inaugurar o novo campeonato internacional de Enduro - o World Enduro Super Series; e o regresso do Rally de Portugal, dois anos depois, à Baixa do Porto, com novo percurso que incluiu a

inédita passagem pela zona dos Clérigos e que proporcionou um impacto de mais de 15 milhões de euros na economia local da cidade.

A par do contínuo investimento e melhoria do parque desportivo municipal, foram submetidas, em 2018, as candidaturas a fundos do Quadro Comunitário Portugal 2020, para Implementação de medidas de melhoria do desempenho energético ambiental nas Piscinas Municipais de Cartes, Constituição e Eng.º Armando Pimentel.

Ao longo deste ano, e no âmbito do programa Porto Sem Barreiras, foram apoiados 180 atletas federados de 11 instituições da cidade, num valor global de 17 mil euros. Foram ainda cedidas gratuitamente instalações desportivas a seis instituições com desporto adaptado de recreação.

O ano ficou igualmente marcado pelo protocolo celebrado com a Federação Portuguesa de Ténis para a cedência de utilização do Complexo Desportivo do Monte Aventino. Embora mantendo-se propriedade do Município, o imóvel será reabilitado e dotado de novas e modernas valências, num investimento integralmente suportado pela Federação.

A par da criação de um centro de formação e alto rendimento e do desenvolvimento de um projeto dirigido a crianças do 1.º ciclo, o equipamento mantém-se ao serviço da cidade e de iniciativas municipais como o programa “No Porto a Vida é Longa” (com um crescimento de 22% para um total de 1.108 inscrições) e os Campos de Férias (Missão Férias@Porto) dinamizados pela PortoLazer, também com um recorde de 2.208 inscrições.

Na animação, 2018 foi também um ano particularmente intenso e repleto de novos e ambiciosos desafios, na medida em que se procurou diversificar e qualificar ainda mais a oferta, ao mesmo tempo que se descobriam e exploravam novos territórios na cidade – em linha, de resto, com a estratégia adotada no Desporto.

Nesse contexto, a programação foi pensada e estruturada para potenciar novas experiências que reforçassem a apetência do cidadão pelo usufruto do espaço público, ainda que em zonas menos convencionais e de acesso mais condicionado.

Atrair para estes espaços mais periféricos um conjunto de atividades e valências que potenciassessem a sua vivência e descoberta pelo público (residente ou visitante), foi um objetivo assumido e intencional, e que se acredita cumpriu com o objetivo de eliminar barreiras e encurtar distâncias culturais.

Foi, aliás, determinante o papel da PortoLazer, EM enquanto interlocutor natural e privilegiado junto dos principais agentes dinamizadores da cidade, regulando e proporcionando condições para que determinadas atividades de animação, lazer ou

desporto pudessem ser encaminhadas para outras zonas da cidade e adaptadas a novos espaços e públicos, sem conceder na qualidade dos projetos ou eventos.

Este desígnio foi colocado em prática, entre outras situações, com a deslocalização da Festa da Criança para o Parque de São Roque; com a descoberta de novos palcos em mais uma edição do Trengo – Festival de Circo do Porto, evento que pela primeira vez apresentou os seus espetáculos no Jardim Paulo Vallada e na Quinta do Covelo; ou, também com a realização do estreante Elétrico – Porto Music Experience no Parque da Pasteleira, espaço verde com condições únicas e que é ainda desconhecido da maioria dos portuenses.

A mesma lógica foi também seguida na organização do “Verão é no Jardim”, que ao longo do mês de agosto levou música e animação aos jardins da Cordoaria, São Lázaro e, pela primeira vez, também ao Jardim do Calém.

Alargar o ecossistema da cidade foi, pois, o caminho que se escolheu para trilhar neste novo ciclo, através de uma oferta cada vez mais equilibrada e coerente com as novas dinâmicas da cidade, capaz de tocar todos os territórios de forma transversal.

Mas o ano ficou também marcado por muitas outras iniciativas, como o Dia Nacional dos Centros Históricos, a Exposição de Camélias Porto, o Serralves em Festa na Baixa, o Porto Blues Fest, o Portugal Fashion, o Porto Beer Fest, o Cinema Fora do Sítio, o Porta-Jazz ao Relento, o estreante Porto Busker Fest ou o novo ciclo de Inaugurações Simultâneas de Miguel Bombarda, entre tantas outras.

Assumindo-se cada vez mais como um destino de eleição na área da música, a cidade do Porto foi palco, em junho de 2018, de mais uma edição do NOS Primavera Sound. Foi o ano em que o festival registou a sua maior assistência de sempre, ultrapassando pela primeira vez a barreira das 100 mil pessoas, oriundas de mais de seis dezenas de nacionalidades. Nesta edição, foram várias novidades ao nível do recinto, com a introdução de dois novos palcos e a criação do espaço "Porto for Talent", dinamizado pela autarquia.

A música foi igualmente uma aposta ganha durante as Festas de São João do Porto e na Passagem de Ano, que voltou a proporcionar a maior enchente de sempre na Avenida dos Aliados, com mais de 220 mil pessoas a encherem a principal sala de visitas da cidade.

Mobilidade

No objetivo da Mobilidade, composto pelo programa **Melhoria da mobilidade e infraestruturas**, foram executados 13 milhões de euros, através da Direção Municipal de Mobilidade e Transportes (DMMT) que, com responsabilidades acrescidas no âmbito da mobilidade e transportes, deu continuidade ao trabalho realizado nos anos anteriores,

desenvolvendo a sua ação de forma a contribuir para a melhoria da mobilidade dos cidadãos.

No domínio da intervenção e promoção da mobilidade urbana sustentável, e seguindo a estratégia definida nos anos anteriores, com vista a uma mobilidade cada vez mais sustentável ao nível do Município e com impacto metropolitano, foi dada continuidade à monitorização de indicadores de mobilidade, permitindo atuar de forma estratégica na gestão da mobilidade e tráfego da cidade, nomeadamente no que toca ao estacionamento, à sinistralidade, ao transporte individual (velocidades médias e volume) e ao transporte público (velocidades comerciais e procura).

No âmbito da gestão da mobilidade em zonas escolares, com o objetivo de disciplinar a paragem de viaturas para tomada e largada de passageiros foi implementada nova sinalização junto a 3 estabelecimentos de ensino localizados nas ruas de Carlos Malheiro Dias, António Pinto Machado e Dr. Marques de Carvalho. Para cada um dos casos foi realizada uma ação de sensibilização à respetiva comunidade escolar.

Para reduzir os índices de sinistralidade na cidade, foram desenvolvidos estudos/projetos para melhoria da perceção do funcionamento dos arruamentos. Destacam-se os projetos/intervenções realizadas para o túnel das Antas, rua de Cinco de Outubro, avenidas de Montevideu e do Brasil. Iniciou-se o Plano Municipal de Segurança Rodoviária, tendo como base os dados de sinistralidade disponibilizados pela Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária e os documentos de apoio disponibilizados por essa instituição.

Relativamente à promoção dos modos suaves, foi elaborado o relatório intercalar da permissão de circulação de velocípedes nos corredores BUS da rua de Costa Cabral, cujo período de monitorização termina em janeiro de 2019.

Quanto à melhoria da oferta/serviço de transporte público, na avenida de Gustavo Eiffel/avenida de Paiva Couceiro foi implementado corredor BUS em ambos os sentidos de circulação (em períodos complementares). Foi ainda desenvolvido um estudo para implementação de corredor BUS no sentido Sul - Norte no eixo da rua de Antero de Quental/rua do Vale Formoso/rua do Amial. Como medidas de apoio ao transporte público rodoviário, deu-se continuidade ao projeto Via Livre, que, através do desenvolvimento e da implementação de pequenos projetos de engenharia em locais previamente referenciados, visa a resolução de problemas de operação (circulação) da STCP e fiscalização por parte da polícia municipal.

Tendo como objetivo o apoio à gestão de tráfego da cidade e à tomada de decisão sobre a alteração do regime de circulação de determinado arruamento, foram desenvolvidos estudos com recurso à modelação de tráfego (*softwares* PTV VISUM e VISSIM) em 8 locais da

cidade. Foi ainda concluída a Matriz Origem/Destino para a cidade do Porto. Na base dos estudos referidos estiveram a recolha de dados de tráfego inerente, que, na sua maioria, foram realizadas através de contagens, tempos de percurso e realização de inquéritos.

No âmbito do projeto C-ROADS iniciou-se a aquisição de equipamentos que permitirão a conectividade entre infraestruturas e veículos. Foram realizadas diversas reuniões entre os parceiros do nó do Porto de modo a construir os cenários a implementar na ferramenta de previsão de tráfego e definir os detalhes de comunicação entre veículo e infraestrutura.

Em 2018 deu-se início a reuniões sistemáticas entre os serviços técnicos da Direção Municipal de Mobilidade e Transporte e da Polícia Municipal do Porto, tendo resultado diversas intervenções que permitiram dar solução a pontos críticos identificados pela PMP, possibilitando redirecionar os recursos humanos disponíveis. A identificação destes pontos críticos foi em muitos casos feita pelos munícipes, estando sobretudo relacionadas com o estacionamento abusivo.

Foi concluído o procedimento de concurso público internacional para contratação de Prestação de Serviços de Manutenção e Expansão ao Sistema de Gestão de Mobilidade, encontrando-se no entanto em diferendo entre os concorrentes. Este procedimento visa fundamentalmente proceder à renovação da infraestrutura através da substituição de 272 controladores de tráfego, 68 câmaras de vídeo e interligação de todo o parque semaforico a um novo *software* de gestão de tráfego, com a necessária construção de condutas e passagem de cabos para utilização da rede metropolitana de comunicações da Associação Porto Digital. Em termos de expansão do Sistema de Gestão de Tráfego foram instaladas 9 câmaras de vídeo e 4 instalações luminosas.

Desenvolveu-se uma plataforma externa de trânsito, para disponibilização ao público de informação georreferenciada sobre os condicionamentos de trânsito programados e os lugares de cargas e descargas, através de *webservices* criados pelos serviços municipais, e do fluxo de tráfego, através de uma API externa.

Criou-se um serviço, via e-mail, de autorização de condicionamentos de trânsito não programados para intervenções rápidas, dispensando-se o licenciamento mais burocrático e demorado dos condicionamentos de trânsito programados para reparação de avarias pontuais, e despistando-se as solicitações não prioritárias frequentemente encaminhadas para o Centro de Gestão Integrada. Foram recebidos 3.377 pedidos de condicionamento de trânsito programados, 221 pedidos de licenças de circulação de veículos pesados e 1.395 pedidos de condicionamentos não programados para intervenções rápidas.

No que respeita ao transporte público e ocasional organizaram-se os terminais rodoviários de passageiros em termos de operadores com paragem em cada local. Os terminais a

considerar no futuro serão Casa da Música, Bom Sucesso, Hospital S. João, Asprela, Camélias, Campanhã e Dragão.

Foi elaborado um estudo para organizar as paragens do serviço interurbano em transporte público de pesado de passageiros junto à estação de metro do Pólo Universitário.

Procedeu-se à reorganização do espaço de paragem na via pública de várias linhas da STCP na Avenida dos Aliados e realizou-se o estudo de reorganização da oferta do transporte público na rua do Bolhão, envolvente do Estádio do Dragão, Campo 24 de Agosto e Campanhã devido às obras em curso e a realizar no centro da cidade.

Foi contratada assessoria no âmbito do transporte coletivo de passageiros na cidade do Porto com o objetivo de se dispor de uma base de caracterização e diagnóstico para apoio ao redesenho da rede de transporte público.

Foram realizados os planos de mobilidade para os eventos Árvore de Natal, São João, Rally e passagem do ano.

No que respeita ao uso de modos suaves, realizou-se o levantamento *in situ*, de 170 localizações para os pontos de partilha (pontos de estacionamento), tendo em consideração a zona envolvente e os locais na faixa de rodagem onde se poderá efetuar o estacionamento dos mesmos. Todos os pontos de partilha foram colocados numa base de dados própria (geodatabase) com informação do local, contemplando o registo fotográfico.

Foi criado um grupo de trabalho para a Mobilidade Elétrica (ME), constituído por elementos das áreas de Mobilidade, Urbanismo, Agência de Energia e Receita com o objetivo principal de elaborar um diagnóstico do contexto atual sobre a ME, criação do modelo a adotar para a instalação de novos postos de carregamento elétrico (PCE), na via pública e em parques de estacionamento, e conceção de um regulamento, incluindo as taxas a aplicar.

O Município do Porto é parceiro da rede Civitas no âmbito do programa de formação para a elaboração de planos de mobilidade urbana sustentável.

Iniciou-se a atualização da proposta do Plano Municipal de Segurança Rodoviário no que respeita aos dados estatísticos dos acidentes com vítimas a 30 dias referentes ao intervalo temporal de 2010 a 2017. Com estes dados foi possível avaliar o Município do Porto no contexto Nacional e da Área Metropolitana, a evolução da sinistralidade, a caracterização dos acidentes, os acidentes tendo em conta a jurisdição da via e a hierarquia rodoviária, bem como a localização dos arruamentos com maior número de acidentes, permitindo estipular as principais áreas e grupo a intervir. Para além disso, foram definidos objetivos quantitativos, estratégicos, operacionais e ações a realizar pela DMMT e por outras direções do Município do Porto, tais como a Educação e a Proteção Civil.

Contratou-se um estudo de diagnóstico à Faculdade de Engenharia que avaliou as condições de circulação na Via de Cintura Interna, entre as pontes da Arrábida e do Freixo. Esta análise permitiu identificar as necessidades de ajustamentos na topologia e/ou nas políticas de gestão da procura, numa perspetiva de garantia da função estruturante que desempenha na rede rodoviária da cidade.

No âmbito da logística urbana, o Município do Porto integra, em conjunto com outras cidades e parceiros internacionais, uma candidatura ao projeto de Investigação e Inovação financiado pela Comissão Europeia com o tópico: soluções logísticas para fazer face às exigências da economia *on-demand* e que incorporem soluções conectadas/partilhadas e com emissões reduzidas.

Em virtude da alteração ao CRMP, no que concerne aos lugares de estacionamento privativos, procedeu-se ao levantamento das licenças que caducavam no final do ano de 2018 e das que poderiam ser renovadas por mais 2 anos. Este levantamento e tratamento de informação deu início ao processo de desativação de lugares de estacionamento privativos, a implementar no início de 2019. Serão retirados cerca de 230 lugares privativos.

No âmbito da gestão da construção e da manutenção das infraestruturas viárias, manteve-se a beneficiação de pavimentos, com 10.463m² de intervenções nas faixas de rodagem, nos passeios e arranjos marginais. Efetuou-se reparação nos pavimentos dos arruamentos da cidade decorrentes das 1.467 intervenções reativas (VIA 24).

Em resposta às diversas solicitações, foram elaborados projetos e executadas intervenções para melhoria das acessibilidades, percursos pedonais e redimensionamento das caldeiras das árvores nos arruamentos: Campo Mártires Pátria, rua Nova Alfândega, rua Padre Fernão Cardim, rua S. Luís, rua Fez, viela Abraços Ramalde, rua Dr. Eugénio Cunha, rua Vilarinha, rua Conde Avranches, alameda Eça Queirós, rua Prof. Mota Pinto, rua Dr. Manuel Laranjeira, Associação Moradores S. Vítor, rua Bom Sucesso, rua Óscar Silva, rua D. Manuel II, rua Paulo Gama, rua Godim, Largo Lapa, rua Silva Porto, rua Dr. Eduardo Santos Silva, rua D. João Peculiar, Alameda Dr. Fernando Azeredo Antas, rua Santa Luzia, rua 9 Abril, rua António Cardoso, Av. Fernão Magalhães, Av. Conselho Europa, rua Marques Carvalho e rua S. Nicolau.

Foram aplicados 1.234 dissuasores em passeios, com a vista à redução do estacionamento abusivo em percursos pedonais.

Foi retomado o processo de identificação e caracterização das obras de arte existentes na área do Município e iniciou-se a definição do procedimento a adotar, no futuro, na sua manutenção e monitorização.

Foram elaborados projetos de beneficiação de pavimentos para diversos arruamentos da cidade a serem executados pela empresa municipal GO Porto.

Relativamente à promoção da eficiência e diversificação energética, assegurou-se o acompanhamento e a coordenação do contrato de concessão de energia elétrica de baixa tensão e as intervenções de iluminação decorativa.

Foi concluído o projeto de execução da candidatura ao Norte 2020, projeto Porto de Luz, para substituição de cerca de 10.000 luminárias de tecnologia tradicional por luminárias de tecnologia LED, e foram elaborados projetos para melhoria da iluminação pública, prevendo a alteração do tipo de luminárias de tecnologia tradicional para luminárias de tecnologia LED em diversos arruamentos da cidade.

No domínio da gestão e manutenção de equipamentos de sinalização e segurança rodoviária, mantiveram-se na gestão municipal os parques de estacionamento da Trindade, Alfândega, Duque de Loulé, Caminhos do Romântico e Viela do Anjo, tendo sido estudada a alteração do parque de estacionamento da Alfandega, no sentido de substituir o regime de estacionamento em rotação para veículos ligeiros por transporte pesado de passageiros, mantendo o regime de estacionamento em avenças para veículos ligeiros.

Após a cedência, por parte da STCP ao Município do Porto, do imóvel da Estação de Recolha de S. Roque, este é utilizado como parque de estacionamento para autocarros em serviço ocasional.

No que respeita à manutenção de sinalização vertical e horizontal, em 2018, foram efetuadas reparações em 2.300 sinais de trânsito e foram recolocados 1.200 sinais. Foram colocadas 1.320 balizas flexíveis. Na sinalização horizontal foram efetuados 42.500m² de pinturas e repinturas de marcas rodoviárias, valores muito superiores aos verificados nos anos anteriores. De ressaltar os sinais Pré Formados do tipo A14 – crianças em zonas envolventes a escolas, como medida de alerta e acalmia de trânsito; Implementação de “zonas escolares” para tomada e largada de alunos junto a escolas, sendo as referidas zonas marcadas com círculos azuis no pavimento; entre outras marcações rodoviárias, a execução de marcas rodoviárias no âmbito da transferência do mercado temporário do Bolhão para a rua Fernandes Tomás: execução de quadrícula no pavimento em consonância com a “imagem de marca” do mercado; a implementação de sinalização de carácter temporário em material compósito, aplicada aos condicionamentos de trânsito e estacionamento. Sinais de maior dimensão, com melhor visibilidade, mais informação, maior resistência e durabilidade e maior facilidade de aplicação.

No âmbito da melhoria das condições de acessibilidade e segurança para peões foi avaliado o estado de conservação de 38 guardas de segurança, bem como a necessidade da sua

substituição por guardas de novo modelo ou por dissuasores, tendo em conta as condicionantes do local e o fim a que se destinavam.

No que respeita à concessão de serviço público, dos atuais e futuros lugares públicos de estacionamento pagos na via pública na cidade do Porto, assinado com a EPorto, SA, encontravam-se em funcionamento, no final do ano, 436 máquinas que correspondiam a 8.335 lugares de estacionamento, em contrapartida com os 4.234 anteriores à concessão, e que apresentaram um proveito/máquina de 13,6 mil euros e um total de 4 milhões de euros. O número de avenças para residentes, em 31 de dezembro de 2018, era de 3.597.

No ano de 2018 foi estudado e alterado o zonamento das áreas de estacionamento sujeito a pagamento e de duração limitada, assim como o valor das taxas e das avenças para residente.

Foi desenvolvido e lançado a concurso público internacional o contrato de Fornecimento e instalação de parcometros e prestação de serviços de operação e manutenção do Sistema de Gestão de Lugares de Estacionamento Pago na Via Pública na Zona Ocidental da Cidade do Porto, que abrangerá 3.000 novos lugares de estacionamento pago à superfície, esperando-se da medida impactos significativos ao nível da gestão da procura automóvel e ordenamento da circulação naquela zona da cidade.

No âmbito da informação geográfica da via pública (IGVP), o projeto, que teve início em 2014, assistiu a uma franca expansão no ano de 2018, com o reforço de recursos humanos especializados e a aquisição de equipamento GPS profissional, com vista ao aumento de precisão geoespacial dos dados já levantados e/ou levantamentos com rigor centimétrico.

Foram concluídos diversos levantamentos de campo e colocadas em produção várias novas temáticas: painéis publicitários, guardas metálicas, revisão do zonamento ZEDL, parques de estacionamento municipais, cargas e descargas, zona de acesso restrito (condicionamentos), ciclovias, sentidos de trânsito (parcial), interfaces e corredores BUS.

No final de 2018, foi disponibilizada a nova versão do GeoPorto, que implicou a reorganização da informação em cinco grandes temáticas (espaço público, estacionamento, mobilidade, sinalização e transporte público), respetiva migração de temas já publicados na versão anterior e a formação dos colaboradores-editores.

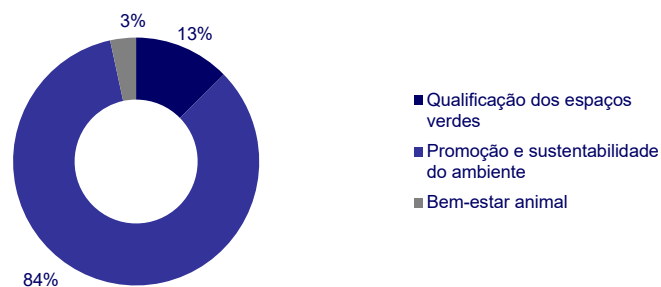
Durante o ano verificou-se ainda uma substancial afetação de recursos no levantamento, tratamento, análise e produção de *output's* relativos a reclamações, dissuasores de controlo de acesso, condicionamentos de trânsito, sinalização vertical, contagens de tráfego, obras e intervenções (AdP e GoPorto), passeadeiras, rebaixamentos e sinistralidade rodoviária.

Através da empresa municipal Go Porto, EM, é de realçar a execução das empreitadas de beneficiação das ruas Dr. Adriano Paiva, Joaquim Kopke e do Cantor Zeca Afonso, da rua do Bom Sucesso, da Piedade, da rua de Aníbal Cunha, da rua da Telheira, da rua Constituição e da rua Carlos Malheiro Dias; da reformulação viária da envolvente ao Estádio do Dragão; da pavimentação dos parques de estacionamento entre a rua do Lugarinho e a rua do Castelo e da rua Fonseca Cardoso; e da reabilitação do Interface de Transportes Coletivos do Bom Sucesso e a requalificação da rede de iluminação pública do jardim da praça de Nove de Abril.

Iniciaram-se ainda as empreitadas de Arranjo Urbanístico do Bairro Leão XIII, de beneficiação da rua D. João de Mascarenhas e da rua de Arpad Szenes, de pavimentação da Rua Cinco de Outubro e de requalificação da Avenida Fernão de Magalhães.

Ambiente e Qualidade de Vida

F. 4 - Ambiente e qualidade de vida



O Ambiente e Qualidade de Vida integra os programas de Qualificação dos espaços verdes com 2,3 milhões de euros, Promoção e sustentabilidade do ambiente com 15,3 milhões de euros e Bem-estar animal com 618,5 mil euros.

No âmbito da **Qualificação dos espaços verdes**, foram beneficiados, através da GO Porto, EM, os jardins do Palácio de Cristal, o Parque do Covelo no que respeita às acessibilidades e gestão de água, e os jardins infantis do Palácio de Cristal, Homem do Leme e Bairro da Azenha; por administração direta os parques infantis do Parque da Prelada, St. Luzia, Senhora do Porto e da Associação de Moradores do Campo Alegre; e através da Domus Social, EM foram melhoradas as condições de segurança e habitabilidade das casas de ponto dos assistentes operacionais do Calém, Carvalhido e Marechal.

Neste ano, deu-se continuidade aos trabalhos de manutenção dos espaços verdes com a requalificação de 29.276 m² nomeadamente de áreas de relvado, herbáceas e reconversão de redes de rega automática. À gestão do património arbóreo da cidade foram alocados

mais de 200 mil euros, tendo sido trabalhados 4.720 exemplares arbóreos, num esforço que permitiu orientar e hierarquizar as prioridades da gestão do arvoredo.

Dotou-se o Jardim Paulo Vallada com dois parques sem trela para recreio canino. Deu-se continuidade à obra de construção do Exutor da ETAR do Rio Tinto na estrutura do Parque Oriental, num projeto financiado pelo programa POSEUR e cuja obra, da parte do Município do Porto, está a cargo da empresa municipal Águas do Porto. Após a conclusão dos trabalhos, a área do Parque Oriental, atingirá os 20 hectares com cerca de 4 Km de caminhos pedonais e 2.500 árvores plantadas.

No âmbito do Sistema Comunitário de Ecogestão e Auditoria, decorreu o primeiro ano de acompanhamento – EMAS III. O Laboratório Municipal de Ruído viu também a sua acreditação renovada. Recorde-se que o Porto foi o primeiro Município do país a ver um laboratório municipal acreditado pela norma NP EN ISO/IEC 17025 – Laboratórios de Acústica.

Foi organizada a XXIII exposição Porto, Cidade das Camélias, no Mosteiro de S. Bento da Vitória com a participação de 20 expositores e 15.000 visitantes.

No Viveiro Municipal, foram produzidas cerca de 657.500 plantas ornamentais, disponibilizadas para os jardins e parques municipais da cidade. Como contributo para os esforços de conservação da natureza na região procedeu-se à Certificação do Viveiro Municipal como entidade produtora de plantas ornamentais e florestais.

Salienta-se a produção que permitiu a exposição de pelargónios e tulipas no Jardim Marques de Oliveira, comumente designado como Jardim de S. Lázaro. No caso das tulipas, para além do Jardim de S. Lázaro os 100.000 bolbos produzidos no Viveiro Municipal embelezaram ainda os jardins do Passeio Alegre e da Praça Francisco Sá Carneiro, as floreiras da Rua do Infante, o jardim do parque de estacionamento da Trindade, a Praça da Trindade e as ruas de Gonçalo Cristóvão e de Sá da Bandeira.

Em colaboração com a Direção Municipal de Mobilidade e Transportes e com o objetivo de garantir uma melhor mobilidade e resolver situações de conflito foram reconstruídas 287 caldeiras em 32 artérias.

No âmbito da estratégia de racionalização de recursos naturais investiu-se na conservação dos sistemas de rega da cidade e no incremento de áreas inseridas no controlo de rega inteligente – IQ.

O Porto recebeu em Maio de 2018 a IGIC Porto'2018 – International Green Infrastructure Conference, a primeira a realizar-se na Cidade. Urbanistas, arquitetos paisagistas, geólogos, agrónomos e decisores políticos de vários países participaram neste fórum

organizado pela Associação Nacional de Coberturas Verdes (ANCV) e pelo Município do Porto. Este evento, de carácter interdisciplinar, permitiu o debate alargado sobre a sustentabilidade nas cidades, assente em soluções baseadas na natureza.

Em 2018 foi concluído e apresentado publicamente o projeto do novo Parque da Asprela, que tem a particularidade de procurar resolver e fazer face ao grande desafio do controlo hidrográfico da Ribeira da Asprela e todas as outras ribeiras circundantes como uma oportunidade para criar um espaço paisagístico único no Porto, aprazível não só para fruição da população, mas também como solução de atravessamento (pedonal ou ciclável) para a comunidade académica que, diariamente, estuda e trabalha nesta zona da cidade. Neste projeto, cuja obra se estima em cerca de 1,7 milhões de euros, com 60% assegurados pelo Fundo Ambiental do Ministério do Ambiente (1 milhão de euros), junta-se ao Município (coordenador estratégico), a Universidade do Porto (proprietária do terreno) e o Politécnico do Porto.

Procurando dar expressão à visão estratégica de transformar a cidade do Porto na maior referência nacional ao nível da mobilidade elétrica, para além da instalação de mais pontos de carregamento e carregamento rápido na cidade, o Município deu continuidade ao processo de descarbonização da sua frota, tendo agora 274 veículos elétricos e híbridos *plug-in*. Esta solução permitiu uma forte redução no consumo de combustíveis fósseis, valor diminuído em cerca de 15.194 litros de gasóleo e com a conseqüente redução de cerca de 36,2 toneladas emitidas de dióxido de carbono em 2018.

Foi apresentada candidatura para o mandato de dois anos na liderança (chair) do Fórum do Ambiente da rede Eurocities, que resultou na eleição do Porto, por unanimidade. De notar que durante os últimos dois anos, o Porto ocupou a vice-presidência daquele Fórum sob a liderança de Amesterdão. Agora, o desafio cresce, tendo sido reconhecido o forte envolvimento do Porto nas matérias de ambiente.

O projeto Expansão das Florestas Nativas do Porto/FUN-Porto prossegue o seu processo de consolidação nas suas múltiplas vertentes e objetivos estratégicos de médio e longo prazos: (i) plantar no Porto 10.000 árvores em jardins e quintais privados até 2020 através do programa, Se tem um “Jardim, temos uma Árvore para Si”, tendo, neste ano, sido distribuídos 2.132 exemplares (totalizando cerca de 6.000 árvores e arbustos entregues nas últimas 3 edições); (ii) Plantar no Porto 10.000 árvores e arbustos nos nós das vias de circulação principal até 2021, através do programa “Rede de BioSpots”, tendo sido plantados em 2018 no Nó de Francos 543 árvores e arbustos nativos (totalizando até ao momento 1.305 árvores); (iii) Criar o primeiro bosque urbano nativo prestador de serviços de ecossistemas (e espaço de estudo) nos 4 hectares da Quinta de Salgueiros – “Porto

BioLAB”; (iv) produzir 15.000 árvores e arbustos nativos para a cidade e para projetos de restauro ecológico na região da Área Metropolitana do Porto (para reflorestação de áreas áridas e degradadas), com produção de 16.333 árvores nativas em 2018;

Em termos da **Promoção e sustentabilidade do ambiente**, e no âmbito da implementação do Roadmap do Município para a Economia Circular foi desenvolvida e produzida a primeira Agenda Circular do Município, integralmente dedicada ao tema da Economia Circular, que compreende ainda o guia anual de atividades de educação ambiental, bem como os principais projetos e trabalho visível do Município na área do desenvolvimento sustentável. Com a convicção de que “dar o exemplo” é a única maneira de influenciar e inspirar a mudança, procurou-se conceber e desenhar uma agenda anual que representasse a prova física da capacidade do Município do Porto para divulgar, esclarecer e colocar em prática os princípios motores da economia circular, de que são exemplo, a origem pioneira das peças (reutilização completa de uma garrafa PET) que constituem a capa, a reutilização de páginas dobradas já impressas, ou a preocupação em conceber múltiplas utilizações durante e após a vida útil da agenda.

Foi dada continuidade à participação do Porto na *partnership* para a Agenda Urbana para a Economia Circular, grupo de trabalho que tem como objetivo submeter à UE um plano de ação que permita inspirar e orientar o desenvolvimento de melhor legislação, melhor financiamento e maior partilha de conhecimento. O Porto coordena o tópico das Simbioses Industriais, onde se espera transformar as cidades num catalisador de intercâmbios e relações económicas entre os diferentes agentes do setor da indústria.

O Município do Porto foi selecionado pela Fundação Ellen McArthur (referência mundial do pensamento com a missão de acelerar a transição para a economia circular junto de empresas, governos e instituições académicas) para, juntamente com as cidades de São Paulo, Bruxelas e Guelph, integrar como ‘focus-city’ o Estudo “Cities and Circular Economy for Food”. Alinhado com os objetivos do estudo e em conjunto com os diversos *stakeholders* e parceiros, foram definidos, para o Porto, objetivos e eixos estratégicos, tendo em vista a promoção da transição para um sistema alimentar regenerativo e local e a diminuição do desperdício alimentar.

O Município do Porto participou ainda nos Grupos de Trabalho que estudam a transição para a circularidade nos Resíduos de Construção e Demolição na AMP, nos plásticos e no desperdício alimentar (a convite da Smart Waste Portugal).

No que toca às Alterações Climáticas, desde a conclusão da Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas (EMAAC) no final de 2016, os recursos foram empenhados prioritariamente na implementação e acompanhamento de ações que

concorrem para a adaptação do território e da população. De 52 opções emergentes da EMAAC, 33 opções estão já em curso e 11 arrancarão a breve prazo, dependendo do formato final com que vierem a ser acomodadas no processo final de revisão do PDM.

O Município do Porto viu aprovadas duas candidaturas, que irão contribuir decisivamente para a antecipação de algumas medidas previstas na estratégia. Uma ao Horizonte 2020 com o objetivo de envolver a população no desenho e co-criação de corredores saudáveis entre bairros sociais e zonas degradadas com recurso a Nature Base Solutions e outra ao Life, com vista à implementação e monitorização da eficácia de Nature Base Solutions em edifícios públicos escolares, como medida de adaptação às alterações climáticas.

Foi ainda iniciado, em parceria estreita com a Agência de Energia do Porto, o processo de adesão do Município do Porto ao Pacto dos Autarcas para o Clima e Energia.

Em 2018 deu-se continuidade à estratégia municipal de educação ambiental, cujo programa se vem destacando nos últimos anos pela capacidade de garantir uma oferta pedagógica consistente para promover a mudança de comportamentos e transformar os mais jovens em adultos ambientalmente responsáveis e solidários, dinamizando cerca de 20 oficinas ambientais, que abordam as temáticas mais prementes e são dinamizadas, diariamente e em regime totalmente gratuito, nos 5 centros de educação ambiental do Município, com a participação de mais de 45 mil pessoas, na maioria crianças.

Foram garantidas participações com ateliê de demonstração de soluções de base natural (*nature base solutions*) nos eventos Bioblitz, Festa de Outono e Serralves em Festa.

Foi concebida e produzida a exposição temática e itinerante Porto, cidade comprometida com o desenvolvimento sustentável, em exposição no Centro de Congressos da Alfândega, em direta articulação com a exposição “Extinção – o fim ou início?”, com a chancela do Museu de História Natural de Londres. Esta exposição esteve ainda patente no Coliseu do Porto com o evento Climate Change Leadership Porto Summit 2018 e na edição de 2018 do festival de sustentabilidade “CidadeMais”.

Procurou-se ainda comunicar e interagir de forma distinta com os restantes segmentos-alvo (famílias, população universitária, população sénior, população com necessidades especiais), destacando-se a dinamização do programa Ambiente em Família, que permitiu abrir a rede de centros às famílias ao fim de semana, em colaboração com docentes e investigadores da Universidade do Porto.

Organizou-se a 5ª edição do evento “CidadeMais”, que representa, mais do que um festival, uma grande plataforma cívica de auscultação. Na edição de 2018, o evento decorreu em apenas dois dias e contou com a participação de cerca de 12.000 pessoas.

Os Cemitérios Municipais do Porto estiveram em destaque durante o Congresso Anual da Association of Significant Cemeteries in Europe, no qual o Município participou.

Através da GO Porto, EM, foram lançadas as empreitadas de recuperação e restauro das capelas dos cemitérios do Prado do Repouso e de Agramonte. Concluiu-se a obra do Serenarium no Cemitério do Prado Repouso e restauro das capelas mortuárias do Cemitério do Prado Repouso e Agramonte.

No âmbito do XIII Ciclo Cultural dos Cemitérios do Porto, foram organizadas 15 visitas guiadas, 2 concertos e 1 exposição fotográfica. As visitas diurnas, noturnas, *raids* fotográficos, versando temáticas como a simbologia, os escritores e a história da música do séc. XIX/XX, em parceria com a Comunidade Anglicana da Igreja de St. James, resultaram na presença de cerca de 1.075 participantes. As atividades biográficas, sobre escritores e músicos, contaram com a participação de atores e músicos, respetivamente. Acolheu-se o evento OPEN HOUSE Porto, com a realização de uma visita noturna ao Cemitério de Agramonte.

Todas as atividades ofereceram tradução para Língua Gestual Portuguesa, em colaboração com o Departamento Municipal de Desenvolvimento Social.

No ano de 2018, a evolução da PortoAmbiente veio materializar a visão do Município na profissionalização das atividades de Recolha de Resíduos Urbanos e Limpeza do Espaço Público, fomentando uma cultura própria, com uma identidade orientada para a execução daquelas atividades de uma forma dinâmica, proativa, focada na satisfação das necessidades do Município e sem descurar o equilíbrio da sustentabilidade económica das operações ou a qualidade dos serviços prestados.

Em termos operacionais, e ao longo do ano, verificou-se (i) o início do processo de internalização da recolha de resíduos (indiferenciados e seletivos) que se encontrava até então a ser realizado diretamente pelo Município do Porto, tendo sido estendido às concessões que operavam na cidade (processo este denominado de *phase-out*). O conjunto de alterações e evoluções concretizadas, possibilitou que, até ao final do mês de junho, a PortoAmbiente passasse a assumir de forma direta a recolha da totalidade dos resíduos da cidade; (ii) o início da fase de organização, preparação, planeamento e execução do projeto de recolha seletiva Porta-a-porta residencial; (iii) a reformulação do serviço ecolinha, com reforço das equipas de trabalho e ferramentas informáticas de suporte; (iv) a definição de equipas de trabalho especialmente dedicadas a missões específicas com vista à melhoria do serviço da limpeza do espaço público e da qualidade de vida da cidade, em concreto, nomeadamente com limpeza de grafitis e sensibilização; (v) o

início de um novo contrato de Prestação de Serviços de Limpeza Pública no Município do Porto, com a duração de 4 anos.

Ao nível da atividade de Gestão de resíduos urbanos, o ano de 2018 registou novo crescimento das quantidades totais (6 mil toneladas representativo de 4%), sendo de destacar a formação do mix das mesmas (i) Resíduos indiferenciados - 2,5 mil toneladas representativas de 2%, e (ii) Resíduos seletivos – 3,5 mil toneladas representativas de 14%. A integração de todo o serviço assim como a estratégia levada a cabo pela PortoAmbinete, permitiram elevar a taxa de preparação para a reciclagem dos 26,26% (final de 2017) para os 28,38%, estando assim bem mais perto da meta 30,66% para 2020. Também ao nível das retomas de recolha seletiva no final de 2017 o valor alcançado era de 56,77 Kg/hab.ano já em 2018 atingiu-se o valor de 60,51Kg/hab.ano tendo praticamente alcançado a meta de 2020 que é de 60,63 Kg/hab.ano.

No âmbito das feiras e mercados, sob a tutela do Município e gestão do Departamento Municipal de Turismo e Comércio, a estratégia definida passou pelo revisitar do conceito de feiras e mercados da Cidade, assegurando-se numa primeira fase a visita às feiras de Vandoma, dos Passarinhos, de Antiguidades e Velharias, de Numismática e Filatelia, do Cerco, e ao mercado da Ribeira, para uma análise crítica e propostas de melhoria.

Neste âmbito procedeu-se à atribuição de lugares de feira, inscrição de novos feirantes no sistema de gestão das feiras e ao cancelamento de ocupações, propôs-se alteração do Regulamento da Feira de Vandoma e do Regulamento da Feira da Pasteleira, de deslocalização de uma feira para o Parque do Covelo e iniciou-se o procedimento para alteração do Regulamento da Feira dos Passarinhos. Iniciou-se ainda o procedimento para o desenvolvimento de uma imagem Feiras e Mercados do Porto e a consulta ao mercado para a criação de novos *layouts* mais apelativos e cosmopolitas relativos a equipamentos a instalar nas feiras e mercados.

Ao longo do ano procedeu-se à gestão partilhada das feiras sob tutela da empresa municipal Porto Lazer, EM.

No domínio das águas, a empresa municipal Águas do Porto, EM registou progressos significativos nos projetos estratégicos que consubstanciam a gestão integrada e sustentável do ciclo urbano da água no Município do Porto, tendo por base os princípios da eficiência operacional, da responsabilidade social e ambiental e do equilíbrio económico-financeiro. A empresa fechou o presente exercício com a sua situação económico-financeira consolidada, o que permitiu reduzir em 2% a tarifa de base em vigor em 2019.

No domínio da concretização do Plano de Investimentos para 2018, executou empreitadas de reabilitação do seu património e edificado e de remodelação das suas infraestruturas de

água, de águas residuais e de águas pluviais, assim como vários projetos de promoção da sustentabilidade ambiental e da cultura de inovação, no valor global de 13 milhões de euros.

Assinalou-se a reta final da primeira fase da H2PORTO – Plataforma Tecnológica de Gestão Integrada do Ciclo Urbano da Água, novo paradigma na operação e manutenção dos sistemas e infraestruturas geridas pela empresa. Esta ferramenta tecnológica de apoio à gestão em tempo real é constituída pelos sistemas integrados: informação territorial, telesupervisão das infraestruturas, modelação numérica, controlo remoto e informação ao público. O seu carácter inovador e disruptivo foi distinguido pelos Portugal Digital Awards, na categoria Best Digital Strategic Tools.

No âmbito da sua política de inovação, lançou um concurso público internacional para o fornecimento contínuo de contadores munidos de sistema de telemetria e de concentradores para transmissão remota de dados, cujo investimento permitirá que, até 2021, 44% do parque de contadores passe a ser constituído por equipamentos inteligentes, com leituras remotas e em tempo real, o que contribui para o aumento do rigor da faturação e do cálculo da água não faturada.

Do ponto de vista da sustentabilidade ambiental, a Águas do Porto, EM, concluiu um projeto de produção de eletricidade a partir de energias renováveis, designadamente a instalação de uma central fotovoltaica na sua Sede. A produção anual estimada de energia é de 462.396 kWh, dos quais 72,7% serão utilizados para autoconsumo, sendo os restantes 159.162 kWh vendidos e injetados na rede. As emissões de dióxido de carbono evitadas representarão 217 toneladas por ano. Perspetiva-se, ainda, uma diminuição de 50% dos custos associados à parcela de energia ativa consumida no primeiro ano de produção.

Tendo em vista a promoção da mobilidade elétrica, e no âmbito do concurso público do Grupo Câmara Municipal do Porto, a Águas do Porto, EM, recebeu 84 viaturas, das quais 50 são totalmente elétricas, 7 híbridas e as restantes a combustão e abriu ainda um concurso público para a construção de um estacionamento automóvel dotado de postos de carregamento elétrico dos veículos a que se soma o investimento para aquisição dos equipamentos de carregamento de viaturas elétricas e *software* de gestão.

No domínio infraestrutural, é de salientar o arranque da empreitada de requalificação da Avenida Fernão de Magalhães, entre a Praça Francisco Sá Carneiro e o Campo 24 de Agosto, que inclui a remodelação das infraestruturas hidráulicas nesta artéria da cidade, executada em parceria com a GO Porto, EM.

Também começaram em 2018 as obras de reformulação do Coletor Geral da Zona Norte e de reabilitação de infraestruturas em diferentes zonas da cidade, nomeadamente no Bairro S. João de Deus, na Praça Nove de Abril e nas ruas de Monsanto, Nova do Regado, Sol,

São Luís e Barão de Forrester, entre outras. As empreitadas transitadas do ano anterior avançaram igualmente a bom ritmo, destacando-se a construção do interceptor de Rio Tinto, a reabilitação dos reservatórios dos Congregados e do Bonfim e a remodelação do Pavilhão da Água.

No domínio da gestão dos bens patrimoniais, a Águas do Porto, EM, iniciou a obra de musealização da Galeria do Rio de Vila. Este projeto inclui a estruturação de um discurso interpretativo e de conteúdos para apoio à visita no troço entre a Estação de São Bento e o Largo de São Domingos, passando a integrar o Circuito Urbano da Água na cidade do Porto.

Para além disso merece destaque a reabertura ao público dos jardins e mata da Quinta de Nova Sintra. A devolução deste espaço verde aos portuenses, englobando a valorização artística e histórica de várias fontes e chafarizes antigos, constitui um contributo importante para a dinamização da zona oriental da cidade, eleita pelo Município do Porto como prioritária na sua estratégia de planeamento e investimento.

Na gestão operacional, o índice de água não faturada desceu para 17,7%, o que representa uma qualidade de serviço boa, de acordo com os valores de referência da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR). Para este resultado contribuíram as atividades de controlo ativo de perdas e de rápida intervenção na reparação de roturas e avarias, assim como os investimentos realizados na remodelação da rede de abastecimento de água e na renovação do parque de contadores. Outro pilar fundamental da redução das perdas de água é a pesquisa ativa de ilícitos.

A Águas do Porto, EM, foi reconhecida como uma referência nacional na deteção e no combate aos ilícitos e na tramitação dos consequentes processos contraordenacionais. Esta atuação contribui para a sustentabilidade económico-financeira da empresa uma vez que a redução do uso de água não autorizada implica a faturação e cobrança efetivas de todos os serviços prestados. Paralelamente, é uma via de promoção da justiça tarifária, possibilitando, com outras medidas, que o Porto aplique a segunda tarifa mais baixa entre os municípios da Área Metropolitana do Porto e os 20 concelhos mais populosos do País.

Neste ano, a qualidade da água distribuída na cidade do Porto foi novamente reconhecida pela sua excelência. A empresa foi uma das vencedoras do Selo de Qualidade Exemplar de Água para Consumo Humano, o que garante que 99,7% da água é controlada e de boa qualidade (água segura). Este galardão insere-se nos Prémios de Qualidade dos Serviços de Águas e Resíduos, promovidos pela ERSAR e pelo jornal Água&Ambiente.

A Águas do Porto, EM, aprovou, ainda, o Plano de Despoluição das Linhas de Água, que contempla a adoção de medidas mais concretas e incisivas, nomeadamente a intensificação da inspeção dos troços a céu aberto para deteção precoce de descargas indevidas, a

identificação de interligações entre as redes de águas residuais e pluviais tendo em vista a sua eliminação e a monitorização em tempo real com alertas para a ocorrência de anomalias. As linhas de água com atuação prioritária correspondem ao rio de Vila e às ribeiras da Asprela, da Granja e de Aldoar. O objetivo é melhorar significativamente a qualidade da água, de modo a que seja atingida a classificação “Boa” até ao final de 2022.

O Parque Central da Asprela, novo pulmão verde da cidade do Porto, deverá estar concluído no primeiro semestre de 2020, contemplando o controlo de cheias na ribeira da Asprela e a criação de um espaço paisagístico único com vários espelhos de água e soluções de atravessamento pedonal e ciclável.

O projeto une o Município do Porto, através da Águas do Porto, EM, a Universidade do Porto, proprietária do terreno situado entre a UPTec e a Faculdade de Desporto, e o Instituto Politécnico do Porto. A comunidade académica, constituída por alunos, docentes, investigadores e outros colaboradores, será a principal beneficiária do Parque Central da Asprela, abrangendo 30.000 indivíduos. Acrescem os utentes do Centro Hospitalar São João e do IPO e os passageiros da Linha Amarela do Metro do Porto.

No domínio da gestão da frente marítima, e no período em análise, o Porto manteve a Bandeira Azul e a Qualidade de Ouro em oito das suas praias, renovando ainda a distinção de Praia Acessível nas praias do Homem do Leme e do Carneiro. Comemoram-se, assim, onze anos consecutivos de atribuição da Bandeira Azul às praias da cidade na medida em que esta bandeira foi hasteada, pela primeira vez, na zona balnear do Homem do Leme em 2007.

Relativamente ao cumprimento dos critérios do programa Bandeira Azul, manteve-se o controlo analítico diário da qualidade da água das praias, a monitorização do estado de funcionamento e conservação dos equipamentos e serviços de apoio à prática balnear, assim como a prestação de informação ao público e o desenvolvimento de atividades de educação ambiental. “Lufada de Mar Fresco” foi o título da campanha de comunicação e sensibilização ambiental desenvolvida durante a época balnear de 2018, tendo o número recorde de ações desenvolvidas nas praias conduzido à premiação, pelo terceiro ano consecutivo, do Porto como “Município Mais Azul”.

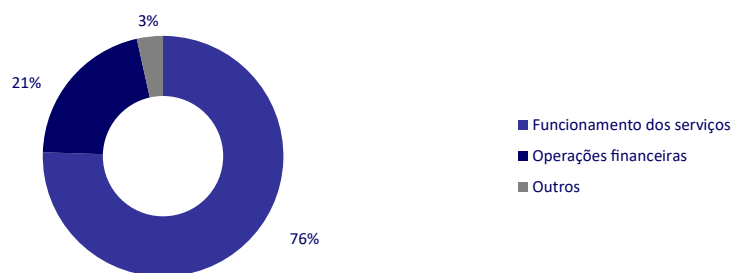
O enfoque na educação ambiental foi reforçado com a realização da quinta edição do Aquaporto, o maior festival de água e ciência do País. Ao longo de três dias passaram pelo Parque da Cidade, na envolvente do Pavilhão da Água, mais de 20 mil participantes. Sob o lema “Pelo Planeta, Mãos à Água”, este evento lançou um alerta global em relação às alterações climáticas e aos seus impactos, através de um programa com 130 experiências científicas, pedagógicas e lúdicas de acesso gratuito.

No âmbito do **bem-estar animal** foi iniciada a obra de construção do Centro de Recolha Oficial de Animais (CRO), que substituirá o velho canil do Porto e se perspectiva ver inaugurado durante o ano de 2019. Este Centro de Recolha localiza-se em Azevedo de Campanhã (ocupando uma parcela de terreno do Viveiro Municipal) e será uma estrutura moderna que vai oferecer condições de excelência para a recolha de canídeos e felídeos.

Foram estabelecidos contactos com associações zoófilas para estruturar apoio financeiro para implementação de programa CED (Captura-Esterilização-Devolução) em colónias de gatos do Concelho do Porto. Nesse contexto específico, o programa CED consiste em organizar e disciplinar uma rede de cuidadores informais, que cumpram um plano de gestão devidamente autorizado pelo Médico Veterinário Municipal, em que os animais capturados são esterilizados e devolvidos à colónia. Este método não visa perpetuar a permanência destes animais no espaço da colónia, nem tão pouco encorajar o aumento do número de indivíduos, mas apenas garantir que o número original vive de forma livre, sem doenças transmissíveis, controlando todos os gatos intrusos, e esgotando-se num tempo finito que compreende a esperança de vida dos indivíduos que compõem essa colónia.

Governância da Câmara

F. 5 - Governância da Câmara



A Governância da Câmara engloba os programas de Funcionamento dos serviços com 92 milhões de euros, Operações financeiras com 25,6 milhões de euros e Outros com 4,3 milhões de euros.

No âmbito do **Funcionamento dos serviços** a conjuntura económica da cidade e a pressão urbanística que se vem fazendo sentir implicou em 2018 o aumento da fiscalização, mantendo-se o foco nas obras particulares, intervenção na via pública e ocupação de espaço público.

Em 2018 foram comunicadas ao município 2.039 obras particulares, mais 400 que em 2017, na sua maioria situadas na área da União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória, seguindo-se Bonfim e depois Paranhos. Iniciou-se o acompanhamento de cerca de 2.400 obras e efetuaram-se 4.657 ações de fiscalização.

Deu-se seguimento a 376 pedidos de vistorias para efeitos de imposição de obras de conservação, tendo-se sido identificadas 192 situações passíveis de agravamento de IMI.

Em matéria de ocupação de espaço público foram efetuadas 6.545 ações de fiscalizações com elevada incidência em andaimes e tapumes colocados no âmbito de obras particulares em curso, sendo que nesta área de atuação a fiscalização caracteriza-se por ser maioritariamente preventiva, integrando o plano de fiscalização preventiva.

Na sequência de emissão de alvarás para intervenção na via pública (subsolo) foram efetuadas 2.444 ações de fiscalização, caracterizando-se também esta área de atuação por uma componente fortemente preventiva.

Ao nível da verificação das condições de salubridade de terrenos privados ou logradouros, foram abertos 372 novos processos e efetuadas 574 ações de fiscalização.

No domínio dos recursos humanos, o Município do Porto tem vindo a focar o seu investimento numa gestão mais estratégica, com foco nas melhores práticas, acima de tudo mais humanizada, transparente e centrada no desenvolvimento, satisfação e bem-estar dos trabalhadores.

Assim a Direção Municipal de Recursos Humanos deu início a um conjunto de iniciativas que materializaram a visão do Município para esta área.

Adotou uma política de valorização interna dos trabalhadores e evolução profissional, tendo concretizado a consolidação de 49 mobilidades intercarreiras e 93 mobilidades intercategorias.

Reforçou a sua política de valorização dos trabalhadores, adotando um foco na implementação imediata de todas as medidas que permitam a valorização dos trabalhadores. Em janeiro procedeu à aplicação das valorizações remuneratórias e respetivo pagamento, previstos na Lei do Orçamento de Estado para 2018, no que diz respeito à contabilização de pontos SIADAP e consequente notificação dos mesmos a um universo de mais de 3.000 trabalhadores. Foram abrangidos pela alteração de posicionamento remuneratório, pela contabilização de 10 ou mais pontos cerca de 1.900 trabalhadores.

Potenciou a política de transparência dando continuidade ao tratamento e divulgação de informação jurídica de interesse do trabalhador, designadamente em termos de alterações legislativas com impacto remuneratório.

No âmbito da motivação e bem-estar, implementou várias medidas nomeadamente, um programa de mobilidade que atende às necessidades individualizadas dos trabalhadores, potenciando as competências individuais, o bem-estar e motivação.

Com foco no bem-estar e transparência foi criada a linha “Trabalhador Mais” disponibilizando assim um canal de comunicação mais próximo, mais ágil e que responda de forma direcionada às necessidades dos trabalhadores.

Foi ainda implementado um projeto formativo que visa dotar os nossos líderes de competências na área da Saúde Mental, apoiando-os com ferramentas que permitam enquadrar as questões de Saúde Mental de forma mais adequada e positiva.

O Município reforçou o investimento na aprendizagem e no desenvolvimento das capacidades e competências dos seus trabalhadores, levou cabo a concretizou 535 ações de formação tendo alcançado uma abrangência de 69,37% de trabalhadores. De realçar que o Município assegurou a formação obrigatória para obtenção de certificados profissionais adequados ao desempenho das respetivas atividades profissionais.

Em termos de inovação e melhoria contínua organizacional o Município viu reforçado a sua política de gestão, com o reconhecimento renovado da conformidade do seu Sistema Integrado de Gestão em Qualidade, Recursos Humanos, Segurança e Saúde no Trabalho e Ambiental pelas normas NP EN ISO 9001:2015, NP 4427:2004, OHSAS 18001:2007 e NP 4397:2008 e NP EN ISO 14001:2015, tendo sido ainda destacado pelos auditores o elevado grau de envolvimento e compromisso do Município.

Destaca-se, ainda, no final de 2018 a integração da Cidade do Porto na Rede Urbact através do projeto Innovato-r, que irá permitir a transferência de um caso de Boas Práticas, procurando que o mesmo dê origem a uma aposta na inovação e no envolvimento e motivação dos Trabalhadores.

No domínio da gestão do pessoal a autarquia prosseguiu com as políticas e medidas centradas na racionalização e otimização dos recursos humanos, respeitado os limites de despesas de gestão de pessoal e o enquadramento legal vigente.

Em termos de inovação e melhoria contínua organizacional destaca-se a continuidade da certificação ao Sistema Integrado de Gestão nos referenciais normativos já implementados, tendo sido destacado pelos auditores o elevado grau de envolvimento e compromisso do Município.

Destaca-se, ainda, no final de 2018 a integração da Cidade do Porto na Rede Urbact através do projeto Innovator, que irá permitir a transferência de um caso de Boas Práticas, procurando que o mesmo dê origem a uma aposta na inovação e no envolvimento dos trabalhadores.

Durante o ano de 2018, levaram-se a cabo várias ações de recrutamento, com vista a reforçar a capacitação interna, designadamente nas áreas de segurança das pessoas (Policias Municipais), bem como nas demais áreas de intervenção do Município.

Através da Direção Municipal da Presidência e nas atribuições das relações internacionais e de protocolo, mantém-se o funcionamento na esfera do Europe Direct Information Centre que todos os anos contacta com milhares de jovens, dando a conhecer as problemáticas europeias.

No âmbito do apoio aos órgãos autárquicos realça-se a alteração ocorrida em setembro de 2018 com a criação das Divisões Municipais de Apoio à Câmara Municipal e de Apoio à Assembleia Municipal.

No Apoio à Câmara Municipal destacam-se as atividades conducentes à realização das 29 reuniões do Órgão Executivo, a preparação e organização de 9 reuniões dos Conselhos Municipais (Economia, Educação, Juventude, Cultura, Segurança e Ambiente), o serviço de atendimento telefónico dos Paços do Concelho, a divulgação de informação da Autarquia, nomeadamente através do Boletim Municipal Eletrónico (685 documentos em 52 boletins), da divulgação por correio eletrónico e publicação no Portal do Colaborador (327 documentos) e do envio para publicação em Diário da República (16 atos).

Foram ainda asseguradas as competências a transitar para a Divisão Municipal de Secretaria Geral com o tratamento e encaminhamento de 51.498 mensagens recebidas na Conta Institucional Geral do Município, a gestão do Expediente (11.700 registos e 5.517 protocolos) e a Expedição Postal (95.911 cartas).

No Apoio à Assembleia Municipal realçam-se as atividades que permitiram a realização das 18 sessões do Órgão Deliberativo, bem como a preparação e organização de 35 reuniões das diferentes Comissões (Consultiva de Apoio à Mesa, Acompanhamento do PDM, Acompanhamento da Toxicodependência e Comissão Eventual). Foram também assegurados o tratamento e encaminhamento de 32 pedidos dos Grupos Municipais, a divulgação de 68 documentos e 542 atividades culturais, aos Membros da Assembleia e a resposta a 22 sugestões de Municípes endereçadas diretamente àquele Órgão.

Através do Departamento Municipal de Comunicação e Promoção (DMCP), com a missão de gestão da comunicação interna e externa da autarquia, sustentada no princípio de uma política de melhoria contínua da imagem do universo institucional, executivo, presidente e da

cidade, destaca-se a publicação de anúncios obrigatórios, a assessoria de imprensa, a aprovação dos pedidos de material promocional interno e externo, a produção, a edição e a divulgação de conteúdos (vídeo, fotografia e texto), a informação assegurada aos cidadãos e aos media nos vários canais (site, portal de notícias e jornal Porto.), nas redes sociais (Facebook e Youtube) e através da App Porto.

Em 2018, a aposta passou pela maximização da capacidade de divulgação e cobertura de eventos, iniciativas e projetos desenvolvidos pelo Município do Porto. Para tal, foi fundamental o reforço da utilização do Portal Agenda DMCP por parte das unidades orgânicas e empresas municipais, que realizaram o registo de 786 atividades (dobro de registos efetuados em 2017), tendo sido divulgadas 363 atividades.

No centro da estratégia comunicacional esteve, também, a disponibilização da informação mais recente e oportuna das várias Unidades Orgânicas no portal institucional da Câmara do Porto www.cm-porto.pt. Destaca-se, em particular, a adaptação e atualização do menu Comércio e Turismo, que facilita agora o acesso, por parte do cidadão, à informação sobre os programas e atividades de interesse particular para a cidade, no âmbito da proteção do seu património cultural e comercial e das estratégias que afirmam a cidade enquanto destino turístico sustentável. Integrados nesse projeto, realçamos os submenus: Porto Film Commission, Taxa Turística, Porto de Tradição e/ou Feiras e Mercados.

Com a entrada em vigor do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD), desenvolveram-se novos procedimentos de comunicação, criando-se ferramentas que permitem ao Município ir ao encontro dos desígnios da legislação aplicada. Nesse sentido, foram inseridos no *site* institucional, no portal de notícias e na APP “Porto.” os menus: “Política de Privacidade” e “Política de Cookies”. Em ambos, o cidadão tem acesso aos dados pessoais que o Município recolhe, às finalidades da sua utilização, aos princípios que orientam esta utilização e aos direitos que assistem aos cidadãos/titulares desses mesmos dados.

Em resultado da entrada em vigor do novo Regulamento e em cooperação com o Departamento Municipal de Sistemas de Informação, procedeu-se à reorganização e centralização de todo o processo de envio de Newsletters, sendo que, atualmente, todas as campanhas do universo do Município são validadas pelo DMCP e enviadas pela mesma plataforma, garantindo a uniformização da imagem e a legalidade das bases de dados utilizadas.

Sobre o portal institucional (www.cm-porto.pt), realçamos o aumento do número de visualizações de página, que em 2018 foi de 2.849.574.

Nesta ano publicaram-se, em média, no portal www.porto.pt, 1.075 notícias por trimestre,

tendo sido registadas 3.474.967 de visualizações de página durante o ano, o que permite atestar a estratégia comunicacional utilizada que pretende vincular, cada vez mais, o portal como canal de informação sobre o Porto e não apenas sobre o universo municipal, com capacidade de gerar impacto direto nos utentes da cidade, mas também na esfera mediática, tornando-se uma fonte fidedigna junto dos principais órgãos de informação.

Nas redes sociais Facebook CMP e “Porto.” o número de visualizações de página, face ao mesmo período do ano anterior (59.543 em 2017; 74.991 em 2018), mostra um crescimento exponencial revelador do desenvolvimento contínuo de distintas formas de atuação nestes canais. Na rede Youtube atesta-se a consolidação da página e conteúdos divulgados, tendo sido registado um tempo total de visualização de 884.203 minutos.

Com um papel fundamental junto das diversas unidades orgânicas no desenvolvimento de planos e estratégias de comunicação orientadas e integradas, quer para os serviços facultados quer para as iniciativas que exigiram uma comunicação externa adaptada realça-se o apoio na execução e divulgação do Plano de Mobilidade em eventos como o São João e a Passagem de Ano. Neste contexto, salienta-se ainda a execução de diversos materiais de divulgação dos serviços facultados pelo Departamento Municipal de Turismo e Comércio e o apoio no desenvolvimento criativo de diversas campanhas promovidas pelo Pelouro da Habitação e Coesão Social.

Apoiou-se, também, a divulgação de 233 eventos do universo municipal, co-produções, parcerias e algumas situações de carácter solidário e/ou social, evidenciando: Campanha Anda, Primavera Sound, São João, Passagem de Ano, 86º Aniversário do Teatro Municipal Rivoli, QSP SUMMIT, Cultura em Expansão, Dia Nacional dos Centros Históricos, Festival DDD e Feira do Livro, entre outros.

Realizou-se ainda a produção de vídeos onde foram desenvolvidos conteúdos temáticos que promovem e dão a conhecer as mais diversas atividades da cidade, tais como, Inauguração da iluminação de Natal 2018, Rei dos Belgas diz que a chave da cidade do Porto é passaporte para o sucesso, Espetáculo piromusical do S João do Porto 2018, São João: o Porto em festa, NOS Primavera Sound para toda a família, WRC na Porto Street Stage 2018, Futebol Clube do Porto foi recebido em festa nos Aliados, Cortejo Queima das Fitas 2018, Essência do Vinho 2018 com 3.000 vinhos à prova.

Concretizaram-se, de igual modo, diversas reportagens abordando as mais variadas temáticas, de manifesto interesse público, com destaque para, Mercados de Natal no Porto, Exposição Bomba Atómica Hiroxima e Nagasaki na Câmara do Porto, Qual a formação à medida do seu negócio?, Faça a sua refeição no Mercado Temporário do Bolhão, Festa da Criança no Parque de São Roque, Casa do Infante, Nova zona de segurança e mobilidade

junto ao externato das Escravas do Sagrado Coração de Jesus, Abriu o novo "Pallco" para o mundo no Porto, Faça as suas compras no Mercado do Bolhão, Museu Romântico e ainda a reportagem sobre o Projeto Residências Partilhadas.

No domínio da auditoria interna, continuou a assegurar-se o Conselho Municipal de Finanças, a monitorização da implementação das medidas de mitigação dos riscos de gestão, salvaguardou-se a participação da Autarquia na consulta pública promovida pela Transparência e Integridade Associação Cívica, em sede de revisão dos indicadores referentes ao Índice de Transparência Municipal, garantiu-se a atualização do seu centro documental e acompanharam-se os trabalhos de diagnóstico e adaptação dos tratamentos de dados no Município, para cumprimento do Regulamento Geral de Proteção de Dados.

Ao nível da sua atividade principal, destaca-se a conclusão da Auditoria de Seguimento às Execuções Fiscais; a realização do Levantamento dos veículos operacionais afetos ao BSB; a definição da estratégia para acompanhamento e avaliação operacional da Norma de Controlo Interno, a realização do *follow-up* à Prestação de serviços de assessoria jurídica e representação judicial à GOP, EM, a avaliação do tratamento das reclamações, relativas à Câmara Municipal do Porto, através do Portal da Queixa, a participação na melhoria do processo de acompanhamento da execução dos contratos interadministrativos e dos acordos de execução celebrados com as Freguesias, a revisão do Painel de Bordo do Conselho Municipal de Finanças e da sua metodologia, a conclusão do Plano de Prevenção dos Riscos de Gestão, incluindo os Riscos de Corrupção e Infrações Conexas e a elaboração do respetivo relatório anual de execução para envio ao Conselho de Prevenção da Corrupção, bem como aos órgãos de tutela e controlo.

Com a criação da Direção Municipal de Serviços ao Munícipe, que ocorreu com a última alteração à macroestrutura do Município, enfatizou-se uma vez mais a preocupação e o foco no Munícipe. Visou-se não apenas satisfazer as necessidades e expectativas do munícipe, mas antecipar essas mesmas necessidades e expectativas, prestando-lhe um serviço que iguale as melhores práticas internacionais. Pretendeu-se, assim e a partir dos serviços já existentes de atendimento (via Gabinete do Munícipe (GM)), encarar o paradigma de uma nova geração, incrementando e promovendo a agilidade de processos, a rapidez de tramitação e as garantias de segurança e qualidade.

Desta forma, deu-se mais um passo positivo, firme e consequente para alcançar uma autarquia mais eficaz, que sirva bem os cidadãos e as empresas, à altura do que se projeta para uma Administração Pública moderna e inovadora.

Através das suas três áreas funcionais – o Arquivo Geral, o Atendimento e a Secretaria Geral – potenciaram-se as condições necessárias para a operacionalização do projeto de

desmaterialização administrativa almejado pelo Executivo Municipal.

Na senda da implementação de novos serviços no GM, disponibilizaram-se na hora e online os serviços Emissão de planta topográfica e Emissão de planta de localização e ainda a possibilidade de consulta e prestação de informações, na hora, sobre o cadastro dos imóveis municipais.

Facultou-se também aos munícipes a possibilidade de marcação de consultas de aconselhamento jurídico na hora com a Associação de Inquilinos e Condóminos do Norte de Portugal, bem como a possibilidade da cobrança de valores nos postos de atendimento através de Terminais de Pagamento Automático (TPA).

Foi ainda disponibilizado ao público um posto da Polícia Municipal no GM, onde o munícipe passa a poder tratar de vários assuntos: receção de autos de contraordenação de trânsito por denúncia; pagamento de contraordenações e devolução de documentos; identificação do condutor para elaboração de contraordenação; apresentação de documentos e pagamentos de contraordenações.

Com o intuito de melhor responder aos anseios dos cidadãos e de promover o seu envolvimento e participação cívica no desenvolvimento da cidade, consolidaram-se os trabalhos de concetualização do projeto Gestor de Ocorrências (futuramente, através de uma plataforma digital, aplicação móvel ou *website*, os cidadãos poderão usufruir de um serviço otimizado e interativo para comunicar problemas e ocorrências na via pública).

Também foi realizado *benchmark* com a Linea Madrid (Espanha), que integra a Direção Geral de Transparência e Atenção ao Cidadão e que disponibiliza vários canais de atendimento aos seus cidadãos (Linha de atendimento telefónico – 010; Lojas de atendimento presencial; Plataforma online - Madrid.es; Twitter; Facebook), no âmbito do projeto de criação do NUC – Número Único de Cidade (número de telefone, curto e de fácil memorização cujo objetivo é facilitar o relacionamento do cidadão com a autarquia em matérias que impliquem procedimentos administrativos - informações sobre a Carta de Serviços da autarquia ou sobre o andamento de processos -, reportes de ocorrências ou, simplesmente, obter uma informação sobre a cidade).

Ao nível interno, procedeu-se à externalização do atendimento telefónico da área do urbanismo e, com o propósito de se melhorar a articulação e a comunicação entre os serviços de *frontoffice* e *backoffice* do Gabinete do Município, foi desenvolvida e implementada a metodologia Kaizen.

No ano 2018 a procura do atendimento multicanal do Gabinete do Município registou 172.871 atendimentos no canal presencial (164.469 em 2017), 121.907 chamadas no canal telefone (95.437 em 2017) e 28.169 formulários submetidos no canal *online* (20.602 em

2017), perfazendo um total de 322.947 atendimentos.

De salientar que, pela primeira vez, os canais de atendimento à distância - o canal *online* e telefone (cujo aumento em relação ao período homólogo foi de 36,73% e 27,74 %, respetivamente) superaram o crescimento da procura em comparação com o atendimento presencial (cujo aumento foi de 5,11% face a 2017).

Em termos do arquivo geral o objetivo tem sido o da gestão integrada do sistema de informação do Município, com atualização e melhorias constantes. O tratamento técnico arquivístico visa aumentar e melhorar a oferta de informação nos instrumentos de pesquisa (GISA e GISAWeb), tornando-os mais eficazes e de acesso livre e universal. A disponibilização *online* de descrições e objetos digitais pretende possibilitar o acesso remoto, conservando simultaneamente os originais. Neste âmbito promoveu-se a organização, o acesso e a difusão de informação, deu-se continuidade às atividades-chave, procedendo-se à incorporação (310 metros lineares), ao recenseamento, descrição e indexação de documentos/processos (52.000 registos descritivos, 5.000 com objetos digitais), bem como à avaliação (270 metros lineares) e eliminação de documentos (100 metros lineares). Contribuiu-se para a simplificação e desmaterialização de procedimentos, tendo sido desmaterializados 11.000 processos, com produção de 295.000 imagens.

No âmbito da atuação dos Sistemas de Informação do Município do Porto, 2018 foi um ano de reorganização destes serviços com o objetivo de servir internamente a estrutura do Município e do Universo Municipal de uma forma mais eficaz, face às necessidades constantes de apoio ao nível das TI e da disponibilização de serviços *online*, tendo sido incorporadas novas competências. Destaca-se a gestão de informação de modo a responder, de forma transversal, aos novos desafios de recolha, tratamento, disponibilização e análise de informação (IoT, OpenData, BigData, BI, Georreferenciação entre outros), a definir as estruturas de dados do Município e a assegurar a implementação de ferramentas de apoio à tomada de decisão dos órgãos de gestão.

A criação da Divisão Municipal de Suporte e Manutenção permitiu e possibilitou responder de forma mais eficiente ao crescente número de pedidos de serviço e incidentes por forma a garantir uma melhor gestão do parque informático, com a elaboração de um plano plurianual de substituição de equipamentos e melhor adequação dos equipamentos ao perfil de utilização.

No ano de 2018 prestou-se suporte a 2.055 utilizadores e 2.667 computadores pessoais distribuídos por 94 locais no concelho do Porto, às 102 aplicações que apoiam as diversas áreas de negócio da autarquia e a 190 servidores físicos e virtuais. Na atividade diária foram registados e resolvidos 10.498 pedidos de serviço e incidentes num total de 30.736 horas.

Durante este período manteve-se a aposta no Portal de Gestão da Autarquia, foram desenvolvidos e disponibilizados novos indicadores no âmbito da Gestão Urbanística e do Atendimento ao Múncipe, realizadas reuniões de análise para desenvolvimento de indicadores na área de Fiscalização de Elevadores e da Taxa Municipal Turística, realizadas alterações e melhorias nas áreas da Fiscalização, Contraordenações e Ambiente e concluiu-se a migração dos Dashboards para Power BI.

Foram colocadas em produção duas novas aplicações informáticas: Gestão de Fundo de Maneio para a área financeira e Gestão da Taxa Turística para o Pelouro da Economia, Turismo e Comércio.

Efetuuou-se um conjunto de intervenções na infraestrutura de rede em diversos edifícios do município das quais se salientam pela complexidade a instalação da rede estruturada nas novas instalações da CPCJ Oriental e nas instalações da Polícia Municipal no Silo Auto. No Rivoli - Teatro Municipal do Porto foi dado o primeiro passo com a instalação do “core” da futura rede que será previsivelmente instalada em 2019.

A continuidade do projeto de Segurança foi relevante, prosseguindo-se a consolidação do trabalho iniciado no ano anterior com a instalação das “firewalls de nova geração” e o sistema e controlo de acesso à rede.

O projeto de Monitorização de Rede e de Sistemas foi um projeto de grande impacto tendo-se instalado um sistema capaz de monitorizar equipamentos e aplicações, enviar notificações em caso de anomalias e gerar relatórios onde possam ser aferidos quais os recursos utilizados pelos sistemas, bem como tempos de indisponibilidade por forma a garantir o cumprimento do serviço de qualidade que se pretende prestar.

No âmbito do processo municipal de compras continua a merecer relevância a evolução da plataforma eletrónica, que permitiu ganhos significativos de produtividade, com destaque para a área de gestão do contrato.

Nesta matéria o modelo global de gestão do contrato foi consolidado, cobrindo todas as etapas e transações que lhe estão associadas. A ferramenta eletrónica de suporte permitiu simplificar, centralizar e fiabilizar a informação.

A figura do gestor do contrato, em uso no município há alguns anos, passou a merecer previsão legal no art.º 290.º A, aditado ao CCP na redação que entrou em vigor a 1 de janeiro de 2018.

Tendo em conta a inovação legislativa e para facultar melhores competências aos gestores e contratos municipais, foram ministradas 9 ações de formação que envolveram 139 participantes internos.

A incorporação de novas funções na plataforma, aperfeiçoamento das existentes ou eliminação das que se mostrem redundantes, permitiu, desde 2013 e até 2018, uma redução nos tempos de execução de tarefas associadas à formação dos contratos de 20%.

Na área das compras públicas desenvolveu-se ainda um fórum temático para debater a Gestão de contratos – o impacto nos setores público e privado, que contou com 7 oradores, representantes de várias entidades públicas e privadas, bem como de origem nacional e internacional. Este debate recebeu a assistência de 169 participantes, oriundos de 102 entidades, das quais 62 privadas e 40 públicas.

No domínio da gestão da receita municipal destacam-se duas iniciativas que constituíram alterações significativas ao nível da criação de fontes de financiamento da atividade municipal, bem como no que concerne ao reforço dos poderes tributários do município.

A primeira prende-se com liquidação e cobrança da Taxa Municipal Turística, decorrente da entrada em vigor do Regulamento da Taxa Municipal Turística do Porto em 1 de março de 2018. Desde então os empreendimentos turísticos e estabelecimentos de alojamento local da cidade do Porto têm assegurado a cobrança desta taxa municipal, promovendo mensalmente à entrega do produto dessa cobrança ao município.

Para o efeito, foi implementada uma solução informática específica adaptada às especificidades das regras do Município do Porto, que permite o registo destas entidades e seus estabelecimentos, bem como constitui a plataforma de suporte ao registo das dormidas nestes estabelecimentos e à entrega do produto da cobrança desta taxa municipal ao município, tendo sido disponibilizados o seu manual de utilização, bem como as perguntas frequentes (FAQs). Para além da formação interna aos restantes serviços municipais, foi também instalado um canal de atendimento telefónico específico a funcionar na Divisão Municipal de Receita na componente financeira, para além da vertente de atendimento associado ao registo de entidades e estabelecimentos que se encontra assegurado pelo Departamento Municipal de Turismo e Comércio. Desde o início de abril foram recebidos e tratados, nesta área das Finanças, 2.650 telefonemas, com a duração média de 5:52 minutos cada.

No ano 2018 a cobrança desta receita municipal turística ascendeu a 8,2 milhões de euros, e a liquidação a 8,8 milhões de euros, com a emissão de 21.907 faturas.

No sentido de reforçar a autonomia financeira dos municípios, por via do alargamento dos seus poderes tributários, prevista na LOE para 2017, foi aprovado o Regulamento Municipal de Isenções de Impostos Municipais do Município do Porto, que estabelece um conjunto de normas que preveem isenções de impostos, designadamente de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) e Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT), que

visam promover a revitalização da malha urbana do Concelho do Porto, como incentivos ao desenvolvimento do mercado de arrendamento com renda acessível para fins habitacionais, à habitação própria e permanente na cidade do Porto, à fixação de residência de famílias e jovens, nomeadamente nas áreas de reabilitação urbana do Centro Histórico, da Baixa, da Lapa, do Bonfim e de Massarelos, e à reabilitação do edificado urbano.

No âmbito da gestão de tesouraria, releva-se a introdução do cartão pré-pago no ano de 2018. Este projeto introduzido com o intuito de diminuir a circularização de moeda nos serviços municipais e permitir a utilização de pagamentos eletrónicos, terminou com 92 fundos de maneo em cartão pré-pago num total de 104 fundos atribuídos, permitindo assim uma diminuição da circulação de moeda na ordem dos 77%, nos serviços municipais. A forma fácil e prática de efetuar o pagamento permitiu também uma gestão mais eficaz dos recursos de tesouraria.

Na área da gestão financeira e orçamental e no âmbito do projeto de melhoria contínua, com a colaboração do Instituto Kaizen, deu-se continuidade ao projeto de melhoria do processo da despesa, que se implementou em março num novo espaço e com o conceito de célula de trabalho em fluxo. A redução do lead time de resposta, desde a entrada da fatura até à emissão da ordem de pagamento, foi de 18,5%, com um aumento da produtividade da equipa de 14,6%, pese embora o aumento de processos de despesa decorrentes, entre outros, pela entrada em vigor da Taxa Municipal Turística e do consequente pagamento da comissão de cobrança às entidades (hotéis e alojamentos locais).

Ainda neste domínio e ao longo do ano 2018, destacam-se dois projetos em articulação com a Divisão Municipal de Inventário e Cadastro, com o objetivo de eliminar a reserva existente na Certificação de Contas do Município, no tocante à inventariação e valorização dos bens que incorporam as imobilizações corpóreas e os bens de domínio público, assim como a identificação do imobilizado associado aos subsídios para investimento.

Das ações realizadas, salienta-se a inventariação e avaliação dos terrenos, edificados e outras construções que não constavam do sistema de Informação e Cadastro (SIC), a conciliação de saldos entre o SIC e o Sistema de Contabilidade Autárquica (SCA), e no tocante aos proveitos diferidos e na sequência do processo de conciliação do cadastro de imobilizado, foi possível identificar o ativo imobilizado associado aos subsídios para investimento que ainda se encontravam por conciliar.

No âmbito da gestão do património, manteve-se a consolidação do projeto SICadPorto (Sistema de Inventário e Cadastro do Município do Porto), ferramenta estratégica para a gestão da propriedade imobiliária municipal, com componentes gráficas (georreferenciação) e alfanuméricas (base de dados relacional) associadas, que assentam na caracterização da

propriedade, desde o histórico à situação atual dos bens. Desde o início do projeto, em 2012, e até ao final de 2018, foram georreferenciados 4.243 processos de cadastro, que contribuíram para um grau de execução do projeto na ordem dos 55%.

No domínio da Gestão de Fundos Europeus as principais atividades centraram-se na pesquisa de fontes de financiamento, na preparação e instrução dos processos de candidatura a financiamento externo e na monitorização da execução dos projetos com financiamento externo.

No âmbito da pesquisa e divulgação de linhas de financiamento, foram efetuadas pesquisas a 66 *links* de Programas Europeus, Programas Nacionais e outros Instrumentos de Financiamento que resultaram em 107 divulgações de apoio à atividade municipal.

A informação dos projetos associados às Unidades Orgânicas, que exigiu uma recolha de informação junto dos serviços, permitiu criar uma bolsa com 107 projetos, que carecem de atualização permanente para enquadramento em possíveis linhas de financiamento.

A preparação e instrução dos processos de candidatura a financiamento externo envolveu um trabalho de análise das condições de admissibilidade e elegibilidade dos projetos, da informação a recolher e sistematizar e dos documentos a associar, de articulação com os serviços e de orientação e acompanhamento, tendo sido submetidas 25 candidaturas a diferentes linhas de financiamento, com um investimento de 12,9 milhões de euros, e uma participação externa de 11,1 milhões de euros. Foram aprovadas 19 candidaturas no montante de 39,1 milhões de euros de investimento elegível e uma participação de 32,9 milhões de euros.

Paralelamente efetuou-se a monitorização da execução dos projetos com financiamento externo (acompanhamento da execução física e financeira), tendo sido realizados os bilhetes de identidade das candidaturas aprovadas, que resumem toda a informação física e financeira da candidatura e que suportam o planeamento da gestão bem como a sua monitorização. No âmbito do Portugal 2020 e da Comissão Europeia foram apresentados 99 pedidos de pagamento a programas de financiamento, com um investimento de 2,2 milhões de euros. Decorrente dos pedidos de pagamento apresentados, que incluem alguns submetidos ainda em 2017, e adiantamentos, a receita arrecadada em 2018, proveniente de candidaturas, foi de 3,3 milhões de euros.

No que concerne aos Serviços Jurídicos, tendo por objetivo central a prestação de um serviço que garanta a conciliação do rigor e segurança jurídicas com a celeridade hoje exigida ao Município do Porto, durante o ano de 2018 implementou-se o Projeto de Melhoria Organizacional “Serviços Jurídicos à Moda do Porto.”, baseado nas boas práticas do Kaizen diário, com o objetivo de: contribuir para um Serviço Público de qualidade, melhorar os

processos e aumentar a eficácia.

Com o envolvimento de toda a equipa interna e tendo como foco central os clientes, este Projeto teve por principais efeitos: a reorganização dos espaços de trabalho, a normalização de documentos, a revisão dos indicadores e a implementação de ferramentas de gestão que permitiram criar condições mais favoráveis para a prestação de um serviço jurídico que garanta os níveis de qualidade e eficácia necessários à atuação do Município.

A Direção Municipal de Serviços Jurídicos foi também reestruturada, criando-se um novo Departamento, o Departamento Municipal de Apoio à Contratação e às Empresas Participadas, com o objetivo de garantir uma assessoria jurídica especializada no âmbito da contratação do Município e a articulação entre todo o Grupo Municipal.

No âmbito da Assessoria Jurídica, foi implementado um projeto de assessoria de proximidade, identificando-se pontos focais para as diferentes unidades orgânicas de modo a garantir a prestação de uma assessoria jurídica mais imediata e integrada com a realidade de cada serviço.

Foram emitidos 1.226 pareceres jurídicos, o que corresponde a um aumento de produção de 37% relativamente ao ano anterior. As principais matérias objeto de parecer jurídico foram as matérias urbanísticas (22%) e de finanças e património (27%).

Foram validadas previamente todas as propostas submetidas ao Executivo Municipal e foi divulgada diariamente legislação de interesse no âmbito da atividade municipal e promovidos diversos estudos jurídicos, salientando-se o estudo que fundamentou a apresentação da proposta de alteração legislativa concernente ao exercício do direito de preferência pelo Município.

Em 2018, manteve-se a participação no grupo de trabalho municipal criado no âmbito do Novo Regulamento Geral sobre Proteção de Dados.

Foi ainda garantida a assessoria jurídica ao nível da revisão e interpretação do Código Regulamentar do Município do Porto, do Regulamento da Movida, Regulamento da Taxa Municipal Turística e do Regulamento “Porto de Tradição” e também de *dossiers* e projetos transversais à Autarquia.

Em matéria de contencioso, garantiu-se a representação judicial em 127 novos processos de contencioso administrativo, 14 novos processos de contencioso tributário e 14 processos de natureza penal, num número de novos processos semelhante ao do ano anterior.

O Município foi notificado de 71 sentenças, sendo 51 dessas sentenças favoráveis à autarquia, o que corresponde a uma taxa de sucesso de 71%.

Para além da assessoria jurídica no âmbito dos processos de formação de contratos ao abrigo do Código dos Contratos Públicos, foi garantido o acompanhamento e promoção dos processos de notariado, com a realização de 65 escrituras públicas, o que corresponde a um aumento de 100% relativamente ao ano anterior.

Foi também garantida a articulação com o Tribunal de Contas com o envio para visto de 44 novos processos.

No contexto do novo Departamento de Apoio às Empresas Municipais foi promovida a articulação entre o Município e aquelas empresas com a identificação de pontos focais que garantem a harmonização de procedimentos e entendimentos nas diferentes áreas de aplicação transversal no Grupo Municipal.

Ao nível da cobrança coerciva dos débitos ao município e da instrução dos processos contraordenacionais, foram instaurados 11.024 processos de execução fiscal e 1.862 processos de contraordenação, tendo-se cobrado 1,8 milhões de euros neste âmbito.

Realça-se também a participação num grupo de trabalho constituído pela DMSJ, DMFP e DMSI, que desenvolveu o Projeto de Melhoria Organizacional “Da Constituição da Dívida à Cobrança Coerciva”.

Tendo em vista a promoção da cultura jurídica no Município, foram ministradas 10 Ações de Formação pelos técnicos superiores da Direção, num total de 248,5 horas, que tiveram por objeto o Código dos Contratos Públicos, o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, Código do Procedimento Administrativo, a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas e o Sistema de Gestão Integrada de Contraordenações.

Sendo a proteção de dados pessoais um tema transversal ao exercício das atribuições/competências municipais, foi criado, na última alteração da estrutura orgânica do Município do Porto, o Departamento Municipal de Proteção de Dados com a missão de adequar a atividade municipal ao cumprimento das regras do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados, Reg. (EU) 2016/679, que entrou em pleno vigor no 25 de maio de 2018 e que alterou substancialmente o modelo de regulação neste domínio e a forma de *compliance* das regras de proteção de dados por parte das organizações.

Assim, até maio de 2018, procedeu-se à identificação dos tratamentos de dados existentes no Município do Porto, tendo sido subsequentemente preparados planos de ação para as áreas identificadas como prioritárias (educação, desenvolvimento social, RH, videovigilância, newsletters, georreferenciação de veículos, Gabinete do Município, execuções fiscais e contraordenações), preparadas minutas e *templates* específicos para a proteção de dados, elaborada e publicitada a política de privacidade do Município, criada uma área proteção de

dados no *site* institucional, e ainda procedido à elaboração de PIA's (Avaliações de Impacto da Privacidade) das áreas identificadas como prioritárias.

Durante o ano foram articuladas boas práticas e orientações com as empresas municipais, numa ótica de maximização de recursos, bem como com a Associação Porto Digital nos projetos desenvolvidos por esta associação em nome do Município do Porto.

Destaca-se ainda a realização de ações de esclarecimento sobre o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados ministradas às Juntas de Freguesia e aos Agrupamentos de Escolas e Escolas Profissionais da cidade.

No âmbito do novo quadro legal, aplicável aos organismos públicos, foi também nomeado o Encarregado de Proteção de Dados do Município do Porto, a quem incumbe, nomeadamente: informar e aconselhar o Município e os seus trabalhadores sobre as obrigações decorrentes do aludido regulamento; esclarecer os titulares de dados sobre as questões relacionadas com o tratamento dos seus dados pessoais e com os direitos que lhes assistem enquanto titulares de dados; e ser o ponto de contacto e articulação com a autoridade de controlo (Comissão Nacional de Proteção de Dados).

III. RELATÓRIO FINANCEIRO

ANÁLISE ORÇAMENTAL

1. Principais destaques

Q. 2 – Indicadores

Indicador	2016	2017	2018
Receita			
Variação da receita total	26,9%	2,7%	12,0%
Receitas correntes / Receitas totais	67,9%	66,4%	67,3%
Variação das receitas correntes	20,1%	0,4%	13,6%
Receitas fiscais / Receitas correntes	63,8%	67,9%	74,7%
Receitas correntes cobradas / Receitas correntes orçadas	108,0%	113,3%	123,9%
Receita total / receita orçada	103,0%	115,1%	115,8%
Despesa			
Variação da despesa total	24,7%	-7,3%	19,0%
Despesas correntes / Despesa total	62,9%	71,3%	61,4%
Variação das despesas correntes	5,2%	5,2%	2,4%
Despesas com pessoal / Despesas correntes	47,2%	48,1%	50,0%
Despesas correntes executadas / Despesas correntes orçadas	85,0%	86,3%	86,6%
Despesa total / Despesa orçada	78,1%	78,8%	84,2%
Equilíbrio orçamental e Dívida			
Saldo corrente / Receitas correntes	29,8%	26,4%	33,7%
Serviço da dívida / Receitas correntes	27,9%	1,9%	11,8%

Os rácios orçamentais registam, em 2018, valores que demonstram que se continuou a manter um efetivo controlo do orçamento.

A receita total regista um acréscimo de 33,6 milhões de euros, relativamente ao ano de 2017. Para este acréscimo contribuem o aumento das receitas correntes de 25,3 milhões de euros, as reposições não abatidas aos pagamentos com uma variação positiva de 28,6 mil euros, o saldo da gerência anterior com um aumento de 22,4 milhões de euros, e a redução das receitas de capital de 14,1 milhões de euros.

As receitas fiscais, que continuam a ser as receitas com peso mais significativo nas receitas correntes, revelam-se também as receitas que mais contribuíram para o acréscimo das receitas correntes, quando comparadas com 2017.

Ao nível das despesas totais verifica-se, no ano em apreço, um acréscimo de 19%, por força do aumento de 3,3 milhões de euros das despesas correntes e de 33 milhões de euros das despesas de capital.

A variação positiva nas despesas correntes ocorre nas rubricas de despesas com pessoal, juros e outros encargos, transferências correntes, subsídios e outras despesas correntes, registando-se uma redução na aquisição de bens e serviços.

A taxa de execução da receita do Município, bem como a taxa de execução da despesa, são demonstrativas do princípio de rigor e prudência nos pressupostos enunciados na preparação do orçamento.

O acréscimo mais significativo do saldo corrente face ao aumento verificado na receita corrente faz com que o rácio que lhe está associado aumente face ao ano anterior.

O aumento do serviço da dívida, por força da amortização antecipada de empréstimos bancários, associado ao acréscimo menos significativo das receitas correntes justifica o aumento de 9.9 p.p. no respetivo rácio.

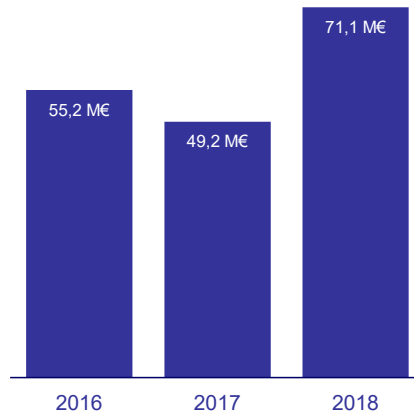
2. Equilíbrio orçamental

Q. 3 - Regras orçamentais de equilíbrio

Designação	2018	2017	Variação
	€	€	17-18
Poupança corrente	71.129.160	49.151.358	44,7%
Equilíbrio orçamental - excedente anual	69.385.033	45.550.948	52,3%
Saldo global efetivo	104.585.071	86.603.417	20,8%
Saldo global primário	104.869.429	86.795.864	20,8%

O princípio do equilíbrio orçamental, consagrado no ponto 3.1.1 do POCAL, estabelece que o orçamento deve prever os recursos necessários para cobrir todas as despesas e ainda que as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes. A execução do orçamento do Município do Porto cumpre este princípio orçamental, com a formação da poupança corrente a financiar as despesas de capital. Em 2018, a poupança corrente foi de 71,1 milhões de euros, significativamente superior aos 15,3 milhões de euros previstos no orçamento inicial.

F. 6 - Evolução da poupança corrente



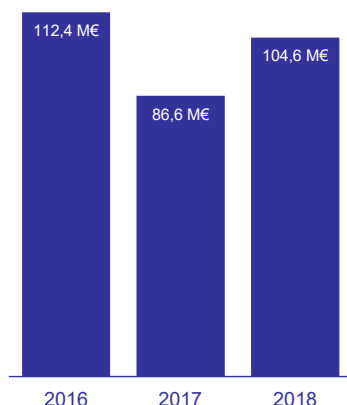
A evolução da poupança corrente ao longo do último triénio permite verificar o bom desempenho financeiro do Município com uma significativa libertação de meios para aplicar em investimento e amortização da dívida. O acréscimo da receita corrente em 2018 relativamente a 2017 conjugado com um aumento menos significativo das despesas correntes influenciou positivamente a poupança corrente cujo valor foi superior ao verificado no ano de 2017.

Sem prejuízo do princípio do equilíbrio orçamental considerado no POCAL, o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, publicado através da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, determina ainda que as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes, acrescidas das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.

Para além do bom desempenho financeiro do Município do Porto evidenciado pela poupança corrente do exercício, destaca-se ainda, em 2018, o equilíbrio orçamental positivo de 69,4 milhões de euros, obtidos através do apuramento do saldo corrente deduzido da amortização média dos empréstimos de médio e longo prazo, e que compara com o valor de 45,6 milhões de euros do ano anterior.

Em 2018, o saldo global efetivo foi de 104,6 milhões de euros. O desvio entre o saldo global efetivo orçamentado e o conseguido no final do ano, resulta em grande parte do saldo de gerência do ano 2017, integrado no orçamento em sede de revisão orçamental e da cobrança de receita corrente face ao inicialmente previsto.

F. 7 - Evolução do saldo global efetivo



A evolução do saldo global efetivo ao longo dos últimos três anos, evidencia a capacidade de poupança do Município, que permitiu, de forma sustentada, manter e melhorar o equilíbrio das finanças municipais, financiando com meios próprios o investimento e reduzindo significativamente o endividamento bancário.

3. Análise da despesa

3.1 Alterações e revisões orçamentais da despesa

Q. 4 - Modificações ao orçamento segundo a natureza

Designação	Dotação Inicial		Dotação Final		Variação	
	€	%	€	%	€	%
Despesas com pessoal	76.712.295	29,8%	74.404.295	27,5%	-2.308.000	-3,0%
Aquisição de bens e serviços	54.020.543	21,0%	56.977.449	21,0%	2.956.906	5,5%
Juros e outros encargos	377.700	0,1%	387.350	0,1%	9.650	2,6%
Transferências correntes	10.524.706	4,1%	11.958.202	4,4%	1.433.496	13,6%
Subsídios	15.183.391	5,9%	14.183.391	5,2%	-1.000.000	-6,6%
Outras despesas correntes	2.646.524	1,0%	3.781.090	1,4%	1.134.566	42,9%
Despesas correntes	159.465.159	62,0%	161.691.777	59,7%	2.226.618	1,4%
Aquisição de bens de capital	82.291.205	32,0%	80.363.544	29,7%	-1.927.661	-2,3%
Transferências de capital	2.695.500	1,0%	2.422.507	0,9%	-272.993	-10,1%
Ativos financeiros	961.358	0,4%	889.480	0,3%	-71.879	-7,5%
Passivos financeiros	3.440.000	1,3%	24.727.926	9,1%	21.287.926	618,8%
Outras despesas de capital	8.546.778	3,3%	870.435	0,3%	-7.676.343	-89,8%
Despesas de capital	97.934.841	38,0%	109.273.891	40,3%	11.339.050	11,6%
Total	257.400.000	100,0%	270.965.668	100,0%	13.565.668	5,3%

Embora a elaboração do orçamento seja norteadada pela rigorosa identificação das despesas, durante a execução podem acontecer situações em que as dotações previsionais são insuficientes ou até mesmo inexistentes, nomeadamente pelo tempo que decorre entre a preparação do orçamento e o início do ano económico a que respeita. Para ultrapassar estas situações, efetuaram-se modificações orçamentais que, no seu conjunto, determinaram um aumento do valor global do orçamento de 13,6 milhões de euros, entre as quais uma revisão para integração do saldo de gerência, transitado do ano anterior.

As modificações ao orçamento, não tendo alterado a sua estrutura, aumentaram o peso das despesas de capital, em 2,3 p.p., por redução do peso das despesas de correntes no orçamento final face ao inicial.

De entre as rubricas cujas dotações foram reforçadas é de destacar, nas despesas correntes, a aquisição de bens e serviços, nomeadamente, para outros bens, para a Mobilidade e Transportes e Qualificação dos Espaços Verdes, para locação de material de transporte; locação de edifícios no âmbito da gestão dos Parques de Estacionamento e para encargos de cobrança de receita.

Em transferências correntes o reforço resultou da inscrição de dotação para o Fundo Municipal de Emergência Social, no âmbito do Porto Solidário, e para apoios a ações de interesse cultural, nomeadamente, o Porto Design Biennale, a internacionalização artística SHUTTLE e a programação do Teatro Experimental do Porto.

As dotações de outras despesas correntes foram reforçadas para pagamento do IVA e restituições de impostos e/ou taxas cobradas.

O reforço expressivo nas despesas de capital verificou-se nos Passivos Financeiros para amortização antecipada de 10 empréstimos de médio e longo prazo, no valor global de 21,3 milhões de euros.

A redução mais significativa aos diversos agrupamentos de despesas do orçamento ocorre nas despesas com pessoal em resultado do ajustamento das respetivas dotações face ao valor efetivamente realizado, nos subsídios por não se ter concretizado a transferência prevista para a Porto Vivo, SRU, em virtude de não ter sido visado o contrato programa previsto outorgar com esta entidade, e em outras despesas de capital por força do pagamento efetuado, ainda no final de 2017, à Metro do Porto e à STCP, no âmbito do Memorando de Entendimento entre o Governo de Portugal e o Município do Porto (Acordo do Porto) e cujas dotações estavam inicialmente previstas para 2018.

Q. 5 - Modificações ao orçamento por classificação orgânica e serviço responsável

Orgânica / Serviço Responsável	Orçamento Inicial		Orçamento Final		Variação	
	€	%	€	%	€	%
Assembleia Municipal	87.337	0,0%	97.337	0,0%	10.000	11,4%
EM	5.399.295	2,1%	4.427.630	1,6%	-971.665	-18,0%
DMP	1.679.448	0,7%	2.028.847	0,7%	349.399	20,8%
DMFP	107.838.221	41,9%	101.199.371	37,3%	-6.638.850	-6,2%
DMRH	78.332.095	30,4%	75.483.008	27,9%	-2.849.087	-3,6%
DMC	7.174.688	2,8%	9.079.665	3,4%	1.904.977	26,6%
ex-DMPCASU (DMPGA, DMEVGI e PC)	12.574.409	4,9%	13.449.577	5,0%	875.168	7,0%
DMMT	10.676.698	4,1%	11.474.601	4,2%	797.903	7,5%
DMU	1.293.400	0,5%	1.329.415	0,5%	36.015	2,8%
DMSI	4.550.874	1,8%	4.905.699	1,8%	354.825	7,8%
PM	4.793.250	1,9%	4.987.947	1,8%	194.697	4,1%
BSB	4.430.500	1,7%	4.287.703	1,6%	-142.797	-3,2%
DMSJ	704.700	0,3%	727.982	0,3%	23.282	3,3%
DME	6.754.297	2,6%	6.355.709	2,3%	-398.588	-5,9%
DMTC	2.503.873	1,0%	2.714.912	1,0%	211.039	8,4%
DMF	331.500	0,1%	225.638	0,1%	-105.862	-31,9%
DMCS	3.496.357	1,4%	1.842.410	0,7%	-1.653.947	-47,3%
DMSM			88.753	0,0%	88.753	
DMJ			210.687	0,1%	210.687	
GGFEIF			24.022	0,0%	24.022	
GIEE			20.000	0,0%	20.000	
Operações Financeiras	4.779.058	1,9%	26.004.756	9,6%	21.225.698	444,1%
Total	257.400.000	100%	270.965.668	100,0%	13.565.668	5,3%

Do ponto de vista dos Serviços Responsáveis, e no âmbito da 1ª revisão orçamental, procedeu-se ao ajustamento e criação de unidades orgânicas, adequando a estrutura do orçamento de 2018 à estrutura orgânica interna da Câmara Municipal do Porto, nos termos do Despacho nº 11482-C/2017, de 29 de dezembro.

Em termos de reforços orçamentais destacam-se as Operações Financeiras, com 21,2 milhões de euros para a amortização antecipada de empréstimos; a Direção Municipal de Cultura (DMC), com 1,9 milhões de euros para assegurar a programação e os serviços técnicos do Teatro Municipal do Porto, para o apoio de ações de interesse cultural e a realização do Fórum do Futuro; a ex-Direção Municipal de Proteção Civil Ambiente e Serviços Urbanos (DMPCASU), com 875,2 mil euros para locação de material de transporte e a Direção Municipal de Mobilidade e Transportes (DMMT) para a locação de edifícios no âmbito da Gestão dos Parques de Estacionamento.

Em termos de anulações orçamentais, destacam-se a Direção Municipal de Finanças e Património (DMFP), com -6,6 milhões de euros, essencialmente por força do ajustamento ao

contrato com a GO Porto, EM; a Direção Municipal de Recursos Humanos (DMRH), com - 2,8 milhões de euros, em resultado do ajustamento das dotações das despesas com pessoal face ao valor efetivamente realizado e o Departamento Municipal de Coesão Social (DMCS) com -1,7 milhões de euros, justificado por ajustamento ao projeto cofinanciado (AIIA).

3.2. Execução orçamental da despesa

Q. 6 - Despesa por classificação económica

Designação	Despesa Orçada	Despesa Comprometida	Despesa Faturada	Despesa Paga	Desvio	Taxa de Execução	Despesa faturada e não paga
	1 €	2 €	3 €	4 €	5=4-1 €	6=4/1 %	8=3-4 €
Despesas com pessoal	74 404 295	71 340 220	70 084 910	70 081 396	-4 322 899	94,2%	3 513
Aquisição de bens e serviços	56 977 449	51 820 736	44 391 655	43 530 913	-13 446 537	76,4%	860 742
Juros e outros encargos	387 350	284 358	284 358	284 358	-102 992	73,4%	0
Transferências correntes	11 958 202	10 457 158	9 824 352	9 823 782	-2 134 420	82,2%	570
Subsídios	14 183 391	13 434 382	13 434 382	13 434 382	-749 009	94,7%	0
Outras despesas correntes	3 781 090	3 350 148	2 895 123	2 893 071	-888 019	76,5%	2 052
Despesas correntes	161 691 777	150 687 003	140 914 780	140 047 902	-21 643 875	86,6%	866 878
Aquisição de bens de capital	80 363 544	71 029 101	59 893 489	59 603 865	-20 759 678	74,2%	289 623
Transferências de capital	2 422 507	2 248 274	2 246 604	2 246 604	-175 903	92,7%	0
Ativos financeiros	889 480	723 220	723 119	723 119	-166 361	81,3%	0
Passivos financeiros	24 727 926	24 555 579	24 555 579	24 555 579	-172 347	99,3%	0
Outras despesas de capital	870 435	848 130	848 130	848 130	-22 305	97,4%	0
Despesas de capital	109 273 891	99 404 304	88 266 920	87 977 297	-21 296 594	80,5%	289 623
Total	270 965 668	250 091 307	229 181 700	228 025 199	-42 940 469	84,2%	1 156 501

O orçamento de 2018 teve compromissos que representaram 92,3% do orçamento e uma faturação de 84,6%.

Por sua vez, as despesas correntes pagas representaram 61,4% do total executado e as despesas de capital 38,6%.

Da diferença entre a despesa faturada e a despesa paga em 2018 resulta uma dívida total a transitar para o ano de 2019 de 1,2 milhões de euros. A dívida a fornecedores, que continua a manter-se a níveis muito reduzidos, permitiu que o prazo médio de pagamento a fornecedores se fixasse, no final de 2018, em 4 dias, o que se revela um comportamento exemplar na regularização dos compromissos. Saliente-se que esta dívida diz exclusivamente respeito a dívida não vencida e que o Município do Porto não tem pagamentos em atraso aos seus fornecedores.

Nas despesas correntes, são as despesas com pessoal que têm maior peso e as aquisições de bens e serviços as que, em termos absolutos, apresentam o maior desvio relativamente ao valor orçado. Em aquisição de bens e serviços, o desvio negativo de 5,2 milhões de euros no que respeita aos compromissos assumidos face ao previsto espelha o esforço de contenção das despesas ao longo do ano, em resultado, nomeadamente, das economias de escala fruto da maior eficiência quer pela utilização da Plataforma de Compras Eletrónica, quer pelo papel mais ativo desta área na reorganização do processo aquisitivo. A despesa faturada inclui a dívida transitada de 2017 que, neste agrupamento económico, foi de 685,4 mil euros. Em contrapartida, a dívida a transitar para 2019 é de 860,7 mil euros e corresponde, genericamente, a faturas de dezembro cujo prazo de pagamento não se tinha vencido.

As despesas de capital comprometidas, que ascendem a 91% do orçamento respetivo, registam uma faturação de 80,8%. Em termos de execução, o desvio mais significativo é registado no agrupamento de aquisição de bens de capital, no montante de 20,8 milhões de euros nas rubricas de habitações, edifícios, construções diversas, *software* informático e equipamento básico, para o que contribuiu de forma muito significativa a impossibilidade de concretizar, em tempo útil, diversas escrituras de compra e venda de edifícios adquiridos através do exercício de direito de preferência.

Neste âmbito, em 2018 foram analisados 2.713 anúncios de direitos de preferência, tendo esta opção legal sido comunicada por 40 vezes. Destas, 15 (37,5%) não se concretizaram por desistência dos vendedores. Foram celebradas 6 escrituras de compra e venda no valor total de 3,8 milhões de euros e no final do ano estavam cativos 12,5 milhões euros para os processos que estão em curso.

O investimento global do Município do Porto, inicialmente previsto com 82,3 milhões de euros, no agrupamento de aquisição de bens de capital teve uma redução em sede de modificações orçamentais e uma taxa de execução de 91,2% na rubrica de terrenos, de 70,3% em habitações, com destaque para os investimentos efetuados em reparação e beneficiação, de 78,7% em edifícios, nomeadamente os relacionados com instalações dos serviços, mercados e instalações sanitárias e escolas, com taxas de execução de 92,1%, 85,5% e 92,3% respetivamente. Em construções diversas a execução ascendeu a 78,4% e na rubrica de equipamento básico a 79,1%.

Q. 7 - Despesa por classificação orgânica e serviço responsável

Orgânica / Serviço Responsável	Orçamento Final		Despesa Paga		Taxa de Execução
	€	%	€	%	%
Assembleia Municipal	97.337	0,0%	93.389	0,0%	95,9%
EM	4.427.630	1,6%	4.122.498	1,8%	93,1%
DMP	2.028.847	0,7%	1.637.920	0,7%	80,7%
DMFP	101.199.371	37,3%	79.371.303	34,8%	78,4%
DMRH	75.483.008	27,9%	70.810.739	31,1%	93,8%
DMC	9.079.665	3,4%	7.252.821	3,2%	79,9%
ex-DMPCASU (DMPGA, DMEVGI e PC)	13.449.577	5,0%	10.681.479	4,7%	79,4%
DMMT	11.474.601	4,2%	9.056.226	4,0%	78,9%
DMU	1.329.415	0,5%	771.415	0,3%	58,0%
DMSI	4.905.699	1,8%	2.634.687	1,2%	53,7%
PM	4.987.947	1,8%	3.790.451	1,7%	76,0%
BSB	4.287.703	1,6%	3.695.289	1,6%	86,2%
DMSJ	727.982	0,3%	251.159	0,1%	34,5%
DME	6.355.709	2,3%	4.979.219	2,2%	78,3%
DMTC	2.714.912	1,0%	1.999.637	0,9%	73,7%
DMF	225.638	0,1%	107.403	0,0%	47,6%
DMCS	1.842.410	0,7%	1.078.866	0,5%	58,6%
DMSM	88.753	0,0%	50.552	0,0%	57,0%
DMJ	210.687	0,1%	77.091	0,0%	36,6%
GGFEIF	24.022	0,0%	0	0,0%	0,0%
GIEE	20.000	0,0%	0	0,0%	0,0%
Operações Financeiras	26.004.756	9,6%	25.563.056	11,2%	98,3%
Total	270.965.668	100,0%	228.025.199	100,0%	84,2%

Quanto à despesa por Serviço Responsável verifica-se que, em 2018, a Direção Municipal de Finanças e Património (DMFP) é a direção que apresenta o maior peso em termos previsionais e em sede de execução de despesas, ao agregar as transferências para as empresas municipais, bem como algumas despesas de funcionamento transversais, de que se destacam os seguros e as indemnizações.

Por outro lado, todas as despesas com pessoal estão concentradas na Direção Municipal de Recursos Humanos (DMRH), sendo este serviço municipal o que apresenta o segundo maior peso no orçamento em sede de execução de despesas.

A ex-Direção Municipal de Proteção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos (ex-DMPCASU), que, em termos da macroestrutura aprovada pelo Despacho 8537/2018, de 4 de setembro, engloba o Departamento Municipal de Planeamento e Gestão Ambiental, o Departamento Municipal de Espaços Verdes e Gestão de Infraestruturas e o Departamento Municipal de Proteção Civil, tem um orçamento significativo por força das despesas com a segurança, a requalificação, manutenção e construção de espaços verdes, com a gestão da frota do

Município, com o ambiente e serviços urbanos, as transferências para LIPOR e o bem-estar animal, logo seguida da Direção Municipal de Mobilidade e Transportes (DMMT) que gere a mobilidade urbana, a construção e manutenção de infraestruturas viárias, os parques de estacionamento, a manutenção de equipamentos de sinalização e a eficiência energética de iluminação pública da cidade do Porto.

3.3. Evolução da despesa

Q. 8 - Evolução da despesa paga

Designação	2018		2017		Variação 17-18
	€	%	€	%	
Despesas com pessoal	70 081 396	30,7%	65 797 918	34,3%	6,5%
Aquisição de bens e serviços	43 530 913	19,1%	54 240 232	28,3%	-19,7%
Juros e outros encargos	284 358	0,1%	192 447	0,1%	47,8%
Transferências correntes	9 823 782	4,3%	8 149 708	4,3%	20,5%
Subsídios	13 434 382	5,9%	6 540 624	3,4%	105,4%
Outras despesas correntes	2 893 071	1,3%	1 820 841	0,9%	58,9%
Despesas correntes	140 047 902	61,4%	136 741 770	71,3%	2,4%
Aquisição de bens de capital	59 603 865	26,1%	41 936 990	21,9%	42,1%
Transferências de capital	2 246 604	1,0%	1 883 656	1,0%	19,3%
Ativos financeiros	723 119	0,3%	1 159 358	0,6%	-37,6%
Passivos financeiros	24 555 579	10,8%	3 332 035	1,7%	637,0%
Outras despesas de capital	848 130	0,4%	6 632 981	3,5%	-87,2%
Despesas de capital	87 977 297	38,6%	54 945 021	28,7%	60,1%
Total	228 025 199	100,0%	191 686 791	100,0%	19,0%

Em 2018, a despesa paga teve um acréscimo na ordem dos 36,3 milhões de euros face ao ano anterior, ou seja, cresceu 19%.

As despesas correntes orçamentadas para 2018 (161,7 milhões de euros) foram superiores às de 2017 (158,4 milhões de euros) em cerca de 2,1% e, em termos de execução, o aumento foi de 2,4%. Pese embora o aumento do montante deste tipo de despesas, em termos relativos e face ao ano anterior, as despesas correntes diminuem o seu peso no total das despesas do Município em cerca de 10 p.p..

A análise da estrutura das despesas correntes permite realçar a importância das despesas com pessoal, que representam 50% na despesa corrente paga e apenas 30,7% no total da despesa paga, com uma taxa de execução de pagamentos muito próxima dos 100% da despesa faturada. Este agrupamento, em conjunto com o das aquisições de bens e serviços, representam 81,1% da despesa corrente paga.

No que respeita às despesas de capital, a dotação para 2018 (109,3 milhões de euros), foi superior à de 2017 (84,9 milhões de euros) em 28,7%. Para este acréscimo concorreram, essencialmente, as dotações inscritas em 2018 em passivos financeiros e aquisição de bens de capital.

Já no tocante às despesas totais pagas a variação foi de 19% para o que contribuíram os agrupamentos subsídios, aquisição de bens de capital e passivos financeiros.

Q. 9 - Evolução das despesas com pessoal

Despesas com Pessoal	2018		2017		Variação 17-18	
	€	%	€	%	€	%
Remunerações certas e permanentes	49 517 884	70,7%	46 594 192	70,8%	2 923 692	6,3%
Abonos variáveis ou eventuais	3 511 916	5,0%	2 912 711	4,4%	599 205	20,6%
Segurança social	17 051 596	24,3%	16 291 015	24,8%	760 581	4,7%
Total	70 081 396	100,0%	65 797 918	100,0%	4 283 478	6,5%

As despesas com pessoal apresentam, em 2018, uma variação positiva de 4,3 milhões de euros relativamente ao ano anterior.

A Lei do Orçamento do Estado para 2018 (LOE2018) veio permitir alterações de posicionamento remuneratório, progressões e mudanças de nível ou escalão. Os acréscimos remuneratórios decorrentes dos direitos acumulados começaram a ser repostos de forma faseada em 2018 e terminarão em 2019. Em 2018 ocorreu o pagamento faseado de 25% a 01 de janeiro e 50% a 1 de setembro. Também o subsídio de Natal, que em 2017 foi pago, 50% no mês de novembro, e os restantes 50% em duodécimos, foi pago por inteiro no fim do ano de 2018. Manteve-se a possibilidade de recrutamento de trabalhadores nas autarquias locais nos termos e de acordo com as regras previstas na legislação.

No final de 2017 o número de efetivos era de 2.994 e em 31 de dezembro 2018 foi de 3.113. O aumento verificado deve-se à entrada de novos trabalhadores, na sequência de concursos de admissão de pessoal, considerando que o Município cumpria o disposto na LOE em matéria de despesas com pessoal, e ao reforço da equipa dos polícias municipais e contratação de pessoal para as AEC's.

A variação positiva dos encargos com pessoal reflete-se em todos os subagrupamentos, sendo, em termos absolutos, de maior relevo no de remunerações certas e permanentes em resultado das valorizações e acréscimos remuneratórios, para além da variação do número de efetivos. Neste subagrupamento, sobressaem as despesas com pessoal dos quadros – regime de contrato individual de trabalho – Pessoal em funções, que representam 45,3%

das despesas com pessoal, as despesas com pessoal em qualquer outra situação, o subsídio de refeição e o subsídio de férias e de Natal.

Nas despesas relacionadas com abonos variáveis ou eventuais, o acréscimo decorre, essencialmente, das gratificações variáveis ou eventuais, do subsídio de turno e outros abonos em numerário ou espécie.

O aumento dos encargos no subagrupamento segurança social, resulta, essencialmente, do efeito conjugado do aumento das contribuições para os subsistemas de segurança social, quer no que respeita aos encargos para a Caixa Geral de Aposentações quer para a Segurança Social, e dos encargos com a saúde, com a diminuição das outras pensões.

As aquisições de bens e serviços, com uma variação de -19,7% relativamente ao ano anterior, reduzem o seu peso quer nas despesas correntes, quer nas despesas totais. As aquisições de bens aumentam face ao ano de 2017, em 670,5 mil euros e as aquisições de serviços diminuem 11,4 milhões de euros.

Nas aquisições de bens destacam-se as despesas com combustíveis e alimentação-refeições confeccionadas.

No que respeita às aquisições de serviços verificam-se aumentos nas despesas de locação de edifícios, limpeza e higiene e locação de material de transporte, salientando-se as reduções ocorridas em estudos, pareceres, projetos e consultadoria e em outros serviços, sendo de destacar, nesta rubrica, a transferência da recolha de resíduos urbanos e limpeza da cidade e deposição de resíduos urbanos que passou a ser suportada pela empresa municipal PortoAmbiente.

Relativamente aos juros e outros encargos, verifica-se em 2018 um aumento, na ordem dos 47,8%, por força dos empréstimos de médio de longo prazo celebrados com o IRHU, no âmbito do Programa Reabilitar para Arrendar, e com o Banco Santander Totta.

Q. 10 - Estrutura das transferências e subsídios

Designação	2018		2017	
	€	%	€	%
Transferências correntes / subsídios	23.258.164	91,2%	14.690.332	88,6%
Freguesias	3.429.009	13,4%	3.386.666	20,4%
Empresas municipais	13.434.382	52,7%	6.312.102	38,1%
Outros	6.394.773	25,1%	4.991.563	30,1%
Transferências capital	2.246.604	8,8%	1.883.656	11,4%
Outros	2.246.604	8,8%	1.883.656	11,4%
Total	25.504.768	100,0%	16.573.988	100,0%

As transferências correntes e de capital, a que acrescem, nas despesas correntes, os subsídios, apresentam, relativamente aos valores executados do ano anterior, um aumento de 8,9 milhões de euros. Esta variação resulta do aumento quer das transferências correntes quer das de capital.

Para o aumento das transferências correntes concorrem, entre outros, o encargo para cumprimento da obrigação de serviço público no âmbito do novo modelo de gestão da Sociedade de Transportes Coletivos do Porto (STCP) e os apoios a instituições sem fins lucrativos, nomeadamente no âmbito das ações de interesse cultural.

As transferências correntes para as empresas municipais, respeitantes a fluxos não reembolsáveis que, em termos orçamentais, são classificados como subsídios, aumentam por força das transferências para a GO Porto, EM, Domus Social, EM e PortoAmbiente.

As transferências para as Juntas de Freguesia, ligeiramente superiores ao ano anterior, decorrem dos contratos interadministrativos de delegação de competências para promover os serviços públicos, dos acordos de execução das competências delegadas, de contratos interadministrativos de delegação de competências no âmbito do programa de atividades de enriquecimento curricular e de contratos de colaboração no âmbito do orçamento colaborativo.

No âmbito das transferências de capital, a variação positiva resulta do aumento dos apoios a entidades e das transferências para a LIPOR.

Q. 11 - Transferências por finalidade (excluindo Freguesias e Empresas Municipais)

Finalidade	2018		2017		Variação 17-18	
	€	%	€	%	€	%
Ações de interesse cultural e turístico	1.171.595	13,6%	584.262	8,8%	587.333	100,5%
Ação científica e educativa	230.000	2,7%	554.381	8,3%	-324.381	-58,5%
Ação social	1.347.301	15,6%	1.134.715	17,1%	212.586	18,7%
Proteção civil e luta contra incêndios	250	0,0%	750	0,0%	-500	-66,7%
Ação na área ambiental	2.092.439	24,2%	1.853.381	27,9%	239.058	12,9%
Outros	3.799.792	44,0%	2.519.208	37,9%	1.280.584	50,8%
Total	8.641.377	100,0%	6.646.697	100,0%	1.994.680	30,0%

Através das ações de interesse cultural e turístico continuou-se a apoiar a Associação do Turismo do Porto, entre outros, procurando-se desenvolver e promover externamente o Porto e Norte de Portugal como destino turístico. Assinalam-se ainda os apoios atribuídos ao Teatro do Bolhão, ao Festival Internacional de Marionetas, Lugar do Desenho Fundação Júlio Resende, bem como ao Círculo de Cultura Teatral/Teatro Experimental do Porto, no

domínio do fomento e difusão da área teatral, e também os efetuados no âmbito de concursos, nomeadamente do Criatório e do SHUTTLE, este para apoio à internacionalização artística. Este ano distingue-se ainda o apoio à ESAD IDEA – Associação para a Promoção da Investigação em Design e Arte para a realização do “Porto – Design Biennale” que justifica, em grande parte, o aumento ocorrido, neste tipo de ações, relativamente ao ano de 2017.

No contexto das ações científica e educativa, concedeu-se o apoio à Fundação Casa da Música, cujos pagamentos ocorridos em 2017 ao abrigo do contrato-programa, e que incluíram também montantes de anos anteriores, justificam a redução verificada nesta área.

Na área social, para além do apoio ao Centro Cultural e Desportivo dos Trabalhadores da Câmara Municipal do Porto (CCD), mantiveram-se as transferências ao abrigo do Programa Porto Solidário – Fundo Municipal de Emergência Social, para apoio à habitação para famílias mais vulneráveis, e para instituições particulares de solidariedade social, para apoio à inclusão dos cidadãos com deficiência. Destacam-se ainda, neste ano, as transferências para o Centro de Apoio aos Sem-abrigo para assegurar a gestão do funcionamento diário do restaurante solidário que possibilita o acesso a um serviço de refeição diário às pessoas em situação de pobreza e exclusão social, em geral, e às pessoas em situação de sem abrigo, em particular, e o apoio à Associação de Deficientes das Forças Armadas para a realização de obras de recuperação do imóvel de interesse Patrimonial - Moradia e Jardim Themudo Rangel, onde funciona atualmente o Centro de Apoio Social do Porto.

Na área do ambiente destacam-se as transferências para a LIPOR, relativas à comparticipação para o investimento, no âmbito do tratamento dos resíduos sólidos.

Para outras finalidades, evidenciam-se designadamente as transferências para os agrupamentos escolares e as realizadas no contexto da ação social escolar, as quotas para diversas instituições da União Europeia e outras organizações internacionais, bem como as indemnizações a particulares e ao abrigo de programas ocupacionais, o apoio à Árvore - Cooperativa de Atividades Artísticas, e a transferência efetuada à STCP no âmbito do novo modelo de gestão desta empresa, com a partilha das competências de gestão e a repartição das despesas entre o Estado, a AMP e seis autarquias onde a STCP presta serviço, e que justifica o aumento ocorrido relativamente ao ano de 2017.

No âmbito do investimento realça-se que os investimentos indiretos constituídos pelos bens imóveis construídos ou recuperados pelas empresas municipais por delegação do Município e que fazem parte do imobilizado e estão refletidos no Balanço do Município.

Q. 12 - Evolução das despesas de investimento total

Rubricas	2018				2017		
	CMP	Empresas Municipais		Total	Total	Variação	
		DomusSocial	GO Porto			17-18	%
	€	€	€	€	€		
Terrenos	6 062 477			6 062 477	366 885	5 695 591	1552,4%
Habitação							
Aquisição	8 950 529			8 950 529	1 245 520	7 705 009	618,6%
Reparação e beneficiação	7 995	18 440 310		18 448 305	13 292 272	5 156 033	38,8%
Edifícios							
Instalação de serviços	1 112 049	2 244 874	1 293 263	4 650 186	7 869 106	-3 218 920	-40,9%
Instalações desp. e recreativas		29 524	15 610	45 134	343 738	-298 604	-86,9%
Escolas		1 055 712	664 207	1 719 919	3 941 164	-2 221 245	-56,4%
Mercados e instalações sanitárias	3 407 465		1 895 328	5 302 793	2 103 241	3 199 552	152,1%
Outros	61 814			61 814	105 652	-43 838	-41,5%
Construções diversas							
Viadutos, arruamentos e obras compl.	162 631		5 119 909	5 282 540	4 198 224	1 084 316	25,8%
Parques e jardins	221 593		1 119 965	1 341 558	592 079	749 478	126,6%
Material de transporte	9 864			9 864	1 268 647	-1 258 784	-99,2%
Equipamento Informático	208 020			208 020	686 719	-478 699	-69,7%
Software Informático	1 476 728			1 476 728	1 469 696	7 032	0,5%
Equipamento administrativo	187 493			187 493	102 434	85 059	83,0%
Equipamento básico	4 400 357			4 400 357	2 906 778	1 493 579	51,4%
Outros investimentos	164 643		1 291 506	1 456 150	1 444 834	11 316	0,8%
Total	26 433 658	21 770 420	11 399 788	59 603 865	41 936 990	17 666 876	42,1%

Nota: valores pagos

Em termos do investimento global, o valor executado atingiu o montante de 59,6 milhões de euros, que representa um acréscimo de 17,7 milhões de euros face a 2017, e resulta, quer de um maior investimento por parte do Município, quer das empresas municipais.

No que respeita às empresas municipais, a variação do investimento ocorreu tanto na Domus Social, EM, como na GO Porto, EM.

Na Domus Social, EM o investimento foi efetuado fundamentalmente no domínio da reparação e beneficiação da habitação social e, com menor expressão das instalações de serviços municipais e nas escolas.

Na GO Porto, EM, as intervenções foram efetuadas na melhoria da mobilidade e infraestruturas com intervenção em diversos arruamentos e obras complementares de requalificação urbana, no Mercado do Bolhão, em parques e jardins com realce para a Quinta do Covelo e Parque de S. Roque, em equipamentos culturais, nomeadamente no Museu do Vinho do Porto e Casa Tait, nas escolas onde se salienta a EB das Flores, e ainda no canil.

As ações desenvolvidas pelas empresas municipais, e que estão refletidas no orçamento do Município do Porto, encontram-se melhor identificadas no livro dos documentos anexos ao presente relatório.

No domínio dos investimentos efetuados pelo Município, com um crescimento de 11,8 milhões de euros relativamente ao ano transato, destacam-se as aquisições de edifícios no âmbito do exercício dos direitos de preferência, de terrenos com realce para a permuta de terrenos com a Universidade do Porto, de equipamento básico e software informático para além da aquisição de imóvel utilizado como armazém de depósito de documentos e de bens móveis dos diversos serviços municipais para instalação de parte do arquivo municipal e adaptação a outros usos. Relevam-se ainda os pagamentos efetuados no âmbito do Mercado do Bolhão, nomeadamente para o Mercado Temporário do Bolhão, indemnizações por acordos de revogação de contratos de arrendamento, extinção por mútuo acordo e denúncias de contratos, entre outras situações.

Q. 13 - Fontes de financiamento do investimento global do Município do Porto

Designação	2018		2017	
	€	%	€	%
Empréstimos bancários	6 064 069	10,2%	6 333 679	15,1%
Transferências de capital	1 822 363	3,1%	1 544 631	3,7%
- Fundos comunitários	1 725 905	2,9%	1 206 810	2,9%
- Contratos de comparticipação / Protocolos	96 458	0,2%	337 821	0,8%
Receitas próprias	51 717 433	86,8%	34 058 680	81,2%
Total	59 603 865	100,0%	41 936 990	100,0%

A principal fonte de financiamento do investimento autárquico é a receita própria (86,8%) resultante da poupança corrente. Em 2018 recorreu-se à utilização de 6,1 milhões de euros do empréstimo, de 20 milhões de euros, contratualizado em 2016 com o banco Santander Totta, para cobertura de necessidades de investimento em diversas áreas, nomeadamente na reabilitação/restauração de edifícios, em intervenções na via pública e outras, com destaque para o Mercado do Bolhão.

O acréscimo ocorrido nas transferências de capital ao nível dos fundos comunitários é justificado pelos pagamentos ocorridos no âmbito do Portugal 2020.

Q. 14 - Execução do Plano Plurianual de Investimentos

Objetivo	Orçado	Pago
	€	€
Coesão e Ação Social	18 284 051	17 004 450
Economia e Desenvolvimento Social	1 926 617	1 899 482
Inovação	304 220	132 773
Cultura	1 438 221	1 087 773
Urbanismo e Habitação	36 038 586	22 742 549
Educação	2 062 734	1 908 914
Juventude e Novas Gerações	500	0
Segurança	3 821 000	3 195 265
Desporto e Animação	277 780	45 134
Mobilidade	5 835 465	3 954 150
Ambiente e Qualidade de Vida	2 856 527	2 014 417
Governância da Câmara	7 517 843	5 618 959
Total	80 363 544	59 603 865

O Plano Plurianual de Investimentos (PPI) agrega o investimento em aquisição de bens de capital, executado pelos serviços do Município do Porto e pelas empresas municipais GO Porto, EM e Domus Social, EM.

Tendo como referência os principais investimentos integrados na classificação por objetivos, verifica-se que o Urbanismo e Habitação, a Coesão e Ação Social, e a Governância da Câmara no seu conjunto, absorveram 45,4 milhões de euros, o equivalente a 76,1% do investimento total.

No Urbanismo e Reabilitação Urbana, o investimento de 22,7 milhões de euros respeita, essencialmente, a despesas com aquisição/expropriação/permutas de terrenos e/ou edifícios, nomeadamente através do exercício de direitos de preferência.

Na Coesão e Ação Social, a quase totalidade dos cerca de 17 milhões de euros foram aplicados na grande reabilitação da habitação social através da empresa municipal Domus Social, EM. Se a este montante se acrescentarem 8,5 milhões de euros por afetação das rendas à habitação social, o investimento na coesão e ação social sobe para 25,5 milhões de euros, evidenciando este objetivo como uma das prioridades do Município do Porto.

Na Governância da Câmara, os 5,6 milhões de euros foram afetos ao programa funcionamento dos serviços, onde se relevam as obras efetuadas no património municipal, pelas empresas municipais Domus Social, EM e GO Porto, EM, as despesas com a aquisição de *hardware* e *software* informático, no âmbito das infraestruturas de suporte e manutenção dos sistemas informáticos, e a aquisição de diverso equipamento administrativo e básico. Na Mobilidade foram aplicados 4 milhões de euros para melhorar os níveis de mobilidade na cidade e as suas infraestruturas viárias, através de intervenções da empresa municipal GO Porto, EM, e ao nível interno para a gestão e manutenção de equipamentos de sinalização e segurança rodoviária e gestão da construção e da manutenção das infraestruturas viárias.

Na Segurança foram aplicados 3,2 milhões de euros, essencialmente, na aquisição de equipamento básico de socorro e de material de transporte no âmbito da segurança e securitismo dos cidadãos.

No Ambiente e Qualidade de Vida, com um investimento de 2 milhões de euros, foram efetuadas intervenções pela empresa municipal GO Porto, EM na requalificação de espaços verdes e parques urbanos, nomeadamente no Parque de S. Roque e na reabilitação da Quinta do Covelo e do Parque infantil do Homem do Leme, nas capelas dos cemitérios de Agramonte e do Prado do Repouso e ainda no canil. Adquiriu-se equipamento diverso, nomeadamente para os parques e jardins e feiras e mercados.

Os 1,9 milhões de euros afetos a Educação, foram aplicados na requalificação e manutenção de escolas, através da intervenção das empresas municipais, Domus Social, EM e GO Porto, EM, e ainda na aquisição de equipamento básico, no âmbito da higiene e segurança das cantinas e da gestão e manutenção para as escolas e jardins-de-infância.

Ao objetivo Economia e Desenvolvimento Social foram afetas, fundamentalmente, as despesas relacionadas com o Mercado do Bolhão.

Para o programa Dinamização da arte, cultura e ciência destacam-se os equipamentos básicos para os dois polos do Teatro Municipal do Porto, Rivoli e Campo Alegre, e para a Galeria Municipal e outros espaços, os artigos e objetos de valor no âmbito do projeto Plaka, e as intervenções efetuadas pela GO Porto, EM, em espaços e equipamentos culturais.

No objetivo Inovação, e no âmbito do programa Fomentar e reforçar a aplicação de sistemas e plataformas digitais, foram adquiridos equipamentos informáticos e outros equipamentos, essencialmente para o Centro de Gestão Integrado.

Para o programa Incentivar e dinamizar o desporto e animação da cidade foram investidos 45,1 mil euros na melhoria de instalações desportivas através das empresas municipais.

Nos ativos financeiros e no ano em apreço, para além da transferência para o Fundo de Apoio Municipal, procedeu-se ainda à aquisição das ações detidas pelo IHRU na Porto Vivo – SRU, nos termos do Decreto-Lei 109/2018, de 4 de dezembro, que regulou a extinção das participações sociais detidas pelo Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, I. P. (IHRU, I. P.), em representação do Estado, nas sociedades de reabilitação urbana (SRU) criadas ao abrigo do Decreto-Lei n.º 104/2004, de 7 de maio. A extinção das participações sociais efetivou-se mediante a cessão das ações de que o IHRU, I. P., era titular para o acionista Município do Porto que detinha o restante capital da SRU.

Em 2018, os passivos financeiros com um peso de 10,8% no total das despesas do Município, aumentaram 21,2 milhões de euros, quando comparados com o ano anterior. Este aumento decorreu da amortização antecipada de empréstimos bancários, fruto do bom desempenho financeiro do Município evidenciado pelos excedentes de Tesouraria.

Q. 15 - Evolução da dívida bancária

Dívida bancária	Capital em dívida 31/12/2018	Capital em dívida 31/12/2017	Variação 17-18	
			€	%
Médio Longo Prazo	12 761 487	31 252 997	-18 491 510	-59,2%

A gestão da dívida do Município continuou, neste ano, a pautar-se por princípios de rigor e forte controlo. A dívida bancária de médio e longo prazo que, no final de 2018 ascendia a 12,8 milhões de euros, e integrava apenas empréstimos, registou uma diminuição de 18,5 milhões de euros face a 2017.

3.4. Despesa por objetivos

As atividades desenvolvidas pelas direções municipais, espelhadas nos 13 objetivos estratégicos transversais ao município, agregam as despesas do Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e as despesas do Plano das Atividades mais Relevantes (PAR).

Q. 16 - Despesas das Grandes Opções do Plano por objetivos estratégicos

Objetivos	PPI	PAR	Total	
			€	%
Coesão e Ação Social	17 004 450	4 960 083	21 964 533	9,6%
Ação e solidariedade social	10 705	4 864 285	4 874 990	2,1%
Parque habitacional social	16 993 744	95 799	17 089 543	7,5%
Economia e Desenvolvimento Social	1 899 482	1 369 242	3 268 724	1,4%
Programa Mercator	1 895 328	75 588	1 970 917	0,9%
Dinamismo económico	0	378 620	378 620	0,2%
Desenvolvimento social	4 154	915 033	919 187	0,4%
Inovação	132 773	711 508	844 281	0,4%
Implementar e divulgar atividades inovadoras	1 178	658 828	660 007	0,3%
Fomentar e reforçar a aplicação de sistemas e plataformas digitais	131 595	52 680	184 275	0,1%
Cultura	1 087 773	5 152 333	6 240 106	2,7%
Dinamização da arte, cultura e ciência	1 087 773	5 152 333	6 240 106	2,7%
Urbanismo e Habitação	22 742 549	898 636	23 641 185	10,4%
Reabilitação urbana, planeamento e gestão urbanística	22 742 549	898 636	23 641 185	10,4%
Educação	1 908 914	4 075 832	5 984 745	2,6%
Promover e fomentar a educação	1 908 914	4 075 832	5 984 745	2,6%
Juventude e Novas Gerações	0	77 091	77 091	0,0%
Apoio e envolvimento da população jovem	0	77 091	77 091	0,0%
Turismo	0	1 223 771	1 223 771	0,5%
Dinamizar a oferta e consolidar o crescimento do turismo	0	1 223 771	1 223 771	0,5%
Segurança	3 195 265	3 230 903	6 426 168	2,8%
Segurança e securitismo dos cidadãos	3 195 265	3 230 903	6 426 168	2,8%
Desporto e Animação	45 134	5 291 120	5 336 254	2,3%
Incentivar e dinamizar o desporto e animação da cidade	45 134	5 291 120	5 336 254	2,3%
Mobilidade	3 954 150	9 010 005	12 964 155	5,7%
Melhoria da mobilidade e infraestruturas	3 954 150	9 010 005	12 964 155	5,7%
Ambiente e Qualidade de Vida	2 014 417	16 158 503	18 172 921	8,0%
Qualificação dos espaços verdes	1 151 415	1 140 534	2 291 949	1,0%
Promoção e sustentabilidade do ambiente	297 693	14 964 772	15 262 466	6,7%
Bem-estar animal	565 309	53 197	618 506	0,3%
Governância da Câmara	5 618 959	116 262 307	121 881 266	53,5%
Funcionamento dos serviços	5 618 553	86 418 924	92 037 478	40,4%
Operações financeiras	0	25 563 056	25 563 056	11,2%
Outros	405	4 280 327	4 280 732	1,9%
Total	59 603 865	168 421 333	228 025 199	100,0%

O valor global da despesa na ótica das Grandes Opções do Plano teve uma execução de 228 milhões de euros, dos quais 59,6 milhões de euros respeitam ao Plano Plurianual de Investimentos (PPI), e 168,4 milhões de euros ao Plano das Atividades mais Relevantes (PAR).

A Coesão e Ação Social continuou, em 2018, a ser um dos vetores estratégicos mais importantes. Destaca-se o programa Parque habitacional social, com uma execução de 17,1

milhões de euros. Neste objetivo cresce o programa da Ação e solidariedade social através do qual o Município apoiou políticas de inclusão e ajudou os mais carenciados, nomeadamente com o programa Porto Solidário – Fundo Municipal de Emergência Social, e apoiou as Freguesias no âmbito quer da delegação de competências quer do projeto Desafios do Poder Local.

Através do objetivo Economia e Desenvolvimento Social, com uma execução de 3,3 milhões de euros, continuou-se o investimento para modernização do Mercado do Bolhão, para além das atividades desenvolvidas no âmbito da atração de investimento, promoção do comércio e serviços, dinamização económica da cidade do Porto e promoção da ação social e da intervenção interinstitucional.

No âmbito da Inovação merece destaque o programa Implementar e divulgar atividades inovadoras onde foram aplicados 660 mil euros.

Na Cultura, com um crescimento de 548,7 mil euros face a 2017, consolidaram-se os apoios às atividades do Teatro Municipal do Porto, museus, arquivos, bibliotecas e de outros equipamentos culturais, para além do funcionamento destes equipamentos.

Na área do Urbanismo e Habitação, aplicaram-se 23,6 milhões de euros, dos quais 22,7 milhões em investimento, que representam 38,2% do investimento global e um crescimento de 19,4 milhões de euros face a 2017, nomeadamente pela aquisição, expropriação, permutas de terrenos e/ou edifícios.

Através do objetivo da Educação, onde foram aplicados 6 milhões de euros continuou a apostar-se na melhoria dos estabelecimentos de ensino, na expansão e acompanhamento da educação pré-escolar, no desenvolvimento de atividades extracurriculares e na promoção de programas e projetos educativos inovadores, para além dos apoios no âmbito da ação social escolar e da generalização das refeições.

As atividades desenvolvidas na área da Juventude absorveram cerca de 77,1 mil euros, com o apoio e envolvimento da população jovem, nomeadamente a implementação do Plano Municipal da Juventude.

No Turismo foram executados 1,2 milhões de euros, fundamentalmente através da Associação de Turismo do Porto.

No âmbito da Segurança, dos 6,4 milhões de euros executados, 49,7% destinaram-se a investimentos para o Batalhão de Sapadores Bombeiros (BSB) e Polícia Municipal (PM).

No Desporto e animação foram aplicados cerca de 5,3 milhões de euros, na generalidade em atividades desenvolvidas através da Porto Lazer, EM.

As despesas no âmbito do objetivo Mobilidade absorveram, 13 milhões de euros, dos quais 4 milhões de euros foram destinados a investimentos para a melhoria da mobilidade e infraestruturas.

No Ambiente e Qualidade de Vida foram executados 18,2 milhões de euros, com especial relevo para o programa Promoção e sustentabilidade do ambiente, com um peso de 6,7% do valor total, essencialmente por força das transferências efetuadas para a PortoAmbiente e para a LIPOR.

O objetivo Governância da Câmara, ao absorver 121,9 milhões de euros e 53,5% do orçamento global surge como o objetivo com o maior peso em termos de execução orçamental. Nele destaca-se, no ano em apreço, o programa Funcionamento dos serviços que representa 75,5% neste objetivo.

4. Análise da receita

4.1. Alterações e revisões orçamentais da receita

Q. 17 - Alteração e origem do acréscimo da dotação

Designação	Orçamento Inicial	Orçamento Final
	€	€
Receitas correntes	174 744 991	170 498 509
Receitas de capital	82 655 009	12 021 456
Saldo da gerência anterior		88 445 703
Total	257 400 000	270 965 668

A receita do orçamento final teve, em termos globais, um acréscimo de 13,6 milhões euros quando comparado com o orçamento inicial. Esta variação resulta do efeito da incorporação do saldo de gerência, conjugado com a redução do valor previsto inicialmente no âmbito do Memorando de Entendimento entre o Estado e Município do Porto (Acordo do Porto), por se ter concretizado ainda no final do ano de 2017 o acerto de contas com a Metro do Porto e a STCP, e das receitas previstas em candidaturas, em ativos financeiros e com a utilização do empréstimo de médio e longo prazo, bem como dos ajustamentos efetuados na taxa

turística por ter entrado em vigor apenas no 2º trimestre, nos rendimentos de propriedade e na venda de bens de investimento, nomeadamente em terrenos.

4.2. Execução orçamental da receita

Q. 18 - Receita orçada, liquidada e cobrada por classificação económica

Designação	Orçada € (1)	Liquidada € (2)	Cobrada € (3)	Desvio € (4) = (3) - (1)	Taxa de Execução (5) = (3) / (1)
Impostos diretos	101.861.871	127.571.552	127.571.552	25.709.681	125,2%
Impostos indiretos	8.072.519	20.868.480	15.650.530	7.578.011	193,9%
Taxas, multas e outras penalidades	10.478.397	15.535.661	14.624.484	4.146.087	139,6%
Rendimentos de propriedade	10.623.157	11.887.332	10.956.129	332.972	103,1%
Transferências correntes	31.978.108	31.724.404	31.717.529	-260.580	99,2%
Venda de bens e serviços correntes	6.887.794	14.099.203	7.167.714	279.920	104,1%
Outras receitas correntes	596.663	4.949.460	3.489.124	2.892.461	584,8%
Receitas correntes	170.498.509	226.636.090	211.177.063	40.678.553	123,9%
Venda de bens de investimento*	4.172.641	3.230.641	5.322.546	1.149.905	127,6%
Transferências de capital	1.783.704	1.884.020	1.884.020	100.316	105,6%
Ativos financeiros	1.010	366.167	366.167	365.157	36254,2%
Passivos financeiros	6.064.081	6.064.069	6.064.069	-12	100,0%
Outras receitas de capital	10	0	0	-10	0,0%
Receitas de capital	12.021.446	11.544.897	13.636.802	1.615.356	113,4%
Reposições n/abatidas nos pagamentos	10	3.061.351	502.241	502.231	5022411,4%
Saldo da gerência anterior	88.445.703	88.445.703	88.445.703	0	100,0%
Total	270.965.668	329.688.040	313.761.809	42.796.141	115,8%

* Os valores cobrados consideram os adiantamentos de vendas. A liquidação ocorre quando da realização da escritura.

Em termos globais, as receitas correntes liquidadas ultrapassaram as previsões em 56,1 milhões de euros. Com exceção das transferências correntes, todos os restantes capítulos contribuíram para este crescimento, com especial destaque para os impostos diretos, os impostos indiretos, as taxas, multas e outras penalidades e para a venda de bens e serviços correntes, essencialmente em resultado da receita do IMT, IUC e derrama, do loteamento de obras, da ocupação da via pública, da taxa turística, das rendas e das refeições escolares.

No que respeita aos valores cobrados, o grau de execução da receita corrente foi de 123,9%. O desvio positivo de 40,7 milhões de euros face ao orçado resulta, fundamentalmente, do aumento da receita cobrada em receitas fiscais, nomeadamente nos impostos diretos, IMT, IUC e derrama, em 25,7 milhões de euros, 611,7 mil euros e 283,6 mil euros, respetivamente, e nos impostos indiretos, por efeito da receita cobrada em loteamento de obras e ocupação da via pública no montante de 6,4 milhões de euros e 673,9 mil euros, respetivamente.

Nos impostos indiretos, o valor cobrado em loteamentos e obras, particularmente nas infraestruturas urbanísticas e em ocupação da via pública, contribuiu para que a taxa de execução fosse superior a 193%. Estas receitas continuam a revelar-se as receitas municipais próprias com maior expressão nos impostos indiretos, representando, no final do ano de 2018, 80,2% da receita total destes impostos.

Nas taxas, multas e outras penalidades, o desvio face ao valor orçado, é justificado sobretudo pela taxa turística que concorreu para uma taxa de execução deste grupo de receitas também superior a 100%.

Nos rendimentos de propriedade, o acréscimo face à dotação prevista resulta, essencialmente, da receita proveniente dos dividendos das Águas do Douro e Paiva S.A.

As transferências correntes, com uma execução de 99,2%, contemplam, entre outras, as transferências provenientes do Orçamento do Estado, nomeadamente, Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), Fundo Social Municipal (FSM) e Participação Fixa no IRS, as comparticipações comunitárias a projetos cofinanciados e outras transferências de que se destacam as provenientes dos contratos-programa assinados com a Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE) para apoio aos programas de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares e de Atividades de Enriquecimento Curricular.

Para o desvio positivo da venda de bens e serviços correntes, face ao valor orçado, concorrem os serviços prestados pela Autarquia, nomeadamente no âmbito dos parques de estacionamento, das rendas de edifícios e refeições escolares.

Em Outras receitas correntes a variação face ao valor orçado é justificada, na quase totalidade, pela refaturação à PortoAmbiente da atividade regulada e/ou não regulada suportada pelo Município do Porto no período de setembro a novembro de 2017.

A variação das receitas de capital, que ficaram acima do previsto em 1,6 milhões de euros resulta do acréscimo da venda de bens de investimento, dos ativos financeiros e das transferências de capital.

A venda de bens de investimento, com uma variação positiva de 1,1 milhões de euros, é justificada, essencialmente, pela venda e permutas de terrenos e edifícios.

As transferências de capital registam uma variação positiva de 100,3 mil euros, explicada fundamentalmente pelos valores recebidos no âmbito do Portugal 2020. Não se verificou qualquer execução para a receita prevista no âmbito do Fundo Ambiental, uma vez que a cobrança ocorreu ainda no final de 2017.

A variação dos ativos financeiros resulta do processo de extinção da APOR – Agência para a Modernização do Porto, S.A, de que o Município do Porto era acionista.

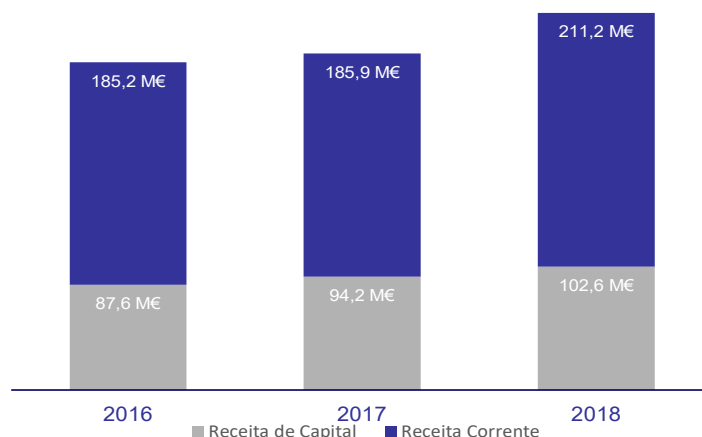
4.3. Evolução da receita

Q. 19 - Evolução da receita global cobrada

Designação	2018		2017		Variação	
	€	%	€	%	17-18	
Impostos diretos	127 571 552	40,7%	108 600 366	38,8%	17,5%	
Impostos indiretos	15 650 530	5,0%	9 540 061	3,4%	64,1%	
Taxas, multas e outras penalidades	14 624 484	4,7%	8 040 886	2,9%	81,9%	
Rendimentos de propriedade	10 956 129	3,5%	11 062 744	3,9%	-1,0%	
Transferências correntes	31 717 529	10,1%	29 987 501	10,7%	5,8%	
Venda de bens e serviços correntes	7 167 714	2,3%	17 691 879	6,3%	-59,5%	
Outras receitas correntes	3 489 124	1,1%	969 692	0,3%	259,8%	
Receitas correntes	211 177 063	67,3%	185 893 129	66,4%	13,6%	
Venda de bens de investimento	5 322 546	1,7%	5 778 784	2,1%	-7,9%	
Transferências de capital	1 884 020	0,6%	1 855 357	0,7%	1,5%	
Ativos financeiros	366 167	0,1%	0	0,0%	100,0%	
Passivos financeiros	6 064 069	1,9%	6 333 679	2,3%	-4,3%	
Outras receitas de capital	0	0,0%	13 763 944	4,9%	-100,0%	
Receitas de capital	13 636 802	4,3%	27 731 764	9,9%	-50,8%	
Total das receitas s/ reposições	224 813 865	71,7%	213 624 893	76,3%	5,2%	
Reposições não abatidas nos pagamentos	502 241	0,2%	473 639	0,2%	6,0%	
Total das receitas com reposições	225 316 106	71,8%	214 098 532	76,4%	5,2%	
Saldo da gerência anterior incorporado	88 445 703	28,2%	66 033 962	23,6%	33,9%	
Total	313 761 809	100,0%	280 132 494	100,0%	12,0%	

No ano de 2018, a receita cobrada aumentou 33,6 milhões de euros, face ao ano de 2017. Este aumento, verificado em termos globais, decorre do aumento da receita corrente, essencialmente da receita fiscal, e da incorporação do saldo de gerência de 2017, superior, em 22,4 milhões de euros, ao verificado no ano anterior, conjugado com a variação negativa das receitas de capital, em 14,1 milhões de euros.

F. 8 - Evolução das receitas cobradas



Em termos globais, e ao longo dos últimos três anos, as receitas municipais apresentam uma tendência crescente, tendo-se verificado, neste ano, um incremento de 40,9 milhões de euros, quando comparadas com 2016.

A análise das receitas permite verificar que, neste ano, as receitas correntes aumentam 25,3 milhões de euros e, no que respeita às receitas de capital, não se incluindo as reposições e o saldo de gerência, há um decréscimo de 14,1 milhões de euros, face a 2017.

Q. 20 - Evolução da estrutura da receita fiscal

Designação	Orçada €	2018		2017		Variação 17-18
		Cobrada €	Taxa de execução	Cobrada €		
Imp.mun.sobre imóveis (IMI) / Contribuição autárquica	43 461 425	42 372 886	97,5%	40 093 180		5,7%
Imposto único de circulação (IUC) / IMV	5 865 413	6 477 108	110,4%	6 293 240		2,9%
Imp.mun.sobre transm. onerosas imóveis (IMT)/ SISA	35 894 165	61 616 809	171,7%	44 331 643		39,0%
Derrama	16 640 848	16 924 485	101,7%	17 882 303		-5,4%
Impostos abolidos	10	54 323	543231,3%	0		
Impostos diretos diversos	10	125 941	1259410,6%	0		
Impostos diretos	101 861 871	127 571 552	125,2%	108 600 366		17,5%
Mercados e feiras	18 872	17 539	92,9%	16 088		9,0%
Loteamentos e obras	3 791 554	10 241 081	270,1%	4 718 013		117,1%
Ocupação da via pública	1 644 209	2 318 099	141,0%	2 037 258		13,8%
Publicidade	1 402 012	1 462 622	104,3%	1 387 301		5,4%
Outros	1 215 872	1 611 189	132,5%	1 381 401		16,6%
Impostos indiretos	8 072 519	15 650 530	193,9%	9 540 061		64,1%
Mercados e feiras	206 025	144 871	70,3%	187 835		-22,9%
Loteamentos e obras	844 075	1 135 585	134,5%	1 162 614		-2,3%
Ocupação da via pública	708 846	782 607	110,4%	762 593		2,6%
Caça, uso e porte de arma	10	0	0,0%	0		0,0%
Outras	4 825 483	8 577 164	177,7%	420 264		1940,9%
Multas e outras penalidades	3 893 958	3 984 257	102,3%	5 507 580		-27,7%
Taxas, multas e outras penalidades	10 478 397	14 624 484	139,6%	8 040 886		81,9%
Total	120 412 787	157 846 566	131,1%	126 181 312		25,1%

As receitas fiscais, englobando os impostos diretos, os impostos indiretos e as taxas, multas e outras penalidades, constituem a parcela mais representativa da receita corrente, com um peso relativo de 74,7%, e da receita total cobrada ao longo dos anos, tendo aumentado, em 2018 e face ao ano anterior, 25,1% e 31,7 milhões de euros.

Este comportamento positivo da receita fiscal está muito influenciado pela dinamização do mercado imobiliário e retoma da economia.

Entre as receitas fiscais destacam-se os impostos diretos, que se mantêm como principal receita do município, com um valor arrecadado superior ao orçado, em 25,7 milhões de euros. Concorrem para este aumento o IMT, a Derrama e o IUC, com desvios face ao valor previsto de 25,7 milhões de euros, 283,6 mil euros e 611,7 mil euros, respetivamente.

Os impostos indiretos, com uma taxa de execução de 193,9% são influenciados, em grande medida, pelo comportamento da receita relacionada com os loteamentos e obras de urbanização, a ocupação da via pública e outros impostos indiretos que, em 2018, registaram uma cobrança superior em 7,6 milhões de euros face ao valor orçado. Quando comparados com o valor executado de 2017, os impostos indiretos tiveram um acréscimo, de 64,1%, ou seja, 6,1 milhões de euros, por efeito do crescimento ocorrido na generalidade dos grupos de receitas que integram este capítulo.

As taxas, multas e outras penalidades com uma execução superior ao orçado em 139,6%, são influenciadas, neste ano, pela cobrança da taxa municipal turística que ascendeu a 8,2 milhões de euros. Se comparadas com o valor cobrado no ano anterior apresentam um comportamento positivo, sendo a variação de 6,6 milhões de euros.

A redução verificada nos rendimentos de propriedade, quando comparado com o ano de 2017, resulta da diminuição do valor de dividendos e participação em lucros de sociedades não financeiras, nomeadamente pelo não recebimento de dividendos da empresa municipal Águas do Porto.

O aumento do valor cobrado em transferências correntes resulta do aumento das transferências provenientes quer do Estado, nomeadamente da participação fixa no IRS, quer dos projetos cofinanciados, e ainda da transferência de 412,3 mil euros da Fundação de Desenvolvimento Social do Porto, decorrente do processo de extinção.

A venda de bens e serviços correntes diminuem cerca de 10,5 milhões de euros face a 2017, pela redução das receitas provenientes das rendas de habitações sociais e de edifícios e, fundamentalmente, por efeito da transferência da receita dos resíduos sólidos para a PortoAmbiente.

As receitas de capital (sem reposições e saldo de gerência) registaram, em 2018, um decréscimo de 50,8% relativamente a 2017, ou seja, menos 14,1 milhões de euros, em resultado do decréscimo das vendas de bens de investimento, dos passivos financeiros e das outras receitas de capital, conjugado com o aumento das transferências de capital e dos ativos financeiros.

A venda de bens de investimento, com um desvio positivo de 1,1 milhões de euros comparativamente ao valor orçado e uma execução inferior à de 2017, refletiu, entre outras situações, a venda de edifícios e a permuta de terrenos entre o Município do Porto e a Universidades do Porto, a Universidade Católica e o Estado Português, no Campus da Asprela.

Nas transferências de capital, são contabilizadas as transferências do Estado no âmbito do Fundo de Equilíbrio Financeiro e as receitas provenientes das participações a fundo perdido, nomeadamente de contratos com fundos comunitários e de contratos com fundos autónomos, entre outras transferências. No âmbito das participações comunitárias a projetos cofinanciados, a variação positiva resulta das transferências provenientes do Portugal 2020.

Por força da extinção da APOR – Agência para a Modernização do Porto, S.A. os ativos financeiros têm uma variação positiva, de 366,2 mil euros, face ao ano anterior.

Para a variação negativa de 269,6 mil euros dos passivos financeiros concorrem as últimas utilizações do empréstimo contratualizado, em 2016, com o banco Santander Totta, com vista à cobertura de necessidades de investimento em diversas áreas, nomeadamente na reabilitação/restauração de edifícios, em intervenções na via pública e outras, com destaque para o mercado do Bolhão.

A variação em outras receitas de capital resulta dos pagamentos efetuados, em 2017, pela Metro do Porto e pela STCP, de 13,8 milhões de euros no âmbito do denominado Acordo do Porto.

5. Movimentos de tesouraria

O valor das importâncias relativas a todos os recebimentos e pagamentos ocorridos no exercício, quer se reportem à execução orçamental, quer a operações de tesouraria, acrescido dos correspondentes saldos da gerência anterior, permitem obter o valor do saldo a transitar para a gerência seguinte.

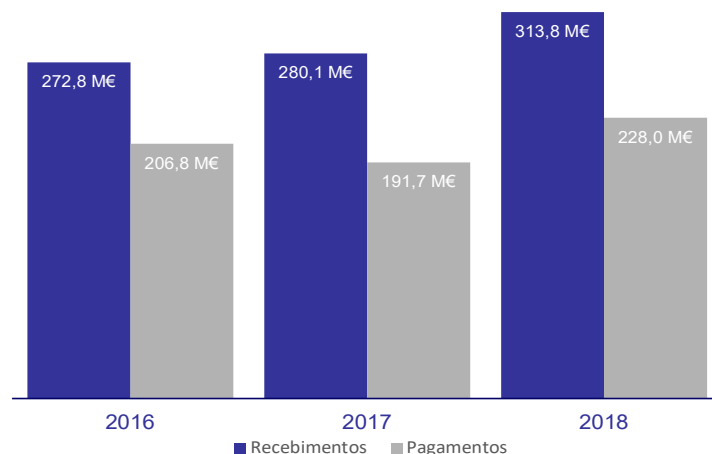
Q. 21 - Resumo da conta de gerência

Designação	Operações Orçamentais	Operações de Tesouraria	Total
	€	€	€
Saldo transitado de 2017	88.445.703	2.285.991	90.731.693
Receitas arrecadadas	225.316.106	17.681.912	242.998.018
Despesas pagas	228.025.199	17.336.786	245.361.985
Saldo a transitar para 2019	85.736.610	2.631.117	88.367.726

O saldo a transitar para a gerência seguinte é de 88,4 milhões de euros, que se decompõe em 85,7 milhões de euros de saldo de operações orçamentais e 2,6 milhões de euros de saldo de operações de tesouraria.

Esta informação é complementada quer com os fluxos de caixa que discriminam a natureza e a origem e aplicações de fundos, quer com o fluxo financeiro das operações de tesouraria, que evidencia as cobranças que os serviços do Município do Porto realizaram para terceiros, ou seja, os valores entrados em cofre e destinados a outras entidades, ambos documentados em mapas que integram a Prestação de Contas.

F. 9 - Evolução dos pagamentos e recebimentos orçamentais



A comparação dos recebimentos e pagamentos no último triénio permite-nos verificar a tendência crescente quer dos recebimentos quer dos pagamentos. O crescimento mais acentuado dos recebimentos comparativamente com os pagamentos, ao longo do triénio, tem originado saldos de tesouraria expressivos que são integrados nas receitas do ano seguinte. Estes saldos associados fundamentalmente ao aumento das receitas fiscais, tem permitido a variação positiva ocorrida nos recebimentos. Para os pagamentos concorreram, em 2018, para além do investimento executado, a amortização antecipada de empréstimos de médio e longo prazo, de cerca 21,3 milhões de euros.

SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

3. Análise do Balanço

O Balanço e o Sistema Contabilístico adequam-se ao previsto no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), espelhando a situação patrimonial da Autarquia a 31 de dezembro de 2018.

Q. 22 – Balanço sintético

Descrição	2018		2017		Variação 17-18	
	Valor	Peso	Valor	Peso	€	%
	€	%	€	%	€	%
Imobilizado	1.425.672.819	87,9%	1.325.683.837	87,1%	99.988.983	7,5%
Existências	884.888	0,1%	876.998	0,1%	7.890	0,9%
Dívidas de terceiros - curto prazo	6.070.841	0,4%	6.537.454	0,4%	-466.613	-7,1%
Disponibilidades	88.367.726	5,5%	90.731.693	6,0%	-2.363.967	-2,6%
Acréscimos e diferimentos	100.250.261	6,2%	97.941.992	6,4%	2.308.270	2,4%
Ativo líquido	1.621.246.536	100,0%	1.521.771.973	100,0%	99.474.563	6,5%
Património	1.101.123.422	78,2%	991.501.863	79,8%	109.621.559	11,1%
Ajustamentos em partes de capital	458.117	0,0%	336.781	0,0%	121.336	36,0%
Reservas	86.841.893	6,2%	86.129.889	6,9%	712.004	0,8%
Subsídios	101.456	0,0%	101.456	0,0%	0	0,0%
Doações	17.272.999	1,2%	17.272.999	1,4%	0	0,0%
Regularizações	60.227.112	4,3%	60.227.112	4,8%	0	0,0%
Resultados	141.541.120	10,1%	86.934.362	7,0%	54.606.759	62,8%
Fundos próprios	1.407.566.120	100,0%	1.242.504.462	100,0%	165.061.658	13,3%
Provisões para riscos e encargos	39.046.136	18,3%	45.333.103	16,2%	-6.286.967	-13,9%
Dívidas a terceiros - médio e longo prazo	11.055.327	5,2%	30.930.912	11,1%	-19.875.585	-64,3%
Dívidas a terceiros - curto prazo	10.158.633	4,8%	11.564.472	4,1%	-1.405.839	-12,2%
Acréscimos e diferimentos	153.420.321	71,8%	191.439.025	68,6%	-38.018.704	-19,9%
Passivo	213.680.416	100,0%	279.267.511	100,0%	-65.587.095	-23,5%

O acréscimo de 6,5% do ativo líquido resulta do aumento do imobilizado líquido (100 milhões de euros), dos acréscimos e diferimentos (2,3 milhões de euros) e das existências (7,9 mil euros), conjugado com a diminuição das disponibilidades (2,4 milhões de euros) e das dívidas de terceiros de curto prazo (466,6 mil euros).

No que respeita ao imobilizado, a variação positiva relativamente ao ano transato é justificada, fundamentalmente, pelos acréscimos verificados nas rubricas de terrenos e recursos naturais, de edifícios e outras construções, de equipamento de transporte e básico, no imobilizado corpóreo.

Na rubrica de Terrenos e Recursos Naturais encontram-se registados 104,4 milhões de euros referentes ao registo de terrenos que não constavam no balanço inicial, na sequência do processo de conciliação do cadastro de imobilizado que o Município do Porto iniciou em

2018, e que se consubstanciou na realização das atividades de: (i) inventariação e avaliação de todos os terrenos, edificados e outras construções que não constavam do sistema de Informação e Cadastro (SIC); (ii) conciliação dos saldos no suporte da rubrica edifícios MP entre o SIC e o Sistema de Contabilidade Autárquica (SCA); (iii) reclassificação das obras realizadas pela empresa municipal Domus Social EM, que constavam no imobilizado em curso.

Nos acréscimos e diferimentos o aumento é justificado essencialmente pela especialização referente à receita da taxa turística de dezembro de 2018, cuja cobrança ocorre apenas no ano seguinte.

Em cumprimento do princípio da especialização do exercício, efetuou-se também uma estimativa dos montantes relativos aos proveitos dos impostos e transferências provenientes do Orçamento do Estado, nomeadamente no que concerne ao IMI, Derrama e à participação fixa no IRS, que apenas serão recebidos durante o ano de 2019.

Em termos globais as dívidas de terceiros de curto prazo decrescem 466,6 mil euros, em resultado da redução da rubrica de outros devedores, nomeadamente da empresa municipal PortoAmbiente, e das rubricas de contribuintes e utentes, conjugada com o aumento de adiantamentos a fornecedores de imobilizado. Nesta rubrica encontra-se registado o pagamento, através de depósito à ordem do Tribunal Judicial da Comarca do Porto, no âmbito de uma ação declarativa em processo comum, relacionada com o exercício de direitos de preferência.

Nos fundos próprios o aumento é justificado pelo incremento do património (109,6 milhões de euros), na sequência do processo de conciliação do cadastro de imobilizado que o Município do Porto iniciou em 2017. Decorrente deste trabalho, foram registados no património 104,4 milhões de euros relativos ao registo de terrenos que não constavam do balanço inicial. Contribuiu ainda para a variação positiva dos fundos próprios, o acréscimo nos resultados de 54,6 milhões de euros, resultante quer do aumento dos resultados transitados, quer dos resultados líquidos do exercício.

A variação ocorrida nos resultados transitados, resulta da regularização das amortizações extraordinárias referentes a anos anteriores e relacionadas com os subsídios para investimento no âmbito do trabalho desenvolvido no decurso do ano 2018, e ainda da transferência do resultado líquido proveniente do exercício anterior para os resultados transitados.

Assim, e conforme determinado pelo POCAL e deliberado pela Assembleia Municipal, o resultado líquido de 2017 foi transferido para resultados transitados (13,5 milhões de euros) e procedeu-se ao reforço das reservas legais (712 mil euros).

A redução do passivo, em 65,6 milhões de euros, é justificada pela redução das dívidas a terceiros de médio e longo prazo (19,9 milhões de euros), das dívidas a terceiros de curto prazo (1,4 milhões de euros), dos acréscimos e diferimentos (38 milhões de euros) e das provisões para riscos e encargos (6,3 milhões de euros).

O decréscimo das dívidas a terceiros de médio e longo prazo é explicado fundamentalmente pela amortização antecipada de empréstimos bancários, fruto do bom desempenho financeiro do Município.

Os acréscimos e diferimentos diminuem (38 milhões de euros) pelo efeito conjugado do aumento dos acréscimos de custos (2,3 milhões de euros) que incorporam os custos do exercício, a liquidar em exercícios futuros, em obediência ao princípio da especialização do exercício com a diminuição de proveitos diferidos (40,4 milhões de euros) fruto do reconhecimento, neste ano, do ativo imobilizado associado aos proveitos diferidos e respetiva recuperação das amortizações associadas ao investimento e que só se tornou exequível neste ano.

Q. 23 – Indicadores económico-financeiros

Indicadores	2018	2017
Estrutura do ativo		
Ativo fixo / Ativo total	87,9%	87,1%
Ativo circulante / Ativo total	12,1%	12,9%
Ativo fixo / Ativo circulante	729,0%	676,1%
Estrutura do passivo		
Recursos permanentes / Passivo	735,7%	524,5%
Passivo longo prazo / Passivo exigível	30,9%	56,5%
Passivo curto prazo / Passivo exigível	69,1%	43,5%
Passivo curto prazo / Passivo longo prazo	223,5%	76,9%
Análise do ativo fixo		
Ativo fixo / Endividamento a médio longo prazo	12895,8%	4286,0%
Amortizações exercício / Variação imobilizado	29,9%	92,0%
Análise do passivo exigível		
- Coeficiente de endividamento		
Passivo exigível / Fundos próprios	2,5%	4,4%
- Coeficiente de endividamento a curto prazo		
Exigível a curto prazo / Fundos próprios	1,8%	1,9%
- Coeficiente de endividamento a longo prazo		
Exigível a médio longo prazo / Fundos próprios	0,8%	2,5%
Exigível a médio longo prazo / Imobilizado corpóreo	1,1%	3,5%
Grau de autonomia		
Fundos próprios/Ativo	86,8%	81,6%
Índice de liquidez imediata		
Disponibilidades / Exigível a curto prazo	3,6	3,8
Índice de solvência		
Ativo/ Passivo exigível	45,3	27,8

Os indicadores económico-financeiros têm, na generalidade, uma evolução que evidencia um desempenho financeiro positivo do Município do Porto em 2018.

A estrutura do ativo mantém-se, com alterações pouco significativas, relativamente a 2017. Estas alterações resultam, em termos globais da variação positiva do ativo fixo por força do aumento do imobilizado.

A posição confortável da estrutura do passivo comparativamente com o ano 2017 deve-se à diminuição do passivo exigível, em resultado da redução do passivo de médio e longo prazo e do aumento dos fundos próprios fruto da integração dos terrenos, que não constavam do balanço inicial.

O acréscimo registado no ativo fixo cumulativamente com a redução no endividamento de médio e longo prazo permite verificar que o Município do Porto continua a dar boas garantias perante as entidades financiadoras.

O decréscimo verificado no indicador amortizações do exercício/variação do imobilizado deve-se ao acréscimo da variação do imobilizado bruto ser mais expressiva que o aumento das amortizações.

Os indicadores relativos ao passivo exigível evidenciam uma evolução positiva da independência financeira do Município. A redução dos coeficientes de endividamento a curto e longo prazo resultam da redução conjugada das dívidas de médio e longo prazo com o aumento dos fundos próprios e do imobilizado corpóreo.

O grau de autonomia, com um aumento em 2018, continua a evidenciar a capacidade do Município financiar o seu ativo através de capitais próprios sem ter que recorrer a empréstimos de médio e longo prazo.

A diminuição do índice de liquidez imediata, relativamente ao ano anterior, é justificada pelo decréscimo das disponibilidades superior ao aumento do passivo de curto prazo.

A capacidade do Município em cumprir os seus compromissos, medida através do índice de solvência, apresentou uma melhoria relativamente ao ano de 2017, ao passar de 27,8 para 45,3.

4. Análise da Demonstração de Resultados

A Demonstração de Resultados por natureza adequa-se ao previsto no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), apresentando os resultados das operações económicas (custos e proveitos) da Autarquia durante o ano de 2018.

Q. 24 – Demonstração dos resultados por natureza

Designação	2018		2017		Variação	
	Valor	Peso	Valor	Peso	17-18	
	€	%	€	%	€	%
Custos e perdas						
Custos merc.vend.e das mat. consumidas	1.795.646	0,9%	1.488.121	0,8%	307.525	20,7%
Fornecimentos e serviços externos	40.950.777	20,5%	50.560.920	27,2%	-9.610.143	-19,0%
Pessoal	69.809.968	35,0%	65.413.573	35,2%	4.396.396	6,7%
Transf. e subsídios correntes concedidos	22.159.599	11,1%	14.039.147	7,6%	8.120.452	57,8%
Amortizações do exercício	45.957.499	23,0%	44.431.368	23,9%	1.526.132	3,4%
Provisões do exercício	11.239.490	5,6%	4.516.285	2,4%	6.723.205	148,9%
Custos e perdas financeiros	802.636	0,4%	551.288	0,3%	251.348	45,6%
Outros custos	6.667.760	3,3%	4.576.010	2,5%	2.091.750	45,7%
Total	199.383.374	100,0%	185.576.711	100,0%	13.806.664	7,4%
Proveitos e ganhos						
Vendas e prestações de serviços	6.374.703	2,7%	15.053.847	7,5%	-8.679.144	-57,7%
Impostos e taxas	154.184.592	65,5%	121.813.966	61,0%	32.370.625	26,6%
Variação da produção	-22.567	0,0%	-66.637	0,0%	44.070	-66,1%
Transferências e subsídios correntes	31.984.303	13,6%	32.078.902	16,1%	-94.599	-0,3%
Proveitos financeiros	11.021.886	4,7%	10.607.820	5,3%	414.066	3,9%
Outros	31.733.509	13,5%	20.328.902	10,2%	11.404.607	56,1%
Total	235.276.425	100,0%	199.816.800	100,0%	35.459.625	17,7%
Resultado líquido do exercício	35.893.051		14.240.089		21.652.962	152,1%

Os custos e perdas reconhecidos no exercício de 2018 apresentam, no seu conjunto, um crescimento de 13,8 milhões de euros relativamente ao ano anterior.

Os custos com pessoal representam 35% dos custos da autarquia registando-se um ligeiro decréscimo do seu peso face ao ano anterior, pese embora o aumento em termos absolutos, justificado pelos acréscimos remuneratórios, pelo aumento do número de efetivos e ainda pelos custos das remunerações a liquidar relativamente aos direitos adquiridos pelos trabalhadores em relação a férias e subsídio de férias.

Contribuem ainda para o aumento dos custos, as transferências e subsídios correntes concedidos, nomeadamente para cumprimento da obrigação de serviço público no âmbito do novo modelo de gestão da Sociedade de Transportes Coletivos do Porto (STCP), com mais 2 milhões de euros face ao ano anterior, assim como os apoios/transferências a instituições sem fins lucrativos, designadamente no âmbito das ações de interesse cultural e dos subsídios para as empresas municipais GO Porto, EM, Domus Social, EM e PortoAmbiente, sendo que esta empresa regista um aumento de 5 milhões de euros face ao ano anterior, motivado pelo início da atividade que ocorreu apenas em setembro de 2017.

O aumento de outros custos é justificado, entre outros, pelo facto de, em 2017, não terem ocorrido perdas em imobilizações resultantes de menos valias aquando da venda de

imobilizado, e pelos apoios concedidos para investimento, nomeadamente à Associação dos Deficiente das Forças Armadas.

A cobertura de processos judiciais em curso e de dívidas de clientes em cobrança duvidosa conduziu, em 2018, a um aumento das provisões do exercício, em 6,7 milhões de euros.

O decréscimo dos fornecimentos e serviços externos (9,6 milhões de euros) é justificado pelo efeito conjugado da diminuição dos custos com subcontratos, fundamentalmente das concessões para recolha de resíduos urbanos e limpeza da cidade (11,6 milhões de euros) que vigoraram até final do ano de 2017, com o acréscimo em fornecimentos e serviços (2,5 milhões de euros) por força das atividades culturais e turísticas, dos serviços de vigilância e segurança e das rendas e alugueres, nomeadamente com o arrendamento do edifício denominado “Cinema Batalha” e com o contrato de subconcessão do parque de estacionamento da Alfândega, no âmbito da gestão dos parques de estacionamento. Esta rubrica espelha também, todos os custos resultantes do cumprimento do princípio da especialização dos exercícios.

O aumento dos proveitos e ganhos em 35,5 milhões de euros deve-se, essencialmente, à variação positiva ocorrida nos impostos e taxas e em outros proveitos, conjugada com a redução nas vendas e prestação de serviços.

A variação positiva nos impostos e taxas resulta do aumento do reconhecimento em proveitos dos impostos diretos, nomeadamente da cobrança do IMT face ao crescente dinamismo no mercado imobiliário que se traduz num aumento do volume de transações de bens imóveis. Esta variação é ainda influenciada neste ano pela cobrança da taxa turística.

A variação positiva de outros proveitos está influenciada essencialmente pela imputação dos proveitos relacionados com os subsídios para investimento tendo em conta o reconhecimento, neste ano, do ativo imobilizado associado.

A diminuição nas vendas e prestações de serviços resulta da passagem da receita relativa aos resíduos urbanos, para a empresa municipal PortoAmbiente

A variação nas transferências e subsídios correntes é justificada pela diminuição das transferências provenientes do OE, designadamente ao nível do Fundo de Equilíbrio Financeiro, e ainda pelo reconhecimento em proveitos da participação fixa no IRS relativo ao exercício em relato cujo recebimento apenas ocorrerá em períodos futuros.

Do balanceamento entre os custos e proveitos decorre um resultado líquido do exercício de 35,9 milhões de euros, superior ao do ano transato em 21,7 milhões de euros, justificado, essencialmente, pelo aumento dos impostos e taxas (nomeadamente do IMT e da taxa turística).

5. Endividamento

A Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais obriga a que o limite da dívida total dos municípios englobe a totalidade dos empréstimos, incluindo as aberturas de crédito, os contratos de locação financeira e qualquer outra forma de endividamento.

Esta Lei define, no n.º 1 do artigo 52.º, que a dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

De acordo com o artigo 54º, as entidades relevantes para efeitos de apuramento do montante da dívida total relevante para o limite do município são os serviços municipalizados e intermunicipalizados, as entidades intermunicipais e entidades associativas municipais, as empresas locais e participadas, as cooperativas e fundações, bem como as entidades de outra natureza relativamente às quais se verifique o controlo ou presunção de controlo por parte do município e, ainda, as associações participadas não exclusivamente por municípios que tenham por objeto a prossecução das atribuições e competências destes.

Q. 25 – Limite da dívida total

milhões de €

Limite	Dívida total *		Margem utilizável	Variação da dívida (%)	Margem utilizada em 2018
	início	final			
(1)	(2)	(3)	(4) = [(1)-(2)]*20%	(5)=[(3)-(2)]/(2)	(6)
262,5	57,6	35,7	41,0	-38,0%	0,0

* Exclui operações não orçamentais e FAM

No início de 2018, o limite à dívida total ascendeu a 262,5 milhões de euros. Considerando que a dívida total no início do ano (57,6 milhões de euros) se encontrava dentro daquele limite, o Município podia aumentar a sua dívida em 20% da margem disponível, ou seja, até mais 41 milhões de euros.

No final do ano, a dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades que relevam para este efeito, reduziu 38%, sendo de apenas 35,7 milhões de euros, valor para o qual contribuíram, 21,2 milhões de euros do Município do Porto⁴ (dos

⁴ Conforme Nota Explicativa emitida pelo SATAPOCAL, o montante da contribuição do Município do Porto para o Fundo de Apoio Municipal (3,8 milhões de euros) não releva para o limite da dívida total.

quais se excluem 2,6 milhões de euros de operações não orçamentais e 719,5 mil euros do Fundo de Apoio Municipal) e 17,8 milhões de euros das outras entidades que relevam para efeitos de apuramento⁵.

A política financeira do Município do Porto continuou, assim, no sentido de uma redução programada e gradual do endividamento.

6. Proposta de aplicação de resultados

Para cumprimento das condições exigidas no ponto 2.7.3 do POCAL, propõe-se que o resultado Líquido positivo de 35.893.050,85 euros tenha a seguinte aplicação:

- 1.794.652,54 euros para Reservas Legais
- 34.098.398,31 euros para Resultados Transitados

⁵Valores provisórios à data de 11 de abril de 2019.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Introdução

As notas às demonstrações financeiras que a seguir se apresentam visam facultar a avaliação da situação financeira e económica do Município do Porto, nos termos do ponto 2.4 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro e das resoluções do Tribunal de Contas nº 4/2001, com as alterações introduzidas pela resolução n.º 26/2013, e nº 7/2018.

Os anexos às demonstrações financeiras compreendem três partes distintas:

- 8.1 - Caracterização da entidade;
- 8.2 - Notas ao balanço e à demonstração de resultados;
- 8.3 - Notas sobre o processo orçamental e respetiva execução.

Estas notas têm como referência a numeração definida no ponto 8 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), omitindo-se todos os pontos aí definidos que não são aplicáveis.

Dando cumprimento ao ponto 3.2 do POCAL os mapas financeiros e os registos contabilísticos foram efetuados de acordo com os princípios contabilísticos da continuidade, da consistência, da especialização, do custo histórico, da prudência, da materialidade e da não compensação. De acordo com o princípio da continuidade estabeleceu-se uma correlação entre o Balanço Final de 2017 e o Balanço Final de 2018.

8.1 – Caracterização da entidade

A informação de identificação e caracterização do Município do Porto consta dos documentos de prestação de contas.

8.2 – Notas ao balanço e à demonstração de resultados

8.2.1 – Derrogações ao POCAL

Um dos objetivos do POCAL é a prática de uma contabilidade pública que incorpore a integração consistente da contabilidade orçamental, patrimonial e de custos, de modo a que

as autarquias disponham de um instrumento de apoio à gestão ajustado ao carácter específico da sua atividade.

A contabilidade de custos, reconhecida como ferramenta fundamental de gestão financeira, ao permitir o apuramento dos custos das funções e dos custos subjacentes à fixação de tarifas de bens e serviços, facilitadora de um melhor controlo e gestão dos mesmos, tem sido objeto de uma melhoria contínua tendo em vista a sua plena implementação. Em 2018, iniciou-se a contabilidade de gestão tendo por base o preceituado pelo novo Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).

O Município continua a reunir a informação necessária para dar cumprimento ao preconizado relativamente aos contratos de cedência do direito de superfície, que implicarão:

- A reclassificação desses ativos para a rubrica de Investimentos em imóveis, na medida em que não estão disponíveis para venda, considerando-se, como tal, que esta conta abrange as edificações urbanas e propriedades rústicas que não estejam afetadas à atividade operacional da autarquia, nem sejam considerados bens do domínio público.
- No que concerne ao tratamento contabilístico de uma cedência do direito de superfície, o benefício gerado deverá ser reconhecido ao longo do período do contrato independentemente do momento do recebimento.

Neste âmbito, o SATAPOCAL emitiu um parecer em que, apoiando-se no disposto no Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, esclarece que, pese embora este normativo legal estabeleça as disposições gerais e comuns sobre a gestão dos bens imóveis dos domínios públicos do Estado, das Regiões Autónomas e das autarquias locais, não havendo regulação expressa sobre os bens afetados às Autarquias Locais que não se enquadrem nesta definição, o preconizado no diploma se adaptará igualmente ao património que não se enquadre na definição de bem de domínio público.

Acrescente-se por fim que não foram derogadas quaisquer disposições do POCAL que tenham efeitos na imagem verdadeira e apropriada do ativo, passivo e resultados da autarquia.

8.2.2 – A comparabilidade das contas do balanço e da demonstração de resultados aplica-se à generalidade das rubricas que constituem as demonstrações financeiras.

8.2.3 – Os critérios valorimétricos aplicados relativamente às várias rubricas do balanço e da demonstração de resultados foram os seguintes:

Bens de Domínio Público

- a) Para o imobilizado adquirido até 31 de dezembro de 2000 foi usado, na avaliação dos bens imóveis, o método do custo ou do valor de substituição/reposição, o qual corresponde ao cálculo do montante que seria necessário para construir o imóvel em estado novo, com materiais equivalentes aos que foram utilizados na origem, corrigido da depreciação sofrida até a data de avaliação. Na avaliação dos terrenos subjacentes às frações, fogos habitacionais ou comerciais foi utilizado o método de mercado, que corresponde à avaliação do preço corrente de mercado, ao seu valor atual. Entende-se por valor atual dos bens o seu valor em estado novo, deduzido da depreciação ocorrida à data da avaliação;
- b) Para o imobilizado adquirido após 1 de janeiro de 2001, na valorização dos bens de domínio público foi utilizado o método do custo de aquisição ou de produção.

Imobilizações Incorpóreas

As imobilizações incorpóreas (propriedade industrial e outros direitos) foram valorizadas ao custo de aquisição.

Imobilizações Corpóreas

- a) Para o imobilizado adquirido até 31 de dezembro de 2000:
 - a.a.1) A avaliação dos bens imóveis foi realizada de acordo com o método do custo ou método de mercado (conforme o descrito na alínea a) para os Bens de Domínio Público);
 - a.a.2) Para os bens móveis, utilizou-se como regra o critério do custo histórico, e, na sua impossibilidade, o método utilizado foi o método comparativo. Este método consistiu em comparar bens já avaliados, com as mesmas características, e assim, reconhecer-lhes o mesmo valor. Nos bens móveis em relação aos quais se pode aplicar os dois métodos anteriores, utilizou-se o método do valor de mercado correspondente ao seu valor atual.
- b) Para o imobilizado corpóreo adquirido após 1 de janeiro de 2001, na valorização dos bens foi utilizado o método do custo de aquisição ou de produção.

Processo de conciliação do cadastro de imobilizado e identificação de bens:

Na sequência da evolução do processo de conciliação do cadastro de imobilizado, quando são identificados bens a considerar como inventariação inicial de ativos é seguida a metodologia acima descrita para imobilizado anterior a 2000, sendo o seu valor bruto registado por contrapartida da rubrica de património e as amortizações acumuladas registadas na rubrica de resultados transitados.

Relativamente à inventariação e avaliação dos terrenos, edificado e outras construções que não constavam do Sistema de Inventário e Cadastro (SIC), conforme nota 8.2.33, a valorização dos terrenos foi efetuada de acordo com a Caderneta Predial Urbana, ou com o Valor Unitário Médio definido pela Comissão Municipal de Avaliação do Município.

A Comissão Municipal de Avaliação visando uma metodologia de avaliação predial mais objetiva, para o apuramento do valor patrimonial de prédios urbanos aplicou a fórmula geral de avaliação conforme consta do artigo 38º do (CIMI) Código do Imposto Municipal sobre Imóveis ou artigo 46º para casos de outros, nomeadamente para os que não têm capacidade construtiva.

Quando se trate de ativos do imobilizado obtidos a título gratuito considera-se o valor resultante da avaliação ou o valor patrimonial definidos nos termos legais ou, caso não exista disposição aplicável, o valor resultante da avaliação segundo critérios técnicos que se adequem à natureza desses bens e seguindo o já referido nesta nota.

Caso este critério não seja exequível, o imobilizado assume o valor zero até ser objeto de uma grande reparação assumindo então o montante desta. Na impossibilidade de valorização dos bens ou quando estes assumam o valor zero, são identificados neste anexo e justificada essa impossibilidade na nota 8.2.14.

Investimentos Financeiros

Os investimentos financeiros (partes de capital) foram valorizados ao custo de aquisição. No final de cada período, procedeu-se aos ajustamentos nos investimentos financeiros através da constituição de uma provisão pelo montante das diferenças entre o custo de aquisição dos títulos e outras aplicações financeiras e o respetivo preço de mercado, quando este for inferior ao custo.

Amortizações

As amortizações da generalidade dos bens do ativo imobilizado são calculadas segundo o método das quotas constantes, de acordo com a aplicação das taxas fixadas no classificador CIBE aprovado pela Portaria n.º 671/2000, de 17 de abril (II série), pelo que os bens terminados ou adquiridos no exercício sofreram a primeira amortização no presente ano económico através do regime dos duodécimos.

Em virtude do processo de implementação do sistema informático de inventário e cadastro patrimonial, o critério anteriormente exposto não pôde ser aplicado na sua plenitude às seguintes situações:

- a) Para os bens adquiridos até 31 de dezembro de 2000, as amortizações da rubrica de Edifícios foram calculadas de acordo com o valor final à data do exercício de 2001;
- b) Para os bens adquiridos após 1 de janeiro de 2001, na rubrica de Edifícios, quando não foi possível a análise individual de alguns bens não inventariados, foi aplicada a taxa mínima de acordo com o classificador CIBE.

Aos bens de imobilizado incorpóreo em que o período de vida útil está previamente estipulado, a taxa de amortização foi calculada de acordo com o período de vida útil predefinido.

Existências

As existências são valorizadas ao custo de aquisição ou ao custo de produção:

- a) Nas matérias-primas, subsidiárias e de consumo foi utilizado o custo de aquisição, tendo sido adotado como método de custeio das saídas o método do custo médio ponderado;
- b) Nos produtos acabados e intermédios foi utilizado o método do contrato terminado para a produção resultante da atividade dos viveiros municipais.

À data de balanço é efetuada uma análise às existências e caso existam situações de obsolescência, deterioração física parcial, quebra de preços, ou outros fatores que levem a que o custo de aquisição ou o custo de produção seja superior ao preço de mercado, é registada uma provisão pelo montante dessa diferença.

Entende-se como preço de mercado o custo de reposição ou o valor realizável líquido, conforme se trate de bens adquiridos para a produção ou de bens para venda.

Dívidas de e a terceiros

As dívidas de e a terceiros, são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam. Quando existe uma dívida de clientes, contribuintes ou utentes cuja cobrança se apresente duvidosa o saldo dessa dívida deve ser transferido para a rubrica clientes de cobrança duvidosa.

Disponibilidades

As disponibilidades de caixa e em depósitos bancários exprimem os montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito.

Provisões

São constituídas provisões para fazer face a riscos e encargos de natureza provável mas que não correspondam a uma estimativa de um passivo certo, sendo estes últimos registados nas respetivas rubricas de balanço.

Elencam-se como as principais situações que geram a necessidade de registo de provisões as que se relacionam com aplicações de tesouraria, cobranças duvidosas, depreciação de existências, obrigações e encargos derivados de processos judiciais em curso, acidentes de trabalho e doenças profissionais.

1. As provisões para cobrança duvidosas são constituídas para as dívidas de terceiros que estejam em mora há mais de seis meses e cujo risco de incobrabilidade seja devidamente justificado.

Em conformidade com o ponto 2.7.1 do POCAL, as provisões são calculadas de acordo com as seguintes percentagens:

a) 50% para dívidas em mora há mais de 6 e até 12 meses

b) 100% para dívidas em mora há mais de 12 meses

As dívidas em mora são objeto de acompanhamento e esforço de recuperação pela Divisão Municipal de Execuções Fiscais e Contraordenações.

Não são consideradas de cobrança duvidosa as seguintes dívidas:

- a) Do Estado, Regiões Autónomas e Autarquias Locais.
- b) As cobertas por garantia, seguro ou caução, com exceção da importância correspondente à percentagem de desconto ou descoberto obrigatório.

2. As provisões para riscos e encargos são constituídas para registar as responsabilidades derivadas dos riscos de natureza específica e provável. As provisões são subsequentemente reduzidas na medida em que se reduzam ou cessem os riscos previstos.

Estas provisões incluem o montante de responsabilidades estimadas como prováveis nos processos judiciais em curso, considerando o montante da indemnização ou encargo que a autarquia prevê suportar relativamente aos processos judiciais cuja resolução pelos Tribunais não tenha ainda ocorrido e os montantes associados a acordos extrajudiciais promovidos pelo Município.

Acréscimos e Diferimentos

A autarquia regista os seus proveitos e custos de acordo com o princípio da especialização do exercício, pelo qual os proveitos e os custos são reconhecidos quando obtidos ou incorridos, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos.

Na rubrica de acréscimos de proveitos são registados os montantes de impostos (IMI e Derrama) e transferências (IRS) relativos ao exercício em relato cujo recebimento apenas ocorrerá em períodos futuros e outros proveitos que a cada data de balanço tenham igualmente sido já obtidos mas que não tenham ainda documentação vinculativa, cuja receita só venha a obter-se em exercício(s) posterior(es).

Na rubrica de acréscimos de custos são registados os custos a reconhecer no exercício, ainda que não tenham documentação vinculativa, cuja despesa só venha a incorrer em exercício(s) posterior(es). Destacam-se neste âmbito os custos relativos a remunerações a liquidar, que compreendem a estimativa dos montantes relativos aos direitos adquiridos pelos trabalhadores relativamente a férias e subsídio de férias.

A rubrica de proveitos diferidos a serem reconhecidos nos exercícios seguintes é essencialmente composta por subsídios/transferências para investimento recebidos pelo Município do Porto, nos termos da lei ou de contratos-programa, os quais, estando associados aos ativos, são reconhecidos numa base sistemática na rubrica de proveitos e ganhos extraordinários à medida que forem contabilizadas as amortizações do imobilizado a que respeitam.

8.2.6 – Despesas de Instalação, investigação e de desenvolvimento

A rubrica associada às despesas de investigação e desenvolvimento revela, na sua totalidade, a aquisição de diversas licenças de software informático.

8.2.7 – Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado

Os movimentos ocorridos durante o exercício, nas rubricas do ativo imobilizado, constantes do balanço, podem ser resumidos como segue:

Ativo Bruto

Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliação ajustamentos	Aumentos	Alienações	Transferências	Doações e Transferências de/para Outras Entidades	Abates	Saldo Final
	€	€	€	€	€	€	€	€
De bens de domínio público								
Terrenos e recursos naturais	6.925.144,70				1.520.200,59			8.445.345,29
Edifícios	8.809.177,07		3.889,80		5.144,06			8.818.210,93
Outras construções e infra estruturas	511.965.803,72	5.099.991,74	1.331.988,69	1.224,55	6.687.178,70			525.083.738,30
Bens do património histórico artístico e cultural	4.432.894,29	5.000,00	109.980,50		59.783,21			4.607.658,00
Outros bens de domínio público	65.366.861,24		0,00		148.434,80			65.515.296,04
Imobilizações em curso	4.449.389,60		6.306.915,36		-4.580.795,51		1.194.294,80	4.981.214,65
Adiantamentos por conta de bens de domínio público								
Sub-total	601.949.270,62	5.104.991,74	7.752.774,35	1.224,55	3.839.945,85	0,00	1.194.294,80	617.451.463,21
De imobilizações incorpóreas								
Despesas de instalação								
Despesas de investigação e de desenvolvimento	609.924,19							609.924,19
Propriedade industrial e outros direitos	5.205.070,84		338.897,68					5.543.968,52
Imobilizações em curso								
Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas								
Sub-total	5.814.995,03	0,00	338.897,68	0,00	0,00	0,00	0,00	6.153.892,71
De imobilizações corpóreas								
Terrenos e recursos naturais	335.825.827,04	104.516.567,00	8.303.361,67	995.296,95	5.134.612,63		646.086,74	452.138.984,65
Edifícios e outras construções	693.816.551,43		7.239.344,61	1.961.963,81	65.642.189,05		0,00	764.736.121,28
Equipamento básico	23.692.275,33		2.251.256,43	931,59	-8.711,56		235.342,77	25.698.545,84
Equipamento de transporte	5.836.102,04		2.741.815,50				26.815,12	8.551.102,42
Ferramentas e utensílios	772.936,20		30.043,62				19.755,29	783.224,53
Equipamentos administrativo	20.803.795,47		593.917,48	2.599,07			255.753,29	21.139.360,59
Taras e vesilhame							0,00	
Outras imobilizações corpóreas	4.788.499,09		16.874,21				2.238,98	4.803.134,32
Imobilizações em curso	120.826.791,10		32.109.937,44		-74.096.272,74		9.064.468,24	69.775.987,56
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas			0,00				0,00	
Sub-total	1.206.362.777,70	104.516.567,00	53.286.550,96	2.960.791,42	-3.328.182,62	0,00	10.250.460,43	1.347.626.461,19
De investimentos financeiros								
Partes de capital	93.125.443,22		3.600,00	368.215,00			49.879,79	92.710.948,43
Obrigações e títulos de participação	6.715.506,65						2.398.395,65	4.317.111,00
Investimentos em imóveis	20.590.694,13				-511.763,23			20.078.930,90
Outras aplicações financeiras	12.046.014,19							12.046.014,19
Sub-total	132.477.658,19	0,00	3.600,00	368.215,00	-511.763,23	0,00	2.448.275,44	129.153.004,52
Total	1.946.604.701,54	109.621.558,74	61.381.822,99	3.330.230,97	0,00	0,00	13.893.030,67	2.100.384.821,63

Durante o ano de 2018, efetuaram-se ajustamentos ao ativo bruto no montante total de 109.621.559 euros, influenciados pela integração de terrenos que não constavam do balanço inicial num total de 104.516.567 euros e em outras construções e infraestruturas, no valor de 5.099.992 euros, no que respeita aos bens de domínio público.

Estes ajustamentos decorreram do processo de conciliação do cadastro de imobilizado, que o Município do Porto iniciou em 2017, e que se substanciou na realização das seguintes atividades: (i) inventariação e avaliação de todos os terrenos, edificados e outras construções que não constavam do Sistema de Informação e Cadastro (SIC); (ii) conciliação

dos saldos entre o SIC e o Sistema de Contabilidade Autárquica (SCA); (iii) reclassificação das obras realizadas pela empresa municipal Domus Social, EM que constavam no imobilizado em curso.

Resultante deste trabalho na rubrica Terrenos e Recursos Naturais está incluído o montante de 104.400.547 euros referentes ao registo de terrenos que não constavam do balanço inicial do Município do Porto cujo detalhe consta da nota 8.2.33.

Ainda no âmbito dos ajustamentos do processo de conciliação de cadastro, registou-se no ano de 2018 nas rubricas de imobilizações em curso uma diminuição que resulta, essencialmente, da transferência para imobilizado corpóreo e bens de domínio público das obras realizadas pela Domus Social, EM, no período de 2001 a 2007.

No que respeita às obrigações e títulos de participação incluídas na rubrica de investimentos financeiros, as mesmas sofreram uma redução decorrente da aplicação da Lei do Orçamento do Estado para 2018, que procedeu à alteração do artigo 19.º da Lei nº 53/2014, de 25 de agosto, que aprovou o regime jurídico de recuperação financeira municipal e regulamentou o Fundo de Apoio Municipal (FAM), resultando numa diminuição deste fundo de 2.398.396 euros para o Município do Porto.

Mapa das Amortizações e Provisões

Rubricas	Saldo inicial	Reforço	Abates, Alienações e Reduções	Regularizações	Saldo Final
	€	€	€	€	€
De bens de domínio público					
Edifícios	5 219 488,60	440 385,01		2 363,16	5 662 236,77
Outras construções e infra estruturas	237 527 335,98	17 126 008,45	3 580,92	6 277 184,48	260 926 947,99
Bens do património histórico artístico e cultural	815 722,04	281 759,64			1 097 481,68
Outros bens de domínio público	38 913 529,33	3 206 591,28		148 434,80	42 268 555,41
Subtotal	282 476 075,95	21 054 744,38	3 580,92	6 427 982,44	309 955 221,85
De imobilizações incorpóreas					
Despesas de investigação e de desenvolvimento	609 924,19				609 924,19
Propriedade industrial e outros direitos	4 446 266,53	403 898,93			4 850 165,46
Subtotal	5 056 190,72	403 898,93	0,00	0,00	5 460 089,65
De imobilizações corpóreas					
Terrenos e recursos naturais					
Edifícios e outras construções	284 036 425,68	20 908 268,60	41 633,21	1 768 389,33	306 671 450,40
Equipamento básico	18 126 880,20	1 962 495,69	236 274,01		19 853 101,88
Equipamento de transporte	3 137 396,15	418 884,58	26 815,12		3 529 465,61
Ferramentas e utensílios	629 241,20	55 388,92	19 755,29		664 874,83
Equipamentos administrativo	19 780 889,91	672 734,35	246 581,34	-11 375,50	20 195 667,42
Outras imobilizações corpóreas	2 073 968,11	481 083,80	2 238,98		2 552 812,93
Subtotal	327 784 801,25	24 498 855,94	573 297,95	1 757 013,83	353 467 373,07
De investimentos financeiros					
Partes de capital	463 806,00	2 973,00		-4 955,00	461 824,00
Investimentos em imóveis	4 042 539,30	366 149,37		-219 505,56	4 189 183,11
Outros títulos	1 097 451,76	139 896,64		-59 037,72	1 178 310,68
Subtotal	5 603 797,06	509 019,01	0,00	-283 498,28	5 829 317,79
Total	620 920 864,98	46 466 518,26	576 878,87	7 901 497,99	674 712 002,36

As amortizações do exercício ascenderam a 46.466.518 euros, justificadas pelo aumento nas rubricas de outras construções e infra estruturas nos bens de domínio público e em edifícios e outras construções de imobilizações corpóreas.

8.2.12 – Imobilizações corpóreas e em curso em poder de terceiros, implantadas em propriedade alheia, reversíveis e respetivos custos financeiros capitalizados no exercício

Encontra-se em curso a discriminação detalhada de todos os bens do imobilizado, que se encontram em qualquer uma destas situações.

8.2.15 – Bens de domínio público que não são objeto de amortização

Tipo de Bem	Valor	
	Aquisição	Atualizado
	€	€
Outras Construções	42.285,82	49.553,62
Capital Arbóreo	301.353,02	341.295,68
Terrenos e Recursos Naturais	4.602.929,81	8.775.552,26
Outras Infraestruturas	7.833.198,37	11.120.597,70
Total	12.779.767,02	20.286.999,26

As razões que motivam a não amortização destes bens decorre da própria lei (CIBE - Portaria n.º 671/2000, de 17 de abril), na medida em que, em função das características intrínsecas do próprio bem, estes enquadram-se num determinado Grupo Homogéneo ao qual o CIBE não atribui qualquer taxa de amortização, ou ainda, atendendo à lei que determina que os bens classificados como parcelas de terreno do domínio público não sofrem qualquer amortização. No que respeita à rubrica de outras infraestruturas, o seu registo resulta, na sua maioria, de arranjos urbanísticos realizados nos espaços exteriores dos bairros municipais afetos à habitação social.

O valor atualizado reflete as movimentações/correções nomeadamente por efeitos de grandes reparações.

8.2.16 – Entidades Participadas

Denominação Social	N.P.C.	Cod. Jur.	Capital Próprio	Capital Social		Resultado Líquido		Participação do Município		
			€	€	Quantidade	€	Ano	€	Quantidade	%
Mercado Abastecedor Porto	501 958 630	SA	12.718.690,95	8.500.000,00	1.700.000	736.067,98	2018	1.147.500,00	433.500	25,5%
Futebol Clube Porto, Futebol SAD	504 076 574	SA	-103.036.548,00	112.500.000,00	22.500.000	-32.706.463,00	2017/2018	247.154,00	49.550	0,2%
APOR - Agência para Modernização Porto, S.A. a)	504 136 267	SA	1.120.021,31	1.064.825,00	212.965	-129.257,37	2018			0,0%
Águas Douro e Paiva, S.A.	514 310 774	SA	30.587.926,76	20.902.500,00	20.902.500	903.856,48	2018	2.781.220,00	2.781.220	1,8%
Metro do Porto SA	503 278 602	SA	-2.668.219.969,00	7.500.000,00	1.500.000	-96.685.165,00	2017	5,00	1	0,0%
Boavista Futebol Clube, Futebol SAD	505 111 780	SA	-25.994.024,00	11.000.000,00	2.200.000	-1.481.167,00	2007/2008	249.350,00	49.970	2,3%
Empresa Municipal de Gestão e Obras do Porto - GO Porto, EM	505 037 238	EM	1.308.948,01	500.000,00	100.000	1.906,60	2018	500.000,00	100.000	100,0%
CMPH - DomusSocial - Emp. Hab. Man. Município Porto, EM	505 037 700	EM	1.028.627,38	500.000,00	100.000	28.118,61	2018	500.000,00	100.000	100,0%
Porto Vivo, SRU - Soc. Reab. Urbana Baixa Portuense, S.A. b)	506 866 432	SA	3.618.259,22	6.000.000,00	6.000	-426.297,68	2018	2.403.600,00	6.000	100,0%
CMPEA - Empresa de Águas do Município do Porto, EM	507 718 666	EM	134.811.884,17	80.000.000,00	80.000.000	5.878.844,55	2018	80.000.000,00		100,0%
CMPL - Emp. Desp.e Lazer do Município do Porto, EM	507 718 640	EM	2.708.965,69	2.200.000,00	4.400	64.040,49	2017	2.200.000,00	4.400	100,0%
Empresa Municipal de Ambiente do Porto EM, S.A.	514 280 956	EM	897.099,03	465.566,00	465.566	195.255,13	2018	465.566,00	465.566	100,0%
ADEPORTO - Agência de Energia do Porto	507 886 550	ASU	316.121,59	193.375,00		1.815,04	2017	70.625,00		36,5%
Fundação Casa da Música	507 636 295	FSU	114.969.000,00	6.400.000,00		-6.384,00	2017	200.000,00		3,1%
INEGI - Instituto Engenharia Mecânica Gestão Industrial	501 814 957	NS	9.305.411,91	3.625.920,00		815.546,54	2018	11.830,00		0,3%
Associação Porto Digital	506 838 730	ASU	3.447.936,91	2.010.000,00		232.680,90	2016	1.560.000,00		33,3%
Fundação para o Desenvolvimento Social do Porto a)	503 619 752	FSU	434.987,61	49.879,79		-63.685,39	2017			0,0%
Fundação da Juventude	502 263 342	FSU	4.147.047,92	1.761.105,56		-389.086,06	2017	24.939,90		1,4%
Fundação Portugal África	503 530 409	FCU	10.796.709,00	11.372.599,00		-146.617,00	2017	299.278,74		2,6%
Fundação de Serralves	502 266 643	FSU	71.048.961,32	13.217.364,26		156.863,50	2017	49.879,79		0,4%
Total								92.710.948,43		

a) extinta em 2018

b) aquisição dos restantes 60% das ações em 28/12/2018

Neste particular, importa esclarecer que no valor das participações do Município não se encontram refletidos os seguintes ajustamentos contabilísticos, com efeitos na rubrica de investimentos financeiros: no Mercado Abastecedor do Porto, o valor contabilístico da participação está registado ao custo de aquisição cujo valor ascende a 1.147.500 euros.

Com a publicação do Decreto-Lei nº 109/2018, de 4 dezembro, o qual regula a extinção das participações sociais detidas pelo Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, I. P. (IHRU, I. P.), em representação do Estado, nas sociedades de reabilitação urbana (SRU), criadas ao abrigo do Decreto-Lei n.º 104/2004, de 7 de maio, foi possível concretizar o estabelecido em memorando assinado entre o Estado e o Município do Porto, em 31 de julho de 2015, através do qual se definiram, entre outras, as condições para a municipalização da Porto Vivo SRU - Sociedade de Reabilitação Urbana da Baixa Portuense, SA.

A extinção das participações sociais efetivou-se mediante a cessão das ações de que o IHRU, I. P. era titular para o acionista Município do Porto que detinha o restante capital da SRU. A transmissão das ações operou-se em 28 de dezembro de 2018.

Relativamente à APOR – Agência para a Modernização Porto S.A., em 12 de dezembro de 2017 foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a dissolução da Sociedade que teve efeito a partir de 5 de fevereiro de 2018, data em que foi publicada, tendo sido nomeado o Administrador Liquidatário. Foi ainda aprovada a distribuição dos ativos que teve por base a posição detida no capital social de forma proporcional por cada acionista. No tocante ao

Município do Porto foi deliberado que face à existência de ativos fixos tangíveis, no valor de 13.085 euros, e um crédito fiscal de 8.040 euros que os mesmos revertessem para o acionista Município do Porto por conta da sua quota.

O Município do Porto recebeu da APOR para além dos valores referidos, o montante de 366.167 euros em disponibilidades.

No primeiro semestre de 2018 foi registado o processo de liquidação e extinção da Fundação para o Desenvolvimento Social do Porto, na sequência do relatório final de liquidação de 3 de abril de 2018, aprovado em Assembleia Municipal extraordinária de 21 de maio de 2018.

8.2.18 – Outras aplicações financeiras

Natureza	Entidades Gestoras	Quantidade	Participação	
			Valor Nominal	Valor Mercado
			€	€
Fundo de Investimento Imobiliário - Porto Novo a)	PROFILE	22 029	2 076 067,19	1 077 077,11
Fundo de Investimento Imobiliário - Porto D'Ouro	FUNDGER	8 400	8 400 000,00	10 744 674,36
Fundo de Investimento Imobiliário - Invesurb	FUND BOX	1 621	1 569 947,00	1 390 626,40
Credores das Administrações Públicas - FAM	FAM	4 317 111	4 317 111,00	N.A.
Total			16 363 125,19	13 212 377,87

a) em liquidação

O Porto Novo - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado, em liquidação, adiante designado por Porto Novo, é um Fundo de Investimento Imobiliário Fechado de Subscrição Particular, gerido pela Profile – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A., anteriormente designada por Banif Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A. e a entidade depositária do Fundo é o Banif - Banco de Investimento, S.A.. A constituição do Fundo foi autorizada pela Comissão de Mercados de Valores Mobiliários, em 18 de outubro de 2007, por um período de 7 anos, sem prejuízo da eventual prorrogação, por períodos subsequentes de três anos, e iniciou a sua atividade em 13 de novembro de 2007. Em Assembleia de Participantes, realizada em 10 de novembro de 2014, foi deliberada a prorrogação do período de duração do Fundo por mais um ano, ou seja, até 13 de novembro de 2015. A Sociedade Gestora, em 13 de novembro de 2015, procedeu à liquidação do Fundo por decurso do prazo pelo qual tinha sido constituído, com a expectativa que o reembolso das unidades de participação ocorresse no prazo máximo de 12 meses, a contar da data de início da liquidação do mesmo, o que não sucedeu. Em 11 de

novembro de 2016, a Sociedade Gestora solicitou à CMVM, por pedido devidamente fundamentado, a prorrogação do prazo de liquidação do Fundo por mais um ano, ou seja, até 13 de novembro de 2017, o qual foi autorizado.

Em 27 de Outubro de 2017 a Sociedade Gestora, solicitou a prorrogação do prazo de liquidação do Fundo por mais um ano.

Em reunião de 01 de Março de 2018, o Conselho de Administração da CMVM deliberou, notificar a Profile - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A. do projeto de decisão de indeferimento do pedido de autorização para a prorrogação do prazo de liquidação do Fundo Porto Novo.

A Sociedade Gestora, com o intuito de defender os interesses dos participantes, ficou de desenvolver as ações necessárias para concretizar a liquidação do Fundo de forma ordenada, assegurando a realização dos ativos.

Pelo exposto e de acordo com a informação de Mercado, o Fundo de Investimento Imobiliário - Porto Novo, ainda se encontra em liquidação.

O Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado Porto D'Ouro, iniciou a sua atividade em 29 de dezembro de 2009, com um capital social inicial de 16.800.000 € e com uma duração de 10 anos, prorrogável por períodos não superiores a 10 anos. O Fundo tem como principal objetivo alcançar uma valorização crescente do capital investido, numa perspetiva de médio e longo prazo, através da constituição e gestão de uma carteira de valores e ativos predominantemente imobiliários, e em obediência a são critérios de segurança, rentabilidade e liquidez. O investimento é essencialmente feito em ativos imobiliários sítos no distrito do Porto.

O Fundo é administrado, gerido e representado pela Fundger – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A., sendo as funções de banco depositário asseguradas pela Caixa Geral de Depósitos, S.A. (CGD).

O fundo de investimento imobiliário Invesurb é detido pela ME Real Estate - Mota-Engil Real Estate Portugal, SA, com uma participação de 26,93%, pelo Dr. António Luis Alves Ribeiro de Oliveira, também com uma participação de 26,93%, pela Rio Forte Investments, S.A., com uma participação de 15,88% e pela Cimenta – Empreendimentos Imobiliários, S.A., com uma participação de 8,35%. O Município do Porto detém uma participação de 21,91%.

Em 21 de novembro de 2018 foi assinado o contrato de cessão da posição contratual da posição da Gesfimo no contrato com o Município do Porto, para a Fund Box, atual entidade gestora do Fundo.

A Lei nº 53/2014, de 25 de Agosto, aprovou o regime jurídico de recuperação financeira municipal e regulamentou o Fundo de Apoio Municipal (FAM). De acordo com esta lei, o Município do Porto estava obrigado a contribuir para este fundo com 6.715.507 euros a pagar num período de sete anos, resultando numa prestação anual de 959.358 euros. Com a entrada em vigor do orçamento do Estado para 2018, que procedeu à alteração do artigo 19.º da Lei nº 53/2014, de 25 de agosto, e à diminuição do montante a subscrever por cada Município, resultando numa diminuição de 2.398.396 euros para o Município do Porto.

8.2.22 – Dívidas de Cobrança Duvidosa

Rubricas	Saldo Inicial €	Aumentos €	Diminuições €	Saldo Final €
Cobranças em atraso e litígio	9 943 580,52	2 104 747,23	74 154,92	11 974 172,83
Impostos Indiretos	3 237 502,45	879 123,63	42 223,46	4 074 402,62
Taxas	257 826,64	199 562,02	1 463,10	455 925,56
Rendas e Alugueres	1 227 680,59	67 770,25	13 227,22	1 282 223,62
Prestação de Serviços	4 678 200,97	563 564,83	14 018,26	5 227 747,54
Outras Cobranças Duvidosas	542 369,87	394 726,50	3 222,88	933 873,49
Total	9 943 580,52	2 104 747,23	74 154,92	11 974 172,83

A conta 218 – Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa reflete a receita liquidada e não cobrada, em mora há mais de seis meses, incluindo a que já foi transferida para execução fiscal.

Do montante de cobranças em atraso e litígio, de 11.974.173 euros, a dívida classificada com risco de cobrança, ou seja, sem garantia associada, que se encontra a ser acompanhada pela Divisão Municipal de Execuções Fiscais e Contraordenações, ascende a 8.221.442 euros. Por sua vez, este valor inclui também, as dívidas relativas aos montantes que, nos termos do art.º 272º do Código do Processo e Procedimento Tributário (CPPT), foram declaradas em falhas e cujo valor global ascende a 1.722.033 euros.

De referir que o montante de dívidas de cobrança duvidosa em mora há mais de seis meses e até doze meses se encontra provisionado numa percentagem de 50%, tal como definido no POCAL. Relativamente à dívida remanescente classificada com risco de cobrança, vencida até 31 de dezembro de 2017, encontra-se constituída uma provisão correspondente ao montante total destes saldos.

8.2.26 – Contas de Ordem

Código e Designação das Contas	Saldo da Gerência Anterior		Movimento Anual		Saldo p/ Gerência Seguinte	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor	Devedor	Credor
	€	€	€	€	€	€
0932 Garantias e Cauções de Terceiros, Prestadas	33.617.942,89		6.317.065,64	3.909,35	39.931.099,18	
09321 Prestadas por Fornecedores de c/c	30.384.519,91		3.315.665,47		33.700.185,38	
09322 Prestadas por Fornecedores de imobilizado	2.658.665,60		2.985.821,19		5.644.486,79	
09323 Prestadas por outros credores	574.757,38		15.578,98	3.909,35	586.427,01	
0933 Garantias e Cauções de Terceiros, Devolvidas				5.723.625,35		5.723.625,35
09331 Devolvidas a Fornecedores de c/c				5.286.741,93		5.286.741,93
09332 Devolvidas a Fornecedores de Imobilizado				426.344,23		426.344,23
09333 Devolvidas a Outros Credores				10.539,19		10.539,19
0934 Garantias e Cauções de Terceiros, Acionadas				2.543,31		2.543,31
09341 Acionadas a Fornecedores de c/c				163,15		
09342 Acionistas a Fornecedores de Imobilizado						
09343 Acionistas a Outros Credores				2.380,16		2.380,16
Total	33.617.942,89		6.317.065,64	5.730.078,01	34.204.930,52	

Esta nota diz respeito aos depósitos de garantia e caução, apresentados por fornecedores e empreiteiros, cuja movimentação se efetua em contas de ordem.

O movimento a débito corresponde às garantias e cauções prestadas no ano e o movimento a crédito corresponde, essencialmente, às devoluções realizadas no mesmo período.

8.2.27 – Provisões Acumuladas

Contas	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
	€	€	€	€
291 Provisões para Cobranças Duvidosas	12.350.458,81	1.756.611,69	74.154,90	14.032.915,60
292 Provisões para Riscos e Encargos	45.333.102,70	10.299.315,10	16.586.282,23	39.046.135,57
49 Provisões para Investimentos Financeiros	1.561.257,76	142.869,64	63.992,72	1.640.134,68
Total	59.244.819,27	12.198.796,43	16.724.429,85	54.719.185,85

Ao nível das provisões, destaca-se o reforço das provisões para riscos e encargos, justificado pelo incremento do valor das provisões associadas aos processos judiciais em curso, e, para os quais, se entendeu ser necessário reforçar o montante suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis relativamente aos litígios em curso.

A redução da provisão para outros riscos e encargos, no montante de 16.586.282 euros, inclui o montante de 10.593.611 euros na sequência de regularizações de processos judiciais em curso respeitantes a exercícios anteriores de acordo com a avaliação de risco efetuada pelos Serviços Jurídicos.

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de 39.046.136 euros da rubrica provisões para riscos e encargos, inclui 9.434.708 euros referentes à estimativa do valor atual dos encargos do Município com a aposentação do seu pessoal subscritor da Caixa Geral de Aposentações, em virtude da obrigação de entregar o valor da quota-parte dos funcionários que prestaram serviço durante o período compreendido entre 1 de janeiro de 1973 e 31 de dezembro de 1988 (ver nota 8.2.33), sendo que o restante no montante de 28.996.366 euros reflete a melhor expectativa do Município para os eventuais encargos que a autarquia possa a vir a incorrer por força dos processos em contencioso existente aquando da preparação das contas referentes ao ano findo.

8.2.28 – Fundo Patrimonial

Contas	Saldo Inicial €	Aumento €	Redução €	Saldo Final €
51 Património	991.501.863,25	109.621.558,74		1.101.123.421,99
55 Ajustamentos de partes de capital em empresas	336.781,31	121.336,00		458.117,31
553 Outras variações nos capitais em empresas	458.117,31			458.117,31
554 Depreciações	-121.336,00	121.336,00		0,00
57 Reservas	163.731.456,01	712.004,47		164.443.460,48
571 Reservas legais	9.061.330,82	712.004,47		9.773.335,29
575 Subsídios	101.455,96			101.455,96
576 Doações	17.272.999,35			17.272.999,35
577 Reservas decorrentes da transferência de ativos	77.068.558,16			77.068.558,16
578 Regularizações Entidades Participadas	60.227.111,72			60.227.111,72
59 Resultados transitados	72.694.272,54	53.936.529,13	20.982.732,12	105.648.069,55
Total	1.228.264.373,11	164.391.428,34	20.982.732,12	1.371.673.069,33

Relativamente aos movimentos incorridos no exercício de 2018 em cada uma das contas da classe 5 temos:

Património

A conta 51 – Património regista os fundos relativos à constituição da entidade, bem como as alterações subsequentes que venham a ser formalmente autorizadas.

A variação ocorrida na rubrica património de 109.621.559 euros inclui o montante de 104.400.547 euros que resulta do registo de terrenos não constantes no balanço inicial, conforme nota 8.2.33.

Ajustamentos em partes de capital e empresas

Nesta rubrica encontram-se registadas as diferenças de ajustamentos de partes de capital associada à conta 411 – Investimentos Financeiros.

Em 2018, esta rubrica sofreu um aumento de 121.336 euros resultante da anulação das depreciações decorrentes da desvalorização do valor de mercado das participações financeiras, na medida em que, como o POCAL não prevê o método de equivalência patrimonial, deverá, neste caso, contabilizar-se apenas uma provisão para a respetiva depreciação para investimentos financeiros.

Reservas

Estas contas encontram-se desagregadas ao nível do balanço, consoante a natureza das mesmas, designadamente:

571- Reservas legais - O aumento diz respeito ao cumprimento, quanto à aplicação do resultado líquido de 2017 aprovado em Assembleia Municipal conforme proposta apresentada pelo Executivo, do ponto 2.7.3.5 do POCAL, o qual exige a aplicação no mínimo de 5% do resultado líquido de cada exercício como reforço anual das reservas legais.

Resultados transitados

O movimento ocorrido em 2018 na rubrica de resultados transitados resultou da aplicação do resultado líquido proveniente do exercício anterior, na parte remanescente ao reforço das reservas legais, no valor de 13.528.085 euros. Para além deste movimento os resultados transitados foram aumentados em 10.593.611 euros na sequência de regularizações de processos judiciais em curso respeitantes a exercícios anteriores e ainda no montante de 27.083.601 euros por força da recuperação dos proveitos associados aos subsídios para investimento, referentes a anos anteriores, no âmbito do trabalho desenvolvido no decurso do ano 2018.

Os subsídios para investimento incluem as transferências/subsídios para investimento, os quais estão associados aos ativos, que devem ser movimentados numa base sistemática para proveito extraordinário à medida que foram contabilizadas as amortizações do imobilizado a que respeitam.

De registar ainda que da conciliação da rubrica de imobilizações corpóreas foi possível identificar situações que estavam a ser objeto de amortizações indevidas, cuja regularização resultou num acréscimo nesta rubrica de 2.019.228 euros, pela regularização das respetivas amortizações.

Por outro lado, nesta mesma rubrica constata-se uma redução no montante de 15.935.735 euros, referentes ao desreconhecimento de obras que se encontravam registadas em imobilizações em curso e em 4.334.993 euros, referente a bens de domínio público identificados na sequência da conciliação da rubrica de proveitos diferidos, os quais se explicam tendo em conta os movimentos de transferência para imobilizado corpóreo e bens de domínio público das obras realizadas pela Domus Social, EM, no período de 2001 a 2007, o que implicou a atualização e a recuperação de amortizações de anos anteriores.

8.2.29 – Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

Movimentos	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
	€	€
Existências iniciais (1)	20.099,49	635.060,09
Compras (2)		1.899.745,68
Regularização de existências (3)		-73.643,14
Existências finais (4)	20.099,49	665.517,05
Custos no exercício (5) = (1) + (2) + (3) - (4)	0,00	1.795.645,58

O saldo das existências foi obtido através do sistema de inventário permanente implementado desde 2009. Atendendo às especificidades inerentes à implementação deste sistema, e, como complemento do trabalho final de Inventário Geral Anual de 2018, procederam-se a movimentos de regularizações de existências.

8.2.30 – Demonstração da variação da produção

Movimentos	Produtos acabados e intermédios	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	Produtos e trabalhos em curso
	€	€	€
Existências finais (1)	199.270,99	0	0
Regularização de existências (2)		0	0
Existências iniciais (3)	221.838,25	0	0
Aumento/redução no exercício (4) = (1) + (2) - (3)	-22.567,26	0	0

8.2.31 – Demonstração dos Resultados Financeiros

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercício		Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercício	
		2018	2017			2018	2017
		€	€			€	€
681	Juros suportados	274.338,89	220.894,38	781	Juros obtidos	26.432,77	30.365,95
682	Perdas em entidades participadas			782	Ganhos em entidades participadas	664.256,85	152.999,99
683	Amortizações de investimentos em imóveis	366.149,37	165.645,29	783	Rendimentos de imóveis	10.331.196,56	9.769.020,23
684	Provisões para aplicações financeiras	142.869,64	149.089,16	784	Rendimentos de participações de capital		655.433,66
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis	53,28		785	Diferenças de câmbio favoráveis		
688	Outros custos e perdas financeiros	19.224,75	15.659,02	788	Outros proveitos e ganhos financeiros		
	Resultados Financeiros	10.219.250,25	10.056.531,98				
Total		11.021.886,18	10.607.819,83			11.021.886,18	10.607.819,83

Em relação aos proveitos com rendimentos de imóveis, os montantes referem-se essencialmente à concessão à EDP Distribuição do exercício dos direitos e poderes do Município do Porto na gestão do serviço público de distribuição de energia elétrica em baixa tensão. A concessão confere ao Município o direito a uma renda e à EDP Distribuição o direito a isenções, nomeadamente quanto ao uso dos bens de domínio público municipal, as quais são determinadas por portaria ministerial.

O período de concessão renovou-se em 22 de dezembro de 2006 e tem a duração de 20 anos, nos termos do Decreto-Lei n.º 341/90, de 30 de outubro.

Com referência a 31 de dezembro de 2018 o montante do ativo afeto à concessão não se encontra refletido no ativo imobilizado do Município do Porto.

A variação positiva verificada nos rendimentos em imóveis decorre do aumento da receita arrecadada associada à concessão de gestão, exploração, manutenção e fiscalização de lugares de estacionamento pago na via pública na cidade do Porto.

O recebimento de 8.000.000 de euros, em 2016, respeitante ao período da concessão, de 12 anos, foi reconhecido em proveitos diferidos, à luz do princípio do acréscimo. A parte restante, será, em cada ano económico, imputada a resultados do exercício, numa base temporal.

8.2.32 – Demonstração dos Resultados Extraordinários

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercício		Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercício	
		2018	2017			2018	2017
		€	€			€	€
691	Transferências de capital concedidas	2.292.601,44	2.053.666,01	791	Restituições de impostos		
693	Perdas em Existências	94.517,00	39.649,79	793	Ganhos em existências	20.875,59	9.315,44
694	Perdas em imobilizações	652.938,21	6.071,03	794	Ganhos em imobilizações	3.554.722,14	1.529.603,90
695	Multas e Penalidades	1.012,92	3.345,90	795	Benefícios de penalidades contratuais	621.946,31	522.581,56
696	Aumentos de amortizações e de provisões	615.062,64		796	Reduções de amortizações e de provisões	4.875.107,71	543.130,80
697	Correções relativas a exercícios anteriores	2.704.216,71	2.247.488,35	797	Correções relativas a exercícios anteriores	2.546.677,24	3.727.391,03
698	Outros custos e perdas extraordinários	110.943,61		798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	16.481.583,53	8.642.452,38
	Resultados extraordinários	21.629.619,99	10.623.911,53	799	Reembolsos e Restituições		-342,50
	Total	28.100.912,52	14.974.132,61		Total	28.100.912,52	14.974.132,61

O aumento das transferências de capital concedidas é justificado essencialmente, pela atribuição de transferências de capital em 2018, nomeadamente para apoio à Associação dos Deficiente das Forças Armadas.

As perdas em imobilizações sofreram um acréscimo pelo facto de, em 2017, não terem ocorrido perdas em imobilizações resultantes de menos valias aquando da venda de imobilizado.

Os custos associados a correções de exercícios anteriores foram movimentados na sequência de pagamentos decorrentes da execução de sentenças.

O aumento verificado em ganhos em imobilizações encontra-se essencialmente influenciado pela permuta de terrenos no Pólo da Asprela, entre o Município e a Universidade do Porto.

A análise global aos processos judiciais em curso conduziu a um aumento significativo das reduções de amortizações e provisões, na sequência da reavaliação do risco atribuída pela Direção Municipal de Serviços Jurídicos.

Por outro lado, o aumento verificado nos outros proveitos e ganhos extraordinários está influenciado, essencialmente, pela imputação dos proveitos relacionados com os subsídios para investimento tendo em conta o reconhecimento neste ano, do ativo imobilizado associado.

8.2.33 – Outras informações consideradas relevantes

1. De acordo com o disposto na alínea c) do n.º2 do art.º 63º do Decreto-Lei n.º 498/72, de 9 de dezembro, o Município do Porto e respetivos serviços municipalizados passaram a ser responsáveis pelos montantes dos encargos com a aposentação do seu pessoal subscritor da Caixa Geral de Aposentações, pelo que, face à responsabilidade do pagamento das pensões dos seus funcionários, reteve, como contrapartida, os respetivos descontos. Com a entrada em vigor do art.º 56º da Lei n.º 114/88 de 30 de dezembro, a responsabilidade do pagamento das pensões dos funcionários que se aposentassem a partir de 1 de janeiro de 1989 passou a pertencer àquela entidade.

Por este motivo, subsiste a obrigação de entregar o valor da quota-parte dos funcionários que prestaram serviço durante o período compreendido entre 1 de janeiro de 1973 e 31 de dezembro de 1988.

Neste âmbito, à semelhança do ano anterior, foi realizado um novo estudo atuarial com referência a 31 de dezembro de 2018 por um perito atuário, autónomo e independente, que teve como objetivo facultar aos órgãos de gestão do Município do Porto, uma avaliação atuarial dos benefícios pós-emprego, subordinado às responsabilidades e custos associados ao pagamento destas pensões, permitindo deste modo, a atualização da provisão que reflita o valor atuarial das responsabilidades.

Descrição	2018	2017
	€	€
Pensionistas:	8.986.402,60	10.034.841,85
Responsabilidade atuarial com pensionistas Decreto Lei n.º 503/99	1.272.149,25	1.196.903,19
Responsabilidade atuarial com pensionistas sobrevivência	368.405,11	204.923,41
Responsabilidade atuarial com pensionistas	7.345.848,24	8.633.015,25
Ativos:	448.305,02	454.202,69
Valor atual das quotas em dívida	448.305,02	454.202,69
	9.434.707,62	10.489.044,54

Apresenta-se, seguidamente, um quadro que reúne as estatísticas descritivas da população de base analisada neste estudo e que ajudam a uma melhor compreensão dos resultados obtidos.

Estatísticas da População de Ativos	Número Total	Idade			Quota Média em Dívida (€)	Quota em Dívida (€)
		Mínima	Média	Máxima		
Total Ativos:	863	45	59,65	90	568,23	490.385,46
Idade menor a 66 anos	753	45	58,35	65	568,87	428.360,58
Idade maior ou igual a 66 anos	110	66	68,51	90	563,86	62.024,88

Estatísticas da População de Pensionistas	Número Total	Idade			Pensão Média Anual (€)	Total Pensões Anual (€)
		Mínima	Média	Máxima		
Total Pensionistas:	157	32	79,35	103	7.427,93	1.166.185,02
Pensionistas DL n.º 503/99	35	37	59,46	69	1.490,56	52.169,74
Pensionistas Sobrevivência	4	32	46,50	60	3.143,67	12.574,66
Pensionistas	118	60	86,36	103	9.334,24	1.101.440,62

Neste seguimento, importa ainda expor os pressupostos que foram considerados nesta avaliação, relativos ao cenário de financiamento.

Descrição	Cenário Financiamento
Tabelas:	
Tabelas de Mortalidade Ativos	GRF95_90 100,00%
Tabelas de Mortalidade Pensionistas	TV88_90 100,00%
Taxas:	
Taxa de Desconto Ativos	1,20%
Taxa de Desconto Pensionistas	1,20%
Taxa de Crescimento das Pensões	0,50%
Dados Gerais:	
Idade Normal da Reforma	66
Percentagem de Casados	85,00%
Percentagem de Reversibilidade	60,00%
Idade do Cônjuge	Mulher 3 anos mais nova
Número de Pagamentos do Benefício	14

Por último, em virtude dos resultados obtidos neste estudo atuarial, foram realizados os seguintes ajustamentos contabilísticos que confluíram para a posição da responsabilidade do Município a 31 de dezembro de 2018.

Provisões para Riscos e Encargos	2018	2017
	€	€
Responsabilidade atuarial a 1 de janeiro	10.489.044,54	12.359.739,44
Pensionistas	10.034.841,85	11.904.417,32
Ativos	454.202,69	455.322,12
Ajustamentos do exercício	-1.054.336,92	-1.870.694,90
Custos com o pagamento de pensões	-1.255.711,43	-1.477.424,26
Acerto na estimativa associada aos custos com pensões	201.374,51	-393.270,64
Responsabilidade atuarial a 31 de dezembro	9.434.707,62	10.489.044,54

2. No âmbito do projeto de otimização de IVA foram emitidos por parte das empresas municipais, GO Porto, EM e Domus Social, EM, pedidos de revisão oficiosa à Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), solicitando a regularização a seu favor do IVA pago em excesso nos anos 2010 e 2011. Em concreto, estas empresas emitiram notas de crédito no montante de 283.882 euros e 1.456.552 euros, respetivamente, corrigindo/anulando o IVA liquidado em excesso nas faturas inicialmente emitidas, constituindo as mesmas, nesta data, dívida ao Município do Porto. Em virtude da decisão desfavorável do Tribunal Arbitral que julgou a ação improcedente, o Município interpôs recurso para o Supremo Tribunal Administrativo, com fundamento em Oposição de Acórdãos, que no caso da GO Porto, EM o tribunal julgou a ação improcedente. O da Domus Social, EM, aguarda prolação de Sentença.

Consequentemente, encontra-se registada uma provisão pelo montante total dos débitos.

De igual modo encontra-se registada uma provisão no montante de 802.575 euros para fazer face às notas de crédito emitidas em 2016 pela empresa municipal Porto Lazer, EM, tendo por base o pedido de revisão oficiosa à Autoridade Tributária e Aduaneira que aguarda início da fase instrutória.

3. Nos termos do número 2 do artigo 17.º do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho, deve a Autoridade Tributária e Aduaneira informar as autarquias locais, do valor dos recebimentos em atraso, existentes em 31 de dezembro do ano anterior, referentes às respetivas receitas fiscais. Os montantes em causa não integram as demonstrações financeiras, sendo relevantes para efeitos de gestão a divulgação dos seus montantes:

Pagamentos e Recebimentos em Atraso (Quantia Exequenda)	2018
	€
Contribuição Autárquica (CA)	462.649,15
Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)	6.849.844,79
Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT)	5.149.533,79
Imposto Único de Circulação (IUC)	1.949.640,69
SISA	14.019.713,76
Total	28.431.382,18

Estes montantes não se encontram reconhecidos enquanto ativo do Município do Porto na medida em que, o seu carácter contingente, não permite que tais valores cumpram com os critérios de reconhecimento de um ativo.

4. Divulgação dos processos judiciais em curso sem provisão:

O Município do Porto, suportado na informação prestada pela Direção Municipal de Serviços Jurídicos (DMSJ) e na análise efetuada aos processos judiciais pendentes, constituiu provisões de valor suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis relativamente aos litígios em curso (ver nota 8.2.27).

No decurso normal da sua atividade, existem ainda diversos litígios e contingências (de risco possível) de natureza administrativa e tributária envolvendo o Município do Porto. Estas ações judiciais, administrativas ou outras, envolvem munícipes, empresas, funcionários, autoridades administrativas, fiscais ou outras. Da análise efetuada e da informação prestada pela DMSJ, o risco de perda destas ações não é provável e o desfecho das mesmas não afetará de forma material a posição financeira do Município. Assim, os processos destas naturezas cujas perdas foram estimadas como possíveis, não requerem a constituição de provisões e são periodicamente reavaliados.

5. A 11 de dezembro de 2015 foi assinado o contrato com a Eporto-Estacionamento Públicos do Porto, S.A., cujo objeto principal visa a gestão, exploração, manutenção e fiscalização quanto às contraordenações previstas no artigo 71.º do Código da Estrada, em regime de concessão de serviço público, dos atuais e futuros lugares públicos de estacionamento pagos na via pública da cidade do Porto, pelo prazo de 12 anos.

Conforme já referido no ponto 8.2.31, o recebimento de 8.000.000 de euros, em 2016, respeitante ao período da concessão, foi reconhecido em proveitos diferidos, à luz do princípio do acréscimo. A parte restante será, em cada ano económico, imputada a resultados do exercício, numa base temporal.

6. Foi celebrado, a 2 de janeiro de 2017, o Contrato Interadministrativo entre a AMP e os Municípios do Porto, Vila Nova de Gaia, Maia, Matosinhos, Gondomar e Valongo que estabelece: as regras de exercício pela AMP, e partilha pelos municípios outorgantes, das competências de planeamento, exploração, investimento e financiamento que lhe são delegadas pelo Estado enquanto autoridade de transporte do serviço público de transporte de passageiros explorado pela STCP, S.A. na área geográfica dos Municípios outorgantes; a criação junto da AMP de uma unidade técnica de apoio à gestão; as regras de repartição, entre os Municípios outorgantes, dos encargos associados ao pagamento das compensações financeiras devidas por obrigações de serviço público («OSP»).

Do contrato de Serviço Público, na sua versão consolidada e visada pelo Tribunal de Contas, em agosto de 2017, resulta para o Município do Porto a proporção de 53,69% tendo em conta o índice proporcional de oferta.

7. A Lei nº 53/2014, de 25 de agosto, aprova o regime jurídico da recuperação financeira municipal, regulamentando o Fundo de Apoio Municipal (FAM), estipula o capital social do fundo e a contribuição dos municípios em 50%. O Município do Porto, estava obrigado a contribuir com 6,7 milhões de euros com início em 2015 e num período de 7 anos, cabendo em cada ano em apreço 959,4 mil euros. Com a entrada em vigor do Orçamento do Estado para 2018, foi alterado o artigo 19º da Lei nº 53/2014, de 25 de agosto, através da qual consta a redução da subscrição do capital social do FAM.

Através desta alteração, nos anos de 2018, 2019, 2020 e 2021, o valor das prestações anuais a realizar pelo Estado e pelos municípios será reduzido em 25%, 50%, 75% e 100%, respetivamente, face ao valor das prestações anuais devidas em 2017.

	Dívida vincenda a 31/12/2019	Dívida vincenda a 31/12/2020	Dívida vincenda a 31/12/2021	Saldo
Acerto Prestações Anuais FAM	479.679,00	239.839,50	-	719.518,50

8. No decurso do ano de 2018 foram efetuados vários ajustamentos decorrentes do processo de conciliação do cadastro de imobilizado, e que se consubstanciou na realização das seguintes atividades: (i) inventariação e avaliação de todos os terrenos, edificados e outras construções que não constavam do Sistema de Informação e Cadastro (SIC); (ii) conciliação dos saldos entre o SIC e o Sistema de Contabilidade Autárquica (SCA); (iii) reclassificação das obras realizadas pela empresa municipal Domus Social, EM que constavam no imobilizado em curso.

(i) inventariação e avaliação de todos os terrenos, edificados e outras construções que não constavam do Sistema de Informação e Cadastro (SIC).

Resultante deste trabalho, foram reconhecidos e avaliados cerca de 8.783 processos de cadastro, relacionados com terrenos no montante de 104.400.547 euros, conforme informação constante no quadro infra:

Freguesia	Área m ²		Valor (€)		
	CPU	VUM	CPU	VUM	Total
Bonfim	37.881	375.249	1.826.597,47	3.377.241,45	5.203.838,92
Campanhã	327.231	1.153.422	12.968.484,34	10.380.795,75	23.349.280,09
Paranhos	179.700	1.023.325	7.525.618,20	9.209.925,27	16.735.543,47
Ramalde	102.901	935.990	2.382.683,99	8.423.912,66	10.806.596,65
Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde	211.883	1.327.191	5.713.476,19	11.944.714,91	17.658.191,10
Cedofeita, Santo Ildefonso, Vitória, Sé, S. Nicolau, Miragaia	101.286	338.092	11.448.676,62	3.042.829,76	14.491.506,38
Lordelo do Ouro e Massarelos	84.084	1.092.478	6.323.288,02	9.832.302,14	16.155.590,16
Total	1.044.966	6.245.747	48.188.824,83	56.211.721,94	104.400.546,77

A valorização dos terrenos que teve por base a Caderneta Predial Urbana (CPU), ascendeu a 48.188.825 euros e os terrenos valorizados através do Valor Unitário Médio (VUM) definido pela Comissão Municipal de Avaliação do Município assumiu um montante de 56.211.722 euros.

A Comissão Municipal de Avaliação visando uma metodologia de avaliação predial mais objetiva, para o apuramento do valor patrimonial de prédios urbanos aplicou a fórmula geral de avaliação conforme consta do artigo 38º do (CIMI) Código do Imposto Municipal sobre Imóveis ou artigo 46º para casos de outros, nomeadamente para os que não têm capacidade construtiva.

(ii) conciliação dos saldos entre o SIC e o Sistema de Contabilidade Autárquica (SCA).

Neste âmbito foram incorporados em SIC os valores identificados no quadro que se segue:

Conciliação Saldos SIC/SCA		
Resultado apurado	Valor	%
Processos conciliados (com 1 edifício)	13.341.032,83	20%
Processos conciliados (com vários edifícios)	51.242.019,10	77%
Processos não conciliados (abatidos em SIC)	1.694.505,14	3%
Processos não conciliados - Obras realizadas em terceiros	19.306,37	0%
Universo de processos	66.296.863,44	100%

iii) reclassificação das obras realizadas pela empresa municipal Domus Social, EM que constavam no imobilizado em curso.

A reclassificação e afetação do imobilizado em curso encontra-se refletida nas áreas constantes do quadro infra:

Natureza do Imobilizado	Valor
Domínio Público	1 013 189,08
Terrenos	566 720,74
Edifícios Municipais	3 521 284,22
Edifícios Propriedade Alheia	22 526,68
Bairros Municipais	48 246 610,01
Escolas	7 935 335,00
Polidesportivos	302 511,98
Mercados	326 353,01
Parques Infantís	571 083,97
Sanitários e Lavadouros	56 093,46
Diversos	10 258 763,04
TOTAL	72 820 471,19

9. Na sequência do processo de conciliação do cadastro de imobilizado foi possível identificar o ativo imobilizado associado aos subsídios para investimento que ainda se encontravam por conciliar. Nesta medida os ajustamentos de períodos anteriores foram movimentados na rubrica de resultados transitados no montante de 27.083.601 e o valor remanescente foi inscrito em proveitos do exercício.

A identificação dos ativos imobilizados associados aos subsídios para investimento foi efetuada da seguinte forma:

Quando foi possível obter informação detalhada com a relação dos ativos adquiridos relativamente a cada um dos subsídios recebidos, esta conciliação ocorreu de forma direta tendo em conta cada um dos registos do cadastro e inventário do Município.

Quando não foi possível obter esta informação detalhada, realizou-se uma análise individualizada de cada uma das fichas de cadastro cuja identificação nos permitiu concluir estar diretamente associada ao objeto do subsídio ao investimento recebido e qual a entidade que foi responsável pela execução deste mesmo investimento. Tendo em conta estes pressupostos, foi possível identificar nas fichas de cadastro os movimentos correspondentes às grandes reparações executadas no âmbito de cada um destes investimentos.

10. Em conclusão podemos referir que no âmbito do processo de conciliação de cadastro e inventário, o Município não espera alterações significativas futuras, ao inventário decorrente deste levantamento.

É intenção do Município do Porto desenvolver os esforços necessários para que seja possível o registo predial dos imóveis, na sua plenitude, nos próximos anos.

8.3 – Notas sobre o processo orçamental e respetiva execução

A informação sobre este ponto consta dos mapas que acompanham os documentos de prestação de contas, construídos de acordo com o definido no POCAL, designadamente: modificações do orçamento da receita, modificações do orçamento da despesa e modificações ao plano plurianual de investimentos.